

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

ANTONIO UGÁ NETO

ESTADO E CAPITALISMO DEPENDENTE

Maceió
2022

ANTONIO UGÁ NETO

Estado e Capitalismo Dependente

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Clarissa Tenório Maranhão Raposo

Maceió
2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

U26e Ugá Neto, Antonio.
 Estado e capitalismo dependente / Antonio Ugá Neto. – 2022.
 118 f.

Orientadora: Clarissa Tenório Maranhão Raposo.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 112-118.

1. Estado. 2. Superexploração. 3. Capitalismo dependente. I. Título.

CDU: 36: 330.342.14



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **ANTONIO UGÁ NETO**, intitulada “ESTADO E CAPITALISMO DEPENDENTE”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 18 de abril de 2022, às 14 horas, por meio de videoconferência.

Clarissa Tenório Maranhão Raposo

Profa. Dra. Clarissa Tenório Maranhão Raposo
Presidente – UFAL

Zilas Nogueira de Queiroz

Prof. Dr. Zilas Nogueira de Queiroz
Examinador Externo ao Programa – IFAL

Reivan Marinho de Souza

Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza
Examinadora Interna – UFAL

Aos meus pais Antonio e Carmem
por todo apoio, paciência e carinho.

In memoriam, ao meu tio Luiz Ugá e primo Felipe Luy
vitimados pela pandemia do coronavírus e o atraso
deliberado no processo de vacinação.

AGRADECIMENTOS

Construir uma dissertação não foi uma tarefa fácil. A precarização universitária e os desinvestimentos planejados por meio dos cortes nas instituições de fomento foram uma barreira pesada e obstaram o recebimento da remuneração necessária para dedicação exclusiva ao mestrado durante o primeiro ano do curso. O cenário de cortes de bolsas, a desatualização monetária há quase 10 anos e a ausência de qualquer direito trabalhista, só me faz admirar ainda mais as pessoas que se esforçam cotidianamente para desenvolver pesquisa e ciência no Brasil. Felizmente, em março/abril de 2021, recebi uma bolsa de incentivo, que ajudou significativamente a superar os problemas decorrentes de uma pandemia global e da conjuntura política brasileira. Agradeço à CAPES, pelo fomento à pesquisa.

Nos meses que se seguiram descobri problemas de saúde que demandaram uma operação, agradeço por estar com saúde e superando essa etapa. É certo que sem o apoio de amigos e familiares não conseguiria superar as dificuldades e concluir a dissertação. Assim, sempre essencial agradecer aos meus pais, Carmem e Antonio, pela dedicação, amor e por propiciarem as condições necessárias para minha formação. À minha irmã, Bruna, aos meus avós Dalva e Carlos e aos demais familiares pelo amor e carinho. Às/os profissionais de saúde que me ajudaram nos processos de tratamento.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Clarissa Maranhão, à Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza e ao Prof. Dr. Zilas Nogueira pela participação nas bancas de qualificação e defesa, às/os professoras/es e servidoras do PPGSS/UFAL e todas as pessoas que trabalham na UFAL. Agradeço às companheiras e companheiros discentes, em especial à Marcella, Ana Araújo e Renato pela amizade, motivação e muitas ajudas no processo de produção da dissertação. Agradeço também à Thayná que, também vinda da FDA, me motivou a buscar ingressar no programa e à Ayza que se disponibilizou para revisar o texto. Agradeço às pessoas que compõem o GPEDCD, em especial, a Thays, Gabriel e ao camarada e amigo Adriano Nascimento fundamental para que eu prosseguisse na vida acadêmica desde a graduação e muito além. Agradeço às e os companheiras/os de lutas na ANPG, em especial aos camaradas Gabriel Colombo e Marianna e aos demais camaradas do MUP, UJC e PCB que sempre motivam a unir teoria e prática comunista.

Agradeço, por fim, a todas as pessoas que possibilitam a existência de uma educação superior pública e gratuita e por ela lutaram e lutam. E principalmente à classe trabalhadora que, além de financiar e construir a Universidade Pública, possibilita que a humanidade possa “sonhar futuros”.

*Uma prece a quem passa, rosto ereto
Passo certo, olhar reto pela vida, amém!
Uma prece, uma graça, ao dinheiro recebido
Companheiro, velho amigo, amém!
Uma prece, um louvor ao esperto enganador
Pela espreita e a colheita, amém!*

*Eia! E vai o trem num sobe serra e desce serra, nessa terra
Vai carregado de esperança, amor, verdade e outros "ades"
Tantos males, pra onde vai?
Quem quer saber?*

*Sem memória e sem destino
Eu ergo o braço cego ao sol
De um mundo meu, meu só
Me reflito, o pé descalço, mão de lixa
A roupa rota, o sujo, o pó, o pó, o pó*

*Morte ao gesto de uma fome
É mentira!
Morte ao grito de injustiça
É mentira!
Viva em vera igualdade: o valor*

*Eia! E vai o trem num sobe serra e desce serra, nessa terra
Vai carregado de esperança, amor
Verdade e outros "ades"
Tantos males, pra onde vai?
Quem quer saber?*

*Sob as luzes da cidade há cor alegre
Há festa e a vida ri sem fim
Nem meu dedo esticado traz um
Pouco do gosto
Doce o mel pra mim, pra mim*

*Viva o tempo sorridente que me abraça!
Viva o copo de aguardente que me abraça!
Morte ao trabalhador sem valor!*

*Eia! E vai o trem num sobe serra e desce serra, nessa terra
Vai carregado de esperança, amor, verdade e outros "ades"
Tantos males, pra onde vai?
Quem quer saber?*

*Uma prece, um pedido
Um desejo concedido a você na omissão, amém!
Uma prece, uma graça
Pelo pranto sem espanto e a saudade consentida, amém!
Uma prece, um louvor ao adeus
No encontro ao vento
Na partida desse trem, amém!*

*Eia! E vai o trem num sobe serra e desce serra, nessa terra
Vai carregado de esperança, amor, verdade e outros "ades"
Tantos males, pra onde vai?
Quem quer saber?*

O TREM, de Luiz Gonzaga Jr.

RESUMO

A dissertação intitulada “Estado e Capitalismo Dependente” estuda, a partir do referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência (TMD), as especificidades do Estado nos países latino-americanos. Analisa o desenvolvimento capitalista das formações sociais da América Latina valendo-se de contribuições de teóricos latino-americanos como Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, com base na crítica da economia política de Marx e Engels. Defende-se, que a categoria superexploração serve de fundamento à dependência, diante da complexa articulação entre lei do valor, teoria do imperialismo e a divisão internacional do trabalho. Apreende-se, no exame, que a função do complexo político nessas formações sociais de capitalismo dependente, em particular o Estado, tem particularidades determinadas pelo binômio dependência-superexploração. O Estado atua para manter a ruptura do ciclo de reprodução do capital das economias dependentes e compensar as transferências de valor pela intervenção econômica e repressiva, garantindo a manutenção da superexploração, além de possibilitar, no interior do bloco no poder, a hegemonia das classes dominantes imperialistas.

Palavras-chave: Estado. Capitalismo dependente. Superexploração.

ABSTRACT

The dissertation entitled “State and Dependent Capitalism” studies, from the theoretical framework of the Marxist Theory of Dependence (TMD), the specificities of the State in Latin American countries. It analyzes the capitalist development of Latin American social formations using contributions from Latin American theorists such as Vânia Bamberra and Ruy Mauro Marini, based on Marx and Engels' critique of political economy. It is argued that the super-exploitation category serves as a basis for dependence, given the complex articulation between the law of value, theory of imperialism and the international division of labor. It is understood, in the examination, that the function of the political complex in these social formations of dependent capitalism, in particular the State, has particularities determined by the binomial dependence-superexploitation. The State acts to maintain the rupture of the cycle of reproduction of capital in dependent economies and to compensate for the transfers of value by economic and repressive intervention, guaranteeing the maintenance of super-exploitation, in addition to enabling, within the power bloc, the hegemony of the imperialist dominant classes.

Keywords: State. Dependent capitalism. Super-exploitation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	17
2.1 SOCIEDADE CAPITALISTA.....	21
2.1.1 A mercadoria no capitalismo.....	25
2.1.2 Trabalho assalariado.....	29
2.2 ESTADO CAPITALISTA.....	33
2.2.1 Estado na fase imperialista do capitalismo.....	41
2.2.2 Estado capitalista e as classes sociais.....	47
3 ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	60
3.1 REPRODUÇÃO DO CAPITAL NAS ECONOMIAS DEPENDENTES	61
3.1.1 Integração ao mercado mundial e intercâmbio desigual	61
3.1.2 Superexploração da força de trabalho	70
3.2 ESTADO CAPITALISTA DEPENDENTE.....	78
3.2.1 Dependência estatal e transferência de valor.....	79
3.2.2 Estado capitalista dependente e superexploração.....	83
3.2.3 Estado capitalista dependente e classes sociais.....	96
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

O final da Guerra Fria com a vitória do mundo capitalista capitaneado pelos Estados Unidos, frente a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e as demais experiências socialistas do Leste Europeu, resultou na construção de narrativas que afirmavam tanto o “fim da história” quanto o estabelecimento de uma globalização que poderia levar a construção de um mundo sem fronteiras e a superação do conceito de Estados Nacionais, mesmo alguns intelectuais críticos da ordem capitalista afirmavam como obsoletas categorias como luta de classes e imperialismo.

A consolidação da etapa neoliberal proveniente da resposta à crise capitalista em meados dos anos 1970 e 1980, com a ascensão de governos como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Regan nos Estados Unidos da América (EUA) apontavam para a desconstituição de políticas públicas, fins das regulamentações financeiras e dos direitos sociais. O mencionado término das experiências do chamado socialismo real no Leste Europeu no início da década 90 do século XX abriu caminho para a radicalização desse processo nos países centrais que contavam com uma estrutura significativa de um Estado de bem-estar social e aprofundou a aplicação de um receituário que limitasse ainda mais os parcos avanços nos países da periferia do capitalismo e acabasse com as estruturas sociais criadas nos países do Leste Europeu.

Contudo, por mais que discursivamente, a implantação das políticas neoliberais afirmassem a “diminuição” do Estado e a construção da narrativa de globalização, marcada principalmente pela maior liberdade de trânsito de capitais entre os países pela diminuição barreiras legais, o Estado nunca deixou de assumir função importante: na radicalização de políticas repressivas, encarceramento em massa e na associação à iniciativa privada garantindo lucros nas áreas as quais essa não costumava atuar em escala, como a educação, saúde e a própria segurança pública.

Evidentes na década de 20 do presente século, os conflitos econômicos, legais e políticos decorrentes do crescimento da China frente aos Estados Unidos e seus parceiros colocam no centro a questão do Estado e do Imperialismo. A ação dos Estados imperialistas no exercício de Guerras externas nunca perdeu seu papel central, como a ação dos EUA e países aliados na Guerra do Golfo já em 1991 e as invasões de Iraque e Afeganistão na “Guerra ao Terror”, além de intervenções militares na Líbia, Síria e diversos outros países. A

ação de organismos estatais e paraestatais dos países centrais em países da periferia do capitalismo também mantiveram sua constância durante todo esse período. A compreensão da sociedade contemporânea demanda, portanto, o estudo das relações de produção capitalista e do Estado.

A crítica da economia política desenvolvida por Marx e Engels possuía por objeto o processo de gênese, desenvolvimento e crise da sociabilidade burguesa. Embora reconhecessem desde o início o processo de mundialização do capitalismo e a assimetria entre os países, a pesquisa desenvolvida nos três livros do *Capital* buscava compreender as leis gerais de desenvolvimento do capitalismo tendo por base a experiência mais avançada de sociedade industrial de então, a Inglaterra da segunda metade do século XIX. Apesar da identificação das categorias centrais para o estudo do capitalismo¹, o próprio desenvolvimento desse modo de produção trouxe novos desafios para a crítica marxista. No início do século XX a tendência de monopolização já estudada pelos autores alemães resultou na mudança do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, demandando o desenvolvimento de novas categorias como o imperialismo, debatidas por diversos teóricos marxistas como Rosa Luxemburgo, Hilferding, Bukharin, Lenin, entre outros. Contudo, a perenidade do sistema capitalista e a relação dos países imperialistas com suas periferias se modificou substancialmente durante o século XX, do predomínio de uma relação metrópole-colônia, desenvolveu-se o aumento de relação entre centro e nações formalmente independentes, mas dependentes economicamente e politicamente subordinadas.

Mesmo no estudo do imperialismo pelos citados teóricos, centrava-se a análise sobre os países imperialistas, faltando uma a compreensão sobre o outro lado da corrente: os países de capitalismo dependente. Somente o desenvolvimento do capitalismo e o seu espraiamento efetivo para todo o globo possibilitou compreender o processo de mundialização em sua totalidade, uma vez que significou o processo de produção de tipo capitalista, baseado no

¹ Nos três volumes do *O Capital*, há um processo de constante enriquecimento categorial, no primeiro livro do *Capital* que trata sobre o processo de produção do capital, principia-se, como veremos, pela categoria mercadoria e a partir dela são desenvolvidas categorias como a valor, fetichismo da mercadoria, forma-dinheiro, capital, mais-valor relativo e absoluto, salário, até a lei geral de acumulação capitalista; o segundo livro, editado por Engels e lançado após a morte de Marx, estuda o processo de circulação do capital, são desenvolvidas categorias como ciclo do capital mentário, produtivo e do capital-mercadoria, rotação do capital, capital fixo e circulante findando com a acumulação e reprodução ampliada; por fim, no livro terceiro, detêm-se no processo global da produção capitalista, desenvolvendo categorias como taxa de lucro e sua relação com taxa de mais-valor, apresentação da lei da queda tendencial da taxa de lucro, capital comercial, capital portador de juros, renda fundiária etc., também publicado postumamente e editado por Engels, possui uma estrutura mais inconclusa, tendo alguns de seus capítulos apenas como esboços.

trabalho assalariado, também nos países de origem colonial. Surgida na América Latina e buscando explicar o desenvolvimento do capitalismo nesta região, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) busca, com base nos estudos desenvolvidos pelos clássicos citados, mas principalmente pela aplicação do método marxista, explicitar o desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes a partir de suas dinâmicas e relações com o modo de produção capitalista mundialmente, utilizando, quando necessário, novas categorias² e observando suas especificidades.

Partindo deste acúmulo, o presente trabalho buscará, a partir da referência a autores clássicos e contemporâneos vinculados a crítica marxista, analisar as especificidades do Estado nos países dependentes, uma vez que o tratamento indistinto entre Estados Imperialistas e Dependentes pode resultar na ausência de análise sobre “(...) o caráter hierárquico do sistema interestatal e as assimetrias de poder e de soberania entre os Estados em nível mundial” ou mesmo na desarticulação entre os complexos políticos e econômicos, isolando o Estado como “(...) ente autônomo e livre dos condicionantes que o permeiam” (BICHIR, 2017, p. 41).

Partindo do referencial da TMD por compreender que “tal perspectiva entende o Estado em sua totalidade, em suas dimensões internas e externas e articula o político, o econômico e o social na análise deste complexo objeto” (BICHIR, 2017, p. 41). Como fio condutor da presente pesquisa estará a reflexão de Ruy Mauro Marini que articula a teoria do valor de Marx com a teoria do imperialismo, para tanto se valerá da pesquisa bibliográfica das suas obras publicadas em livros e artigos, como os programas de seus cursos ministrados na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) que indicam a leitura de autores que servem de referência para a compreensão dos elementos básicos sobre sociedade capitalista e seu Estado, principalmente das duas disciplinas de *História mundial econômica e*

² Aproveita-se informar que não se debaterá, no presente trabalho, a categoria subimperialismo, desenvolvida por Marini para caracterizar a forma de manifestação do avanço do capitalismo monopólico brasileiro durante o período militar, mesmo considerando sua importância, correlações com o fenômeno estatal e que ele pode ser generalizado para outras experiências, por representar “(...) uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente” (MARINI, 2017, p. 345). A ausência se expressa por dois motivos principais: 1) o objetivo do trabalho em estabelecer características mais generalizantes sobre o Estado na América Latina; 2) o estágio atual dos estudos não permite uma análise crítica razoável para apreensão da citada categoria em toda a sua riqueza, impossibilitando a constatação de elementos que confirmem ou neguem a sua validade, seja quando da proposição por Marini, seja na atualidade, fato que demandaria a consulta autores e uma maior análise de dados. Espera-se avançar neste sentido na continuidade da pesquisa. Para um aprofundamento sobre subimperialismo, conferir Marini (2013), para uma análise e defesa da sua atualidade, conferir Valencia (2019) para uma articulação entre subimperialismo e Estado dependente na análise de Marini conferir Bichir (2017, p. 143-146).

social que permitem analisar de forma mais detida as referências utilizadas pelo autor. Também são referências outros autores da teoria marxista da dependência, como Vânia Bambirra, Adrián Sotelo e Theotônio dos Santos. No que concerne ao Estado capitalista dependente, também serão utilizados como referências principais as pesquisas do chileno Jaime Osorio e os indicativos presentes na tese de doutorado de Maíra Bichir intitulada *A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência* apresentada em 2017 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que realizou um profundo mapeamento do complexo político e do Estado nas obras de Marini, dos Santos e Bambirra, contribuindo para a localização os textos dos citados autores que exploram o tema, permitindo o maior avanço da formulação sobre as especificidades do Estado capitalista dependente empreendida no presente trabalho.

Oportunamente, no que concerne ao método, cabe ressaltar que na crítica marxista o conhecimento teórico pretende conhecer o objeto, sua estrutura e dinâmica próprias, tal como ele é em si mesmo. Conforme afirma José Paulo Netto (2011, p. 20, grifo original), a “*teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*”. Portanto, a análise teórica consiste em examinar racionalmente o objeto, tornando conscientes os seus fundamentos, condicionantes e limites, sempre articulado com os processos históricos reais.

A investigação teórica, como esclarece Netto (2011, p. 42), começa pelo complexo real e concreto que aparece como *dado* “pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples”. Contudo esse processo analítico é insuficiente para reproduzir teoricamente o real e o concreto, assim, após alcançar os conceitos e abstrações mais simples, é necessário retornar para análise da totalidade do complexo social, “que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e de relações diversas” (MARX, 2008, p. 258).

O conhecimento teórico busca o conhecimento do concreto, que funda a realidade, mas não se apresenta imediatamente ao pensamento em sua multiplicidade de determinações. Diante desta limitação, “conhecer teoricamente é (...) *saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas*” (NETTO, 2011, p. 53, grifo original). Objeto que somente pode ser conhecido em seu movimento real, o que exige que as próprias categorias sejam expressas teoricamente com base nesse movimento (IASI, 2011, p. 106).

Como o estudo da totalidade social não pode ser realizado em laboratório, com a decomposição de seus elementos, é necessário que se utilize da capacidade de abstração que permite que se particularize o todo social em suas determinações mais simples, sendo possível realizar a “viagem de volta” e confrontar as abstrações realizadas no pensamento com a realidade concreta. Assim, no momento da exposição da investigação, é possível partir das abstrações mais simples e saturá-las com suas determinações concretas até que a representação no pensamento esteja dotada do máximo de informações possíveis, o que possibilita que se chegue ao mais próximo da totalidade social em seu movimento real.

É justamente a preocupação com a rigorosidade do método marxista na compreensão da realidade da latino-americana que norteia a empreitada da TMD. Sobre o tema, no princípio de *Dialética da dependência*, Marini (2017, p. 325), afirma que dois tipos de desvios metodológicos são frequentes entre os estudiosos marxistas ao estudar a dependência da América Latina: “a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (2017, p. 325). No primeiro dos desvios há uma ruptura na relação entre concreto e abstrato, uma vez que a formalização deixa de reconstituir a dinâmica real os processos analisados no âmbito da exposição e inexistente a uma unificação entre as descrições empíricas e o discurso teórico que ocorrem em paralelo. Já o segundo desvio é o ecletismo que adota enfoques teóricos e metodológicos diversos do marxismo diante da dificuldade de adequar categorias que não foram desenvolvidas especificamente para a realidade dos países dependentes.

Os desvios decorrem justamente de um problema da análise da concretude, pois a economia latino-americana possui peculiaridades em relação às dinâmicas capitalistas estudadas em *O capital*, uma vez que a preocupação era estudar o capitalismo em seu máximo desenvolvimento. Diante do desenvolvimento capitalista dos países centrais, tais peculiaridades podem aparecer ora como insuficiências, ora como deformações, contudo, o capitalismo latino-americano “por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas” (MARINI, 2017, p. 326). A realidade que deve ser investigada é de “(...) um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2017, p. 326).

Nesta perspectiva, o capitalismo é uma unidade do diverso, que se conforma como “(...) um *sistema mundial* e com diversos capitalismos *operando de modo diverso na acumulação mundial*, economias centrais ou imperialistas, economias periféricas ou dependentes” (OSORIO, 2013, p. 57), assim, “(...) os particulares, por sua relação diferenciada na acumulação do capital em escala mundial, geram, por sua vez, *formas internas particulares de reprodução do capital*” (OSORIO, 2013, p. 57), exigindo o desenvolvimento de novos conceitos e categorias que busquem explicar as especificidades da reprodução do capital nos países dependentes em sua imbricação com o capitalismo central.

Desta forma, é importante ressaltar, como se demonstrará no decorrer do presente trabalho, que o nível de abstração realizado por Marx para explicar as leis gerais do capitalismo em *O capital* é diverso do utilizado para definir as especificidades das formações capitalistas dependentes, objeto próprio da TMD, mas é fundamental para compreensão destas especificidades e as pesquisas desenvolvidas pelos teóricos da citada teoria nada mais são que iniciativas de compreensão do capitalismo nas formações sociais demarcadas pelo capitalismo dependente a partir do método desenvolvido por Marx e Engels. Na síntese de Osorio (2013, p. 58), a investigação de Marini em *Dialética da dependência* “busca explicar um capitalismo mais concreto e específico”.

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica que está dividida em duas seções, inicialmente analisar-se-á a sociedade capitalista e o Estado, traçando aspectos fundamentais da reprodução do capital e do complexo político que se desenvolve a partir desta, tendo como base as análises dos principais referenciais teóricos abordados por Marini sobre a temática, principalmente as análises de Marx, Engels, Lenin e Poulantzas, traçando também alguns aspectos importantes para a compreensão do Imperialismo.

Na seção seguinte, partindo dos fundamentos anteriormente estudados, se poderá avançar para o nosso objeto principal de pesquisa que será o estudo da sociedade dependente e como o Estado se expressa nessas formações sociais, Osorio (2014, p. 205) destaca dois processos que são definidores das particularidades do Estado no capitalismo dependente, quais sejam: a condição de dependências dessas formações sociais e a superexploração da força de trabalho que acaba por determinar as relações entre classes, frações e setores.

Serão analisados tais processos principiando pelo estudo das transferências de valor enquanto intercâmbio desigual e da categoria superexploração desenvolvido por Marini,

fundamentais para compreensão do modo diferenciado de inserção dos países de economia dependente no mercado mundial, oportunidade na qual se buscará ressaltar a pertinência do desenvolvimento categorial da TMD com o método desenvolvido por Marx e Engels, principalmente em razão da articulação entre teoria do valor e teoria do imperialismo.

Posteriormente, buscar-se-á identificar as especificidades do Estado capitalista dependente, analisando, tanto a relação entre dependência estatal e transferência de valor enquanto intercâmbio desigual e a relação entre superexploração e o Estado, valendo-se para tal da análise das formas históricas que o Estado assumiu na América Latina, o Estado de contrainsurgência e o Estado de quarto poder. Por fim, serão destacadas as especificidades da relação entre as classes sociais nas formações-sociais dependentes e o Estado capitalista próprio a tais formações.

A escolha do objeto foi resultado de pesquisas desenvolvidas desde a graduação em Direito na Faculdade de Direito de Alagoas (FDA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), partindo da crítica marxista ao Direito e ao Estado, objeto da monografia de conclusão de curso intitulada *Mercadoria e sujeito de direito: um estudo sobre Pachukanis*³, além das pesquisas da pós-graduação *latu sensu* em Direito Processual no Centro Universitário Tiradentes (UNIT) com o artigo de conclusão de curso intitulado *O direito processual em Pachukanis*. A escolha do Estado no capitalismo dependente como objeto de análise foi fortalecida pelas pesquisas desenvolvidas e discussões realizadas no âmbito Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente (GPEDCD)⁴ desde 2017, principalmente da linha de pesquisa *Estado, democracia e capitalismo dependente* e da constante preocupação em estudar a manifestação do Estado e do Direito nas particularidades na qual o pesquisador se encontra inserido, sendo o caso a América Latina e, mais especificamente, o Brasil, escopo não desenvolvido no presente trabalho, mas que se espera avançar na continuidade da pesquisa posterior.

³ Durante o período de graduação o debate do Estado capitalista também foi objeto do grupo de estudos sobre a obra *O poder político e classes sociais* de Poulantzas organizado pelo Prof. Dr. Adriano Nascimento.

⁴ O Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo foi fundado em 2015 e se encontra registrado no CNPQ e certificado pela Universidade Federal de Alagoas, possui três linhas de pesquisa: 1) Capitalismo dependente, superexploração e Questão social; 2) Capitalismo dependente, Questão Agrária e Movimentos Sociais; 3) Estado, democracia e capitalismo dependente. A primeira linha de pesquisa é coordenada pela Profª. Dra. Clarissa Magalhães, orientadora do presente trabalho, e objetiva desenvolver debates, estudos e pesquisas sobre a superexploração. Informações disponíveis em <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7265815694324608>. Acesso: 15 de mar. de 2022.

Por fim, considera-se que o objeto de estudo possui importância significativa para o Serviço Social uma vez que a apreensão do capitalismo brasileiro, desenvolvido nos marcos do capitalismo dependente, é primordial para o entendimento da questão social. A análise do Estado capitalista dependente essencial para compreender as potencialidades e limites das políticas sociais em nosso país, especialmente pela necessidade de defesa do projeto profissional calcado no compromisso ético-político e na busca pela emancipação humana diante de ataques conservadores às políticas sociais e à classe trabalhadora.

2 ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A problemática central da pesquisa de Marx consiste no estudo da gênese, consolidação, desenvolvimento e “condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (NETTO, 2011, p. 17). O estudo do Estado pelo teórico alemão se insere no âmbito da investigação da problemática mencionada, razão pela qual não há uma obra específica de Marx e/ou Engels que se proponha a desenvolver uma teoria do Estado, tal fato, contudo, não obsta que se identifique na produção teórica dos citados autores uma teoria do Estado desenvolvida em diferentes escritos produzidos em sua trajetória intelectual. Teoria do Estado que foi desenvolvida e enriquecida de forma crítica por diversos teóricos marxistas, que acompanharam o próprio desenvolvimento da sociedade capitalista e suas mais diversas formações sociais.

O presente capítulo pretende aprofundar alguns dos elementos relevantes da investigação marxista do Estado na sociedade de capitalista. A doutrina liberal apresenta o Estado como um ente externo à sociedade que garante a coexistência entre os diferentes indivíduos autônomos e com interesses contrapostos, sendo essencial a qualquer sociedade humana, pois mantém a coesão social. Essa concepção reconhece o Estado como órgão político neutro que serve, ou ao menos tem por fim servir, para a manutenção da ordem e do bem-estar de toda a comunidade (LASKI, 1973, p. 173). Conferindo certo caráter a-histórico e generalizante ao ente estatal, a concepção mencionada acaba legitimando a sociedade atual, e seu Estado, como única alternativa possível.

De modo contrário, a crítica marxista procura revelar os condicionantes histórico-sociais do Estado e demonstrar quais os fundamentos existentes na própria sociedade que possibilitam a existência de um ente aparentemente externo que a procura regular. Na famosa introdução de *Contribuição à crítica da economia política*, Marx (2008, p. 47, grifos nossos) sintetiza sua compreensão:

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. **A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política** e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. **O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.** Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social; ao contrário, é o seu ser social que determina consciência.

Constata-se que na análise de Marx as condições de reprodução material de uma determinada sociedade constituem o fundamento sobre os quais se estabelecem os seus complexos superestruturais, como o Estado e o Direito. Longe de se estabelecer um determinismo econômico, compreende-se que a sociedade “(...) é uma totalidade⁵ concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO, 2011, p. 56). Enquanto totalidade estruturada e articulada, a sociedade é composta por totalidades de menor complexidade que se relacionam mutuamente e que podem ser mais determinantes que outras.

Essas totalidades podem diferir em seu grau de complexidade, mas nenhuma delas é “simples” e cada uma possui uma legalidade própria, na qual “(...) as tendências operantes numa totalidade lhe são peculiares e não podem ser trasladadas diretamente a outras totalidades (NETTO, 2011, p. 56). Assim, por exemplo, são totalidades diversas e com legalidades próprias a economia, a política, o direito, a linguagem, entre outras, e o seu estudo impõe a análise de suas singularidades. Contudo, mesmo considerando as suas legalidades próprias, o fundamento dos complexos jurídicos e políticos-estatais estão localizados na estrutura econômica da sociedade.

Portanto, com referência na análise de Marx, o estudo do Estado deve partir da análise da sociedade na qual este ente está inserido. Em cada sociedade, o modo de produção da vida material pressupõe a organização dos seres humanos para retirar da natureza as suas necessidades, ou seja, o trabalho que para Marx (2013, p. 120) é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. O trabalho, compreendido como intercâmbio dos seres humanos com a natureza, é, portanto, o fator distintivo e elemento fundante do ser social.

⁵ Para melhor precisar a categoria totalidade, nas palavras de Lukács (2009, p. 59) “a totalidade do materialismo dialético (...) é uma unidade concreta de forças opostas em uma luta recíproca; isto significa que, sem causalidade, nenhuma totalidade viva é possível e, ademais, que cada totalidade é relativa; significa que, quer em face de um nível mais alto, quer em face de um nível mais baixo, ela resulta de totalidades subordinadas e, por seu turno, é função de uma totalidade e de uma ordem superiores; segue-se, pois, que esta função é igualmente relativa. Enfim, cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se - seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco de circunstâncias históricas determinadas e concretas. Esta concepção de totalidade oferece as melhores possibilidades críticas contra as tentativas de fazer das instituições da democracia formal uma espécie de fetiche. Por outro lado, contudo, os filósofos marxistas devem precaver-se para não transformar esta relatividade necessária em relativismo metodológico. Cabe-lhes explicitar o pensamento marxista acerca da vinculação dialética recíproca entre o absoluto e o relativo.”

Nesta perspectiva, a forma como os seres humanos se organizam para retirar da natureza a sua subsistência é fator distintivo de cada sociedade humana. Assim, na análise das diferentes sociedades é fundamental investigar os modos de produção e as relações de produção correspondentes, conforme apontam Marx e Engels (2009, p. 24-25, grifos originais) na *Ideologia alemã* em 1848,

O modo [...] da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

Constata-se que, para Marx e Engels, tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não são explicáveis por si mesmas, nem pela evolução do espírito humano, mas encontram suas raízes nas condições materiais de existência, a produção e reprodução da vida imediata, razão pela qual antes de estudar o Estado capitalista, faz-se necessário analisar as características fundamentais do modo de produção que o fundamenta, necessário estudar, portanto, a sociedade e o modo de produção capitalista.

Buscar-se-á a seguir, demonstrar que a sociedade capitalista é um tipo específico de sociedade de classes, contudo, não é a única sociedade dividida em classes, por exemplo, as sociedades como a escravista e feudal também possuem como característica sua divisão em classes sociais. Também cabe destacar que nem todas as sociedades humanas que existiram apresentaram tal divisão, uma vez que a divisão da sociedade em classes sociais não está relacionada a qualquer característica inata do ser humano, inexistindo um “gene egoísta” próprio à natureza humana, tampouco a desigualdade social proveniente da citada divisão decorre das diferenças de aptidões e capacidades dos indivíduos num certo estado de natureza, que mais se assemelha a uma competição própria ao mercado imaginário. A existência de classes sociais é originada de um determinado desenvolvimento histórico da sociedade⁶, ou seja, as classes sociais nem sempre existiram na história da espécie humana e podem, inclusive, desaparecer (MANDEL, 1982, p. 13).

⁶ Desenvolvimento compreendido como um processo de rupturas e continuidades do modo de produção anterior, mas que não significa uma “evolução” teleológica e posta, sendo possível constatar a multiplicidades de alternativas originadas das contradições de cada agrupamento humano, para um estudo de algumas peculiaridades de sociedades originárias específicas que ajudam a compreender elementos importantes do desenvolvimento social humano, conferir Leacock (2019).

Embora não seja nosso objetivo tratar exaustivamente tal tema, é importante ressaltar que em sociedades nas quais o desenvolvimento do trabalho e de sua produtividade se encontravam de forma muito limitada a cisão em classes era também impossível, uma vez que baseadas principalmente na caça, pesca e coleta que impunham muitas vezes o nomadismo, as comunidades humanas viviam em extrema pobreza (MANDEL, 1982, p. 16). Deste modo, as comunidades humanas precisam se organizar para garantir a sobrevivência coletiva, impondo que cada indivíduo participe obrigatoriamente no trabalho, sendo este necessário para manter a sobrevivência de toda a comunidade. A produção dos víveres básicos era quase insuficiente para a coletividade, de modo que, como aponta Mandel (1982, p. 16), a “existência de privilégios materiais condenaria à fome uma parte da tribo, privá-la-ia da possibilidade de trabalhar racionalmente e saparia assim as condições de sobrevivência coletiva”.

Assim, o parco desenvolvimento das forças produtivas impossibilitava que cada indivíduo produzisse mais do que o necessário para sua própria sobrevivência, a escassez impunha não apenas o trabalho coletivo, mas também que todos os indivíduos participassem da produção. A organização social tende a manutenção do máximo de igualdade no interior das comunidades humanas (MANDEL, 1982, p. 16). A realidade somente se modifica substancialmente com o advento da agricultura e da pecuária, a partir da revolução neolítica quando o ser humano passa a “produzir os seus víveres e, portanto, controlar mais ou menos a sua própria subsistência” (MANDEL, 1982, p. 17). Atenua-se a dependência em relação às forças naturais e se possibilita que um indivíduo ou conjunto de indivíduos produza mais que o necessário para sua sobrevivência imediata, ou seja, permite-se a constituição de reservas cada vez maiores, algo que possibilitava que alguns indivíduos da comunidade se libertassem de atuar diretamente na produção. Consequentemente, desenvolveu-se “uma certa divisão econômica do trabalho uma especialização dos ofícios, que aumentou a produtividade do trabalho humano” (MANDEL, 1982, p. 17).

Embora o aparecimento do excedente não tenha gerado necessariamente em todas as comunidades humanas a modificação das estruturas igualitárias das comunidades aldeãs, a concentração de grandes excedentes e sua administração por chefes militares, religiosos etc. possibilitou as condições para o surgimento de uma desigualdade social, excedentes que poderiam “ser utilizados para alimentar prisioneiros de guerra ou de expedições de pirataria (que anteriormente teriam sido mortos por falta de subsistência)” que passariam a trabalhar compulsoriamente para os vencedores, em troca da sua subsistência, como aconteceu na Grécia antiga, ou mesmo para sustentar toda “uma população de sacerdotes, soldados,

funcionários, senhores e reais” como nos Impérios do Oriente antigo (Egito, China, Babilônia, Índia) (MANDEL, 1982, p. 17).

A divisão econômica do trabalho acaba então completando uma divisão social do trabalho que fundamenta as diversas sociedades de classe, o que é produzido socialmente deixa de servir ao conjunto da comunidade para servir aos interesses das classes proprietárias. A produção é dividida em “produto necessário, ou seja, a subsistência dos produtores sem cujo trabalho toda a sociedade se afundaria” e o “sobre-produto social, ou seja, o excedente produzido pelos produtores” e comandado pelas classes exploradoras (MANDEL, 1982, p. 17). Permitindo-se a separação de duas funções econômicas fundamentais: produção e acumulação (MANDEL, 1982, p. 18).

Essa separação possibilita um tempo livre das classes exploradoras que permitem o desenvolvimento das técnicas científicas e da escrita, a divisão da sociedade em classes é acompanhada pela divisão do trabalho intelectual e do trabalho manual (MANDEL, 1982, p. 18). Com o desenvolvimento dessas sociedades de classes, amplia-se também a divisão entre agricultura e manufatura, e a conseqüente divisão e antagonismo entre cidade e campo, além do desenvolvimento da troca dos produtos, amplia-se o comércio e surge uma classe que não se relaciona diretamente com a produção, os comerciantes (ENGELS, 2019, p. 153).

Nas sociedades escravistas, o antagonismo entre as classes aparece como evidente, uma vez que a desigualdade reconhecida entre dominantes e dominados é essencial para manutenção das relações sociais dessas sociedades. Os escravos são considerados propriedade dos senhores e sua submissão é realizada diretamente pela força, embora de modo diferenciado a desigualdade entre senhor feudal e servo também é reconhecida por meio do privilégio. Contudo, na sociedade capitalista que tem por base o assalariamento, o conceito de sujeito de direito, autonomia da vontade e da igualdade jurídica se universaliza e a divisão de classes se mostra muito mais complexa, razão pela qual é necessário um estudo mais detido sobre como os seres humanos se organizam para retirar da natureza os meios necessários à sua subsistência na sociedade capitalista.

2.1 SOCIEDADE CAPITALISTA

A sociedade capitalista não é um dado externo à sociabilidade humana, tampouco fruto da evolução do espírito ou da natureza humana, nasce dos avanços e contradições das sociedades que a precederam, embora pelos objetivos do presente trabalho não se aprofundará

exaustivamente, é oportuno traçar algumas linhas sobre o surgimento da sociedade capitalista na Europa Ocidental.

Como apontado anteriormente, o surgimento do excedente econômico e o desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade do trabalho e a possibilidade de trocas entre grupos humanos, possibilitou a cisão das sociedades em classes sociais. No ocidente, a comunidade primitiva é sucedida pelo modo de produção escravista⁷ que se inicia por volta de 3000 a.C. e perdura até a queda do Império Romano (NETTO; BRAZ, 2012, p. 77). Ao fim de um processo de transição, surgiu um novo modo de produção dominante na Europa e que se estrutura e consolida plenamente no século XI d.C.: o feudalismo no qual a propriedade da terra fundamentava a estrutura social a partir do feudo, unidade econômico-social de base territorial, que pertencia a um nobre (senhor feudal) que sujeitava os produtores diretos (servos), “a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações, era ocupada pelos servos (glebas) – pastos, prados, bosques e baldios eram usados em comum” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 80). A condição dos servos era diversa da condição dos escravos, embora persistisse a exploração, possuíam instrumentos de trabalho e retiravam seu sustento da produção realizada nas glebas e nas terras comunais. A economia feudal era fundamentalmente rural e autárquica, cada feudo tinha extensão territorial variável, com uma ou mais aldeias, e a produção era destinada principalmente para consumo próprio (NETTO; BRAZ, 2012, p. 81).

Embora dominante a produção para autoconsumo, mantinha-se a produção para a troca, com centro no trabalho artesanal, que passam a receber grande estímulo a partir do período das Cruzadas, que complexifica a sociedade feudal, os artesãos passam a se organizar em corporações e os comerciantes/mercadores buscam a se associar por meio das ligas. A criação de rotas comerciais para o Oriente radicaliza esse processo, destacando a atividade mercantil que, além de romper com o caráter autárquico do feudalismo, de um lado, estimula o consumo de mercadorias pela nobreza que necessitavam ser trocadas por dinheiro (que ganha fundamental importância), por outro lado, promove a atividade entre regiões afastadas e o surgimento de cidades nas quais os núcleos e redes comerciais se localizam. Uma nova forma de riqueza, diversa da propriedade da terra (riqueza imobiliária), passa a ganhar fundamental importância: a riqueza mobiliária, por meio do acúmulo de dinheiro, os seus

⁷ O modo de produção escravista não foi o único existente e dominante durante a Antiguidade, especialmente no Extremo Oriente, deu-se uma sociedade de classes em moldes diversos, designada como modo de produção asiático que perdurou para além da própria Antiguidade (NETTO; BRAZ, 2012, p. 78).

possuidores, principalmente os grandes comerciantes/mercadores movidos pela busca do lucro, ganham crescente importância (NETTO; BRAZ, 2012, p. 82). No século XIV as contradições internas do modo de produção feudal se agudizam, a produção agrícola e pecuária é comprometida, conforme sintetizam José Paulo Netto e Marcelo Braz (2012, p. 83, grifo original),

as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos à época para recuperá-las, novas terras apresentavam resultados pobres e a necessária expansão dos cultivos fez-se à base da redução de áreas para a pecuária. Por outra parte, limites técnicos reduziram amplamente a mineração da prata, com o que se travou fortemente o curso do dinheiro (sob a forma de moeda metálica), o que trouxe grandes dificuldades, ainda que temporárias, para a vida comercial. Acresça-se a isso um outro fenômeno – a *peste negra* que, vinda da Ásia em 1348, dizimou cerca de um quarto da população europeia-e ter-se-á o quadro que vai erodir o regime feudal, que parecera tão estável entre os séculos XI e XIV.

Diante do aumento da exploração dos servos para compensar a redução do excedente apropriado pelos senhores feudais, as rebeliões camponesas eclodem em profusão, acentua-se também os conflitos e disputas entre os próprios senhores feudais (NETTO; BRAZ, 2012, p. 83). O esforço para combater as mobilizações camponesas, resultou na maior concentração do poder político nas mãos de um único nobre (o rei), em consequência a redução do poder dos demais tomados singularmente, para tornar mais eficiente o poder repressivo e a proteção de suas propriedades, configurando as monarquias absolutistas e o Estado absolutista, caracterizado por uma força armada sob um único comando, uma burocracia e um sistema fiscal.

Com essa centralização do poder político, possibilitou-se uma maior influência dos grupos de comerciantes/mercadores que paulatinamente se tornaram financiadores dessas monarquias juntamente com as casas bancárias que cresceram com a internacionalização do comércio, cobrindo os custos crescentes das novas instituições e seus órgãos. Em troca do financiamento, as monarquias absolutas garantiam os monopólios comerciais e nos séculos XVI e XVII, os comerciantes, a partir do estabelecimento de companhias por ações, operaram o deslocamento da rota comercial para o Atlântico, especialmente ligando Europa e as Américas, a chamada revolução comercial (NETTO; BRAZ, 2012, p. 84-85). As relações tipicamente feudais passam a ser imiscuídas por relações de natureza mercantil, entre os senhores feudais a terra começa a ser objeto de transação mercantil e na relação desses com os servos passam a ser realizadas com prestação em dinheiro e não mais em serviço e espécie (NETTO; BRAZ, 2012, p. 83).

As contradições entre a cada vez mais rica burguesia comercial e bancária e a nobreza se intensificam e as instituições do Estado absolutista começavam a se chocar com a expansão das atividades mercantis e o surgimento das manufaturas na Europa Ocidental, segundo Engels (2015, p. 136) “(...) essa portentosa viravolta nas condições econômicas da vida em sociedade não foi seguida de imediato pela mudança correspondente de sua estruturação política. A ordem estatal permaneceu feudal, enquanto a sociedade se tornava cada vez mais burguesa”. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção feudal, assentadas no Estado absolutista, obstaculizam o desenvolvimento de novas relações de produção capitalistas/burguesas, demandando um processo de revolução social resultante nas revoluções burguesas que culminaram na revolução francesa de 1789 (NETTO; BRAZ, 2012, p. 86-87).

As contradições internas do modo de produção feudal potencializadas pelo desenvolvimento do comércio demarcam o período de crise do feudalismo e ascensão de um modo de produção diverso na Europa Ocidental, o capitalismo. A intensa atividade comercial e a generalização da utilização do dinheiro não foram os únicos precedentes da sociedade capitalista, ao lado delas se mostrou necessário o surgimento e aperfeiçoamento das duas classes fundamentais capitalistas pelo processo que Marx denominou de acumulação primitiva. De um lado, a partir dos grandes grupos comerciais e bancários, ao lado de segmentos de antigos mestres-artesãos enriquecidos, originou-se a classe burguesa. O amplo acúmulo de riqueza por essa classe se deu, além dos processos supramencionados pela intensa exploração colonial, a barbárie imposta aos camponeses na Europa se somou à imposição aos povos na América, África e Ásia, por meio do genocídio, da conquista, da pilhagem e da imposição de trabalhos forçados e escravidão, nas palavras de Marx (2013. p. 821),

A descoberta as terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista.

Na Inglaterra, berço da primeira revolução burguesa já no século XVII, a política dos cercamentos implementada pelos proprietários fundiários que, por meio da violência, expulsou os camponeses das terras comunais, transformando em pastagens de ovelhas, resultou na concentração da terra como propriedade de poucos e forçando o deslocamento de um grande contingente de pessoas sem qualquer posse que não sua força de trabalho para as cidades. Estavam dadas as bases para a gênese e desenvolvimento do modo de produção

capitalista, o estudo dessa sociabilidade, contudo, demanda uma análise das relações de produção que o constituem. Na sua crítica da economia política, em *O capital*, Marx afirma que a riqueza no modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, sendo a sua forma elementar a mercadoria singular, partindo da análise desta para sua análise da sociedade capitalista, sigamos, inicialmente, o mesmo percurso.

2.1.1 A mercadoria no capitalismo

A mercadoria é uma síntese de múltiplas determinações, primariamente, podemos compreendê-la como um objeto externo que, por meio de suas características particulares, serve para satisfação de alguma necessidade humana concreta. A natureza dessas necessidades não altera em nada a questão, elas podem ser materiais ou “espirituais”, nas palavras de Marx (2013, p. 113), prover “do estômago ou da imaginação”. A satisfação dessas necessidades pode ser de forma imediata, quando as mercadorias funcionam como meio de subsistência, ou mediata, quando funcionam como meio de produção. A mercadoria é, portanto, primariamente algo útil, um **valor de uso** que se efetiva apenas no uso ou consumo (MARX, 2013, p. 2013).

Contudo, as mercadorias constituem-se simultaneamente como suportes materiais do **valor de troca** que se manifesta primeiramente como uma relação quantitativa, ou seja, a proporção na qual valores de uso de diferentes espécies são intercambiáveis entre si. Proporção se modifica constantemente nas diferentes épocas e regiões, assim o valor de troca pode parecer acidental e puramente relativo, portanto, a afirmação de um valor intrínseco, próprio à natureza da mercadoria parece, à primeira vista, uma “*contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]” (MARX, 2013, p. 114).

No momento de intercâmbio, a mercadoria expressa algo que diz respeito não apenas a sua própria qualidade, mas a todas as mercadorias: a sua comensurabilidade. Comensurabilidade que revela que existe uma medida comum entre mercadorias diferente em relação à qual elas representam uma mais outra menos, nas palavras de Marx (2013, p. 115-116, grifo nosso),

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca de mercadorias. **Nessa relação, um valor de uso vale**

tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada.

[...] Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso.

Abstraindo das características singulares de cada mercadoria (seu valor de uso), permanece uma única característica: são produtos do trabalho. No entanto, ao abstrair o caráter útil dos produtos também se abstrai o caráter útil dos trabalhos neles representados (trabalho concreto), portanto, desaparecem as diferenças das formas concretas desses trabalhos produtivos, reduzindo-se todos a trabalho humano igual (trabalho abstrato). Deste modo, dos produtos do trabalho “não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia de trabalho humano indiferenciado [...]. Como cristais dessa substância que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias” (MARX, 2013, p. 116). O “algo comum” que se apresenta no intercâmbio de mercadorias, é o seu **valor**⁸. A medição da grandeza de valor de cada mercadoria torna-se possível por meio do exame da quantidade de trabalho contida em cada mercadoria, que, por sua vez, é medida pelo seu tempo de duração, aferido em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc.

No entanto, o tempo de trabalho que serve como medida de valor não é o tempo de trabalho efetivamente despendido na produção de determinada mercadoria, o seu trabalho concreto, mas o trabalho abstrato, ou seja, “trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana”, tornando-se necessário ressaltar que “a força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana” (MARX, 2013, p. 117)⁹.

De tal modo, o trabalho que serve como medida de valor é o trabalho socialmente necessário, “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do

⁸ O trabalho abstrato e o valor somente podem surgir em sua forma plena com a generalização do trabalho assalariado na produção de mercadorias, o que só ocorreu no modo de produção capitalista. A compreensão desse contraditório processo somente se revela possível com base em uma investigação histórica. Para um estudo inicial conferir o capítulo 24 de O capital, intitulado “A assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2013, p. 785-846).

⁹ Caso para medir o valor do produto se considerasse o tempo efetivamente despendido na sua produção, “quanto mais preguiçoso ou inábil for um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois ele necessitará de mais tempo para produzi-la” (MARX, 2013, p. 116-117).

trabalho” (MARX, 2013, p. 117). A grandeza do valor, por sua vez, é definida pelo **tempo de trabalho socialmente necessário** para sua produção.

Contudo, as grandezas de valor das mercadorias não são fixas, mas sofrem mudanças com as alterações na força produtiva do trabalho, que, por sua vez, é determinada por uma série de circunstâncias, entre as quais: “grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2013, p. 118) ¹⁰.

Assim como a mercadoria, o trabalho também possui um caráter duplo: trabalho concreto e trabalho abstrato. Os valores de uso, enquanto corpos de mercadorias diferenciáveis por suas qualidades materiais, são produzidos a partir da enorme heterogeneidade de processos de trabalho úteis (concretos)¹¹, esta heterogeneidade é condição de existência da produção de mercadorias, posto que “apenas produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros se confrontam como mercadorias”, uma vez que, segundo Marx (2013, p. 120),

Valores de uso não podem se confrontar como mercadorias se neles não residem trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolve-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho.

No entanto, a vasta heterogeneidade de atividades produtivas qualitativamente distintas são todas “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos” (MARX, 2013, p. 121). Decorre que “a própria força humana de trabalho tem de estar mais ou menos desenvolvida para poder ser despendida desse ou daquele modo. Mas o valor da mercadoria representa unicamente o (...) dispêndio de trabalho humano”, ou seja, trabalho

¹⁰ Um bem pode ser valor de uso sem ser valor, dar-se quando sua utilidade não é mediada pelo trabalho. Não obstante, nem todo produto do trabalho humano é também mercadoria, o trabalho contido em determinado produto só pode se realizar enquanto valor, quando é despendido numa forma útil para outra pessoa (valor de uso social), a possibilidade de determinado produto satisfazer necessidades alheias somente é demonstrada por intermédio do próprio mercado (MARX, 2013, p. 160). O ar que respiramos ou uma floresta virgem, por exemplo, são valores de uso, mas, por não serem medidas pelo trabalho, não são mercadorias. Também não são mercadorias hortaliças produzidas por uma família no quintal de sua casa para consumo próprio.

¹¹ O trabalho útil, criador de valores de uso, “é uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120).

abstrato (MARX, 2013, p. 121-122). Assim, as mercadorias individuais devem, em determinadas proporções, ser sempre valores de mesma grandeza, uma vez que a grandeza de valor de uma mercadoria expressa apenas a quantidade de trabalho nela incorporada (MARX, 2013, p. 123).

Como os detentores de mercadoria somente estabelecem contato social por meio da troca dos seus produtos, as características especificamente sociais dos seus trabalhos privados (concretos) se revelam apenas no âmbito do mercado, por meio do qual “adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso, sensivelmente distinta” (Marx, 2013, p. 148). A mercantilização universal própria do capitalismo tem como consequência a generalização do **caráter fetichista da mercadoria**, este caráter “fetichista/místico” da mercadoria consiste, segundo Marx (2013, p. 147),

(...) simplesmente de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais.

Como afirma Marx (2013, p. 148, grifo nosso), para os produtores “as relações sociais entre seus trabalhos privados **aparecem como aquilo que elas são**, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como **relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas**”.

Assim, “uma relação social determinada entre os próprios homens [...] assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013, p. 147). Este é o fetichismo da mercadoria, “que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 148). Nas relações mediadas pelo mercado, o que no capitalismo representa quase a totalidade das relações humanas, o movimento social dos vendedores e consumidores “possui, para eles, a forma de um movimento de coisas, **sob cujo controle se encontram, em vez de eles a controlarem**” (MARX, 2013, p. 150, grifo nosso).

Logo, o fetichismo da mercadoria não é uma forma ilusória ou artificial, pois, mesmo que haja consciência desta relação, não se elimina a sua força objetiva externa, que continua a aparecer, para todos que se encontram no modo de produção capitalista, “como algo definitivo

(...), do mesmo modo como a decomposição científica do ar em seus elementos, deixou intacta a forma do ar como forma física corpórea” (MARX, 2013, p. 149). Por essa razão, Marx (2013, p. 156) afirma que o capitalismo se caracteriza por ser “uma formação social em que o processo de produção domina os homens”.

Assim, o fetiche da mercadoria esconde que o trabalho concreto, no mercado “universal”, só se torna possível caso articulado ao conjunto do trabalho de toda a sociedade, o trabalho social. Pois o produtor privado administra, isolada e independentemente dos demais produtores, a sua produção e somente confronta o caráter social do seu trabalho quando leva seu produto ao mercado.

O caráter “fetichizado” das relações humanas recai sobre outras dimensões sociais, vinculadas diretamente ou não à esfera econômica, que são produto da ação coletiva humana, mas não aparecem assim para os indivíduos, algo que acontece em relação ao complexo estatal. Esse processo tende a tornar as relações próprias do capitalismo como aparentemente naturais e a-históricas, logo eternas. Em *A miséria da filosofia*, Marx (2009, p. 137) acentua que para os economistas burgueses:

[...] só existem duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As instituições da feudalidade são artificiais, as da burguesia são naturais. Nisso, eles se parecem aos teólogos, que também estabelecem dois tipos de religião: a sua é a emanção de Deus, as outras são invenções do homem. Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nessas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza. Portanto, essas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo.

Contudo, cabe à crítica materialista-histórica desvelar a historicidade das relações capitalistas e identificar as especificidades dessas relações. Analisou-se até aqui a relação de troca de mercadorias, contudo, o capitalismo tem por fato distintivo a universalização dessa relação, algo tornado possível somente pela generalização da transformação da **força de trabalho** em mercadoria, por meio do assalariamento, necessário, portanto, analisar de forma mais cuidadosa esse processo.

2.1.2 Trabalho assalariado

A troca de mercadorias é realizada com a mediação do dinheiro, a **circulação simples** de mercadoria se dá na forma Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria, na qual os produtores de determinada mercadoria realizam a sua venda para que com o dinheiro recebido consigam

comprar uma mercadoria diversa que necessita para o seu consumo. Na circulação simples “o consumo, a satisfação de necessidades – em suma, o valor de uso – é, assim, seu fim último” (MARX, 2013, p. 226). Contudo, a circulação própria ao sistema capitalista é demarcada pela forma Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro, na qual a quantidade de dinheiro ao final possui um incremento, “sua força motriz e final último é, desse modo, o próprio valor de troca” (MARX, 2013, p. 226), para Marx (2013, p. 223), “esse produto final da circulação de mercadorias é a primeira forma de manifestação do capital” e o seu incremento se denomina **mais-valor** (MARX, 2013, p. 227).

A circulação simples começa com um valor de uso e termina com um outro valor de uso, sua finalidade está fora da circulação, pois busca a satisfação de necessidades, já a circulação do dinheiro como capital, inicia-se com uma quantidade de valor de troca (dinheiro) e termina com um valor de troca (dinheiro), é um fim em si mesmo, uma vez que valorização do valor existe somente no interior desse movimento constantemente renovado, o movimento do capital é, portanto, desmedido. Nas palavras de Marx (2013, p. 229, grifos nossos),

Como portador consciente desse movimento, **o possuidor de dinheiro se torna capitalista**. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua finalidade subjetiva, e é somente enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. Assim, o valor de uso jamais pode ser considerado como finalidade imediata do capitalista. Tampouco pode sê-lo o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do lucro. Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto o entesourador é apenas o capitalista ensandecido, o capitalista é o entesourador racional. **O aumento incessante do valor**, objetivo que o entesourador procura atingir conservando seu dinheiro fora da circulação, **é atingido pelo capitalista, que mais inteligente, lança sempre o dinheiro de novo em circulação.**

Contudo, diferente da afirmação da economia política clássica e da ilusão da meritocracia predominante atualmente, o capitalismo não resulta da produção e circulação simples de mercadorias que por meio de uma acumulação originária pacífica e ordeira permitiu que alguns poucos acumulassem imensa riqueza e outros não possuíssem nada mais que a si próprios; o ponto de partida da acumulação capitalista, deu-se de modo diverso. Inicialmente, “dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital” (MARX, 2013, p. 786). Tal transformação somente pode ocorrer caso duas espécies de possuidores de mercadorias se

encontrem no mercado: de um lado, os possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência que buscam a valorização do seu dinheiro por meio da compra da força de trabalho de outrem; de outro, trabalhadores livres e desvinculados dos meios de produção, “no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc. nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc.” (MARX, 2013, p. 786).

A acumulação primitiva capitalista é, portanto, o processo histórico de separação do trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, os meios de produção, que de um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, de outro, transforma os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2013, p. 786). Como observado anteriormente, o processo de gênese e consolidação das relações capitalistas demandou a completa ruptura das relações feudais de dependência pessoal, das corporações, dos estamentos etc. Para que ocorresse a implantação de uma ordem social fundada no trabalho assalariado, o privilégio e a sujeição direta precisavam ser substituídos pelo acordo de vontades. Amplo contingente da população da Europa precisou ser “educado” para as nascentes relações sociais, os antigos servos foram expulsos das suas terras e forçados à migração em massa para os centros urbanos e a se adaptarem à disciplina da manufatura e posteriormente da fábrica. Esta “educação” muitas vezes precisou ser realizada à força, o Estado cumpriu uma tarefa primordial com estabelecimento do trabalho compulsório para presidiários e desempregados no sistema penitenciário e na assistência social, como, por exemplo, no regime de *workhouses* na Inglaterra (MARX, 2010, p. 34-35).

O capitalismo é, portanto, o modo de produção no qual a **força de trabalho** se generaliza enquanto mercadoria, justamente por ter por fundamento da produção, o trabalho assalariado, Marx (2013, p. 242) entende força ou capacidade de trabalho como “o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. Para que exista a venda da força de trabalho como mercadoria é pressuposto que o seu possuidor tenha o poder de dispor dela, portanto, possua autodeterminação e esteja disposto a vender sua força de trabalho, essa venda também somente pode ocorrer por determinado período.

A **força de trabalho** como toda mercadoria possui valor de uso e valor de troca. O valor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, “é determinado pelo tempo

de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico” (MARX, 2013, p. 245). Como a força de trabalho existe somente como capacidade de certo indivíduo vivo, a sua produção consiste na própria reprodução e manutenção do trabalhador, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessária à manutenção de seu possuidor” (MARX, 2013, p. 245) em suas condições normais de vida, também sendo considerada a própria substituição da mão de obra continuamente, com os filhos e filhas dos trabalhadores. De modo diverso das demais mercadorias, o valor da força de trabalho possui um elemento histórico e moral, uma vez que, nas palavras de MARX (2013, p. 246),

a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local.

Contudo, a **força de trabalho** possui em seu valor de uso uma peculiaridade, é única mercadoria cujo consumo é objetivação de trabalho e, conseqüentemente, criação de valor, ou seja, o valor de uso da força de trabalho é fonte de valor. O **mais-valor** resulta do fato de que a força de trabalho adiciona ao valor de troca da mercadoria um valor maior que o pago pela força de trabalho.

Na produção capitalista, conforme aponta Marx (2013, p. 269-270, grifos nossos),

o trabalho anterior, que está incorporado na força de trabalho, e o trabalho vivo que ela pode prestar, isto é, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas completamente distintas. A primeira determina seu valor de troca, a segunda constitui seu valor de uso. O fato de que meia jornada de trabalho seja necessária para manter o trabalhador vivo por 24 horas de modo algum o impede de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho. (...) **Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui.** Esse é o serviço específico que o capitalista espera receber dessa mercadoria e, desse modo, ele age de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. **Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso.** Ele não pode obter um sem abrir mão do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco a seu vendedor quanto o valor de uso do óleo pertence ao comerciante que o vendeu.

No assalariamento a forma-salário extingue a separação da jornada de trabalho em trabalho pago e trabalho não pago, ocultando, portanto, a exploração capitalista baseada na extração do mais-valor da classe trabalhadora. Nas palavras de Marx (2013, p. 610),

A forma-salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corveia, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra se distinguem, de modo palpavelmente sensível, tanto no espaço como no tempo. No trabalho escravo, mesmo a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, ele trabalha, de fato, para si mesmo, aparece como trabalho para seu senhor. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. No primeiro caso, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; no segundo, a relação monetária oculta o trabalho gratuito do assalariado.

Constata-se que a sociedade capitalista se baseia no fato que a grande massa da população é proprietária somente da condição pessoal de produção, a força de trabalho, enquanto, os não trabalhadores detêm as condições materiais de produção sob a forma de propriedade do capital e fundiária. Para a maior parte da sociedade, não resta alternativa para a sua sobrevivência que não a venda de sua força de trabalho, por meio do contrato de trabalho, para os detentores dos meios de produção.

Diferente da sujeição direta da escravidão, na qual o produtor direto é considerado uma coisa, ou do servo vinculado à gleba e ao seu senhor, a exploração capitalista se apresenta de forma muito mais complexa, no entanto, essa divisão do trabalho que Marx, por meio da crítica da economia política, demonstrou ser baseada numa forma de exploração que tem como pressuposto a apropriação pelos capitalistas do mais-valor produzido pelos trabalhadores e não retribuída pelo salário, é fundamental para a dispar distribuição dos meios de consumo e pela continuidade da divisão da sociedade em classes. Partindo de alguns dos elementos básicos da sociedade capitalista, pode-se investigar o ente estatal que esta fundamenta.

2.2 ESTADO CAPITALISTA

Consideradas as bases que fundamentam a sociedade capitalista, é possível analisar o complexo político que com ela se articula, contudo, como os diversos complexos sociais, o Estado é síntese de múltiplas determinações e dotado de grande complexidade, embora seja possível encontrar elementos essenciais semelhantes nos mais diversos momentos históricos e

sociedades de classe, o Estado capitalista guarda especificidades relevantes e que se transformaram durante o processo de gênese e desenvolvimento da sociedade capitalista. Sendo importante acentuar que, embora seja possível identificar, em determinado nível de abstração, características essenciais típicas ao Estado capitalista, sua manifestação é diversa em cada período histórico, país e região.

Destarte, analisaremos a seguir, alguns dos elementos essenciais ao Estado, demarcando as especificidades do Estado capitalista nas análises desenvolvidas principalmente por Marx, Engels e Lenin em suas obras caracterizadas como teóricas, nas quais buscavam traçar elementos gerais de análise, mas também resgatando contribuições nos seus chamados textos históricos que buscavam debater conjunturas específicas de determinados países, mas trazem análises importantes para compreensão das categorias em maiores níveis de abstração.

O Estado é um complexo social próprio às sociedades de classes, embora seja possível reconhecer elementos de comando em sociedades sem classes, os órgãos e indivíduos que comandam nestas sociedades não o fazem a partir de um poder público apartado do restante da sociedade. É justamente a existência de uma sociedade que, por suas condições econômicas, é dividida entre um amplo conjunto de seres humanos que são submetidos a trabalhar para uma pequena minoria que demanda a existência de um órgão que garanta tal condição por meio da força organizada, “(...) uma terceira força [distinta das classes sociais fundamentais], que, aparentemente situada acima das classes em conflito, abafava o conflito aberto entre elas e permitia que a luta de classes fosse travada, no máximo, na esfera econômica, sob a chamada forma legal” (ENGELS, 2019, p. 156).

Na síntese de Engels (2019, p. 157) em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*:

O Estado, portanto, de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é “a efetividade da ideia ética”, “a imagem e a efetividade da razão”, como afirma Hegel. É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário **um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”;** e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado.

O ente estatal, embora **apareça** como externo, fundamenta-se nas contradições inconciliáveis entre classes com interesses objetivos colidentes. Assim, embora com sua aparência de externalidade e mesmo de neutralidade em relação aos componentes das classes proprietárias de forma individualizada, o Estado “é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. (...) aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis” (LENIN, 2007, p. 27).

O Estado nasce da necessidade de contenção dos antagonismos inconciliáveis entre as classes e, simultaneamente, em meio ao conflito entre elas, servindo como Estado da classe mais poderosa e economicamente dominante que, por meio dele, converte-se em politicamente dominante e detém novos meios para repressão e exploração da classe dominada (ENGELS, 2019, p. 158). Para a crítica materialista-histórica, o Estado é essencialmente dominação de classe e um mecanismo de coerção, de violência concentrada, da classe oprimida e explorada (ENGELS, 2019, p. 162), embora não se resuma a estes elementos.

O Estado se caracteriza, primeiramente, pela divisão territorial, organizando os seus integrantes conforme o local de pertencimento, segundo pela instalação de um poder público especial que “(...) consiste não só em homens armados, mas também em penduricalhos próprios, prisões e instituições coercitivas de todo tipo” (ENGELS, 2019, p. 157), pessoas responsáveis por sua administração (uma burocracia) e para manutenção deste poder público e se estabelece com a contribuição compulsória dos cidadãos, os impostos (ENGELS, 2019, p. 158).

Até então, as características citadas não são específicas do Estado no capitalismo, mas de modo mais ou menos pronunciada, de diversas manifestações do ente estatal em diferentes sociedades de classe, contudo, na sociedade capitalista as características do poder político refletem as especificidades da exploração dos produtores diretos por meio do trabalho assalariado, resultando numa estrutura política peculiar. Conforme aponta Marx (2017, p. 852, grifo nosso) no terceiro livro de *O capital*:

A forma econômica específica em que o mais-trabalho não pago é extraído dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta advém diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage sobre ela de modo determinante. **Nisso se funda, porém, toda a estrutura da entidade comunitária econômica, nascida das próprias relações de**

produção; simultaneamente com isso, sua estrutura política peculiar. Em todos os casos, é na relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos – relação cuja forma eventual sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho e, assim, a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais profundo, a base oculta de todo o arcabouço social e, conseqüentemente, também da forma política das relações de soberania e de dependência, isto é, da forma específica do Estado existente em cada caso.

Como investigamos anteriormente, a sociedade capitalista tem por base a existência dos proprietários do meio de produção, capitalistas, e daqueles que só possuem como alternativa para sobrevivência a venda de sua própria força de trabalho, o proletariado. A relação de exploração dá-se, primordialmente, pela relação de assalariamento, que aparece como o contrato entre sujeitos formalmente iguais e que livremente trocam mercadorias, a força de trabalho e o dinheiro (salário), no mercado, não pode haver coerção nesse processo, é necessário que capitalista e trabalhador sejam sujeitos que possuam a autonomia de sua vontade manifestada no contrato de trabalho. Na síntese de Marx (2013, p. 242, grifo nosso):

A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. **Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais.**

Decorre que a igualdade e a liberdade na relação jurídica de compra e venda de mercadorias que se dá na base do modo de produção capitalista, reflete-se no nível das instituições políticas e jurídicas próprias ao Estado capitalista. Deste modo, o Estado aparece como autoridade fiadora do intercâmbio de mercadorias, enquanto tal “(...) não somente pode ser expresso nos termos do direito”, mas se revela em si como Direito e apenas como Direito, confundindo-se “(...) inteiramente com a norma objetiva abstrata” (PACHUKANIS, 2017, p. 169).

Assim, a aparência de neutralidade e mediação do ente estatal não é apenas uma visão distorcida da realidade, mas efetiva, embora sua essência o impeça de ser elemento conciliador nesse antagonismo de classe. No capitalismo, o domínio de classe não se apresenta de modo direto e imediato, exigindo um aparato que aparece como um poder

impessoal dissociado dos interesses privados de um indivíduo ou de uma classe, mas que se revela como “(...) autoridade pública, distante e acima das classes, ou melhor ainda, ‘estranha’” (NAVES, 2008, p. 80) e mesmo indiferente às classes. Como, na sociedade capitalista, o Estado é a esfera dos interesses gerais e a sociedade civil é o lugar onde habitam os interesses individuais, o acesso à política somente pode ser concedido aos indivíduos despidos de sua condição de classe e como sujeito jurídico abstrato, desnudo de sua individualidade e singularidades, “(...) qualificados por uma determinação jurídica: o acesso ao Estado só é permitido aos indivíduos na condição de cidadãos” (NAVES, 2008, p. 82). O cidadão é reconhecido como indivíduo universal, uma contraparte do indivíduo econômico e do sujeito de direito no âmbito jurídico. A cidadania, nas palavras de Marini (2005, p. 214), é “(...) a titularidade individual dos direitos civis e políticos” que mascara o fundamento que determina a existência das classes sociais e destina “(...) a cada um o papel de participante isolado na vida do Estado”. A república democrática, e a relação entre burocracia e sufrágio, acaba servindo como uma contraparte da relação de exploração capitalista e intercâmbio de mercadorias.

Quanto mais aperfeiçoado o Estado Capitalista, maior é o tratamento indistinto e formalmente igualitário entre os diferentes cidadãos e o “direito” de todos influenciarem na determinação da administração do Estado. O Estado pode, inclusive, reconhecer desigualdades e, por exemplo, realizar imposto diferenciado que “(...) pressupõe as diferentes fontes de renda das diferentes classes sociais (...)”, mas que, portanto, “(...) logo pressupõe a sociedade capitalista” (MARX, 2012, p. 45).

Durante o século XIX e início do XX, nas mais variadas modalidades, ocorre, por um lado, o processo de elaboração e aperfeiçoamento do poder parlamentar – seja nos países tanto republicanos como França, Estados Unidos e Suíça, seja nas monarquias como Inglaterra, Alemanha, países escandinavos – por outro lado “(...) o processo de luta pelo poder, dos diferentes partidos burgueses ou pequeno-burgueses, que dividem entre si os empregos públicos, como um despojo, enquanto os fundamentos do regime burguês se mantêm imutáveis”, também ocorrendo “(...) o processo de aperfeiçoamento e consolidação do ‘poder executivo’ com o seu aparelho burocrático e militar” (LENIN, 2007, p. 52).

Obviamente, a riqueza continua cumprindo função fundamental na sociedade capitalista, mas exerce seu poder no Estado de modo indireto e mais seguro, de “por um lado, na forma da corrupção direta dos funcionários”, por outro, “na aliança entre governo e Bolsa

de Valores”, concretizada com maior facilidade com o crescimento das dívidas dos Estados “(...) e quanto mais sociedades por ações concentrarem em suas mãos não só o transporte, mas também a própria produção, e, por seu turno, tiverem seu centro na Bolsa de Valores” (ENGELS, 2019, p. 159).

Embora os mecanismos supramencionados de influência da riqueza não se restrinjam a forma estatal de república democrática, a sua onipotência é mais bem assegurada sob tal forma, justamente por seu caráter impessoal “(...) o capital, depois de se ter apoderado dessa crosta ideal (...) firmou o seu poder de maneira tão sólida, tão segura, que nenhuma mudança de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar esse poder” (LENIN, 2007, p. 33-34). Mesmo o sufrágio universal funciona como um instrumento de dominação, conforme aponta Lenin (2007, p. 34): “Os democratas pequeno-burgueses (...) esperam, precisamente, ‘mais alguma coisa’ do sufrágio universal. Partilham e fazem o povo partilhar da falsa concepção de que o sufrágio universal (...) é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores” no Estado Capitalista.

Já o proletariado, um proprietário mesmo que somente de sua força de trabalho, tende a reconhecer a ordem social existente como a única possível, inclusive respaldando politicamente a classe capitalista. Segundo Lenin (2007, p. 66), em essência o parlamentarismo burguês, com suas instituições representativas e a elegibilidade periódica funciona para decidir “(...) para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de oprimir e esmagar o povo no Parlamento”, tanto nas “(...) monarquias parlamentares constitucionais, como também nas repúblicas mais democráticas”.

No devir da classe, o sufrágio universal pode servir como “(...) termômetro da maturidade da classe trabalhadora” e de seu projeto emancipatório, porém no Estado Capitalista “(...) mais do que isso ele não pode ser, nem jamais será” (ENGELS, 2019, p. 159), sendo, para a crítica marxista, falsa a concepção de, por meio do voto, manifestar-se verdadeiramente e, principalmente, impor-se a vontade da maioria dos trabalhadores (LENIN, 2007, p. 34).

Contudo, o próprio Lenin afirma que a república democrática é a forma de governo mais avançada no regime capitalista, embora reconheça que a exploração por meio do assalariamento é obrigatoriamente a parte que recebe o povo mesmo na república mais

democrática (LENIN, 2007, p. 39). Portanto, é equivocadamente considerar “(...) que a forma de opressão seja indiferente ao operariado”, pois “uma forma de opressão e de luta de classes mais ampla, mais livre, mais franca, facilitará enormemente ao proletariado a sua luta pela abolição das classes em geral” (LENIN, 2007, p. 98). No entanto, a classe proletária, em consequência da exploração capitalista, tem sua existência debilitada de tal modo pelas necessidades e pela miséria “(...) que nem tempo têm para se ocupar de ‘democracia’ ou de ‘política’; no curso normal e pacífico das coisas, a maioria da população se encontra afastada da vida política e social” (LENIN, 2007, p. 107).

A democracia acaba sendo realizada para aqueles que dispõem de tempo e recursos, além de existirem diversos entraves legislativos para a participação de amplos contingentes do povo. Assim, conforme aponta Lenin (2007, p. 107-108),

Se observarmos mais de perto o seu mecanismo, só veremos, sempre e por toda parte, restrições ao princípio democrático, nos “menores” (presentemente os menores) detalhes da legislação eleitoral (censo domiciliário, exclusão das mulheres, etc.), assim como no funcionamento das assembleias representativas, nos obstáculos de fato ao direito de reunião (os edifícios públicos não são para os "maltrapilhos"), na estrutura puramente capitalista da imprensa diária, etc., etc. Essas limitações, exceções, exclusões e obstáculos para os pobres, parecem insignificantes, principalmente para aqueles que nunca conheceram a necessidade e que nunca conviveram com as classes oprimidas nem conheceram de perto a sua vida (e nesse caso estão os nove décimos, senão os noventa e nove centésimos dos publicistas e dos políticos burgueses); mas, totalizadas, essas restrições eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia.

Deste modo, o Estado capitalista é a instituição que tipicamente possui “(...) a capacidade de fazer com que interesses sociais particulares possam aparecer como interesses de toda a sociedade” (OSORIO, 2014, p. 18), interesses da classe dominante aparecem como pertencentes a toda a sociedade.

Ao tratar da conjuntura francesa quando do golpe encabeçado pelo sobrinho de Napoleão Bonaparte, então presidente eleito, em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, Marx realiza análises que possibilitam não apenas compreender o caso francês, mas, que excetuadas as especificidades, podem ser generalizadas para o Estado e a luta política em geral. Por exemplo, ao tratar da Revolução Francesa de 1789, ressalta a intensificação do processo de centralização do poder no Estado criando uma unidade nacional burguesa e a instituição de servidores do poder público, inclusive generalizando interesses e os transformando em objeto da atividade governamental (MARX, 2011, p. 140-141).

Assim, o poder estatal capitalista possui como duas das suas instituições mais típicas “a burocracia e o exército permanente” (LENIN, 2007, p. 49), instituições que se conectam de múltiplas maneiras com o poder parlamentar e a burguesia. Diante da separação e certa autonomia do Estado Capitalista da burguesia em geral e, principalmente, de burgueses individualmente considerados, justamente por este ser um garantidor do “livre” mercado e do intercâmbio generalizado de mercadorias, o desenvolvimento dessa força pública burocrática e militar se dá de maneira crescente, tornando-se necessário além dos impostos se desenvolvem outros meios de financiamento, “(...) o Estado emite letras de câmbio futuras, faz empréstimos, *dívidas públicas*” (ENGELS, 2019, p. 158).

O aparelho burocrático e militar, principalmente em seus setores intermediários e subalternos, passa a ser composto por indivíduos provenientes, majoritariamente, de outras classes que não a dominante, principalmente setores da pequena burguesia “(...) graças a esse aparelho que dá às camadas superiores do campesinato, dos pequenos artesãos, dos comerciantes, etc., empregos relativamente cômodos, tranquilos e honoríficos, cujos titulares se elevam acima do povo”, mas que se submetem a classe dominante (LENIN, 2007, p. 50) e dividem entre si os empregos públicos, como um espólio, mantendo os fundamentos do regime burguês, aperfeiçoando e consolidando o aparelho burocrático e militar.

É importante acentuar que o Estado se manifesta concretamente de modo diferenciado em cada formação econômico-social e possuindo características próprias em cada um dos países, algo que se radicaliza, como veremos posteriormente, ao considerarmos os países centrais do capitalismo e os países dependentes. Nada impede, contudo, de traçarmos elementos constitutivos essenciais genéricos aos Estados capitalistas, neste sentido, afirma Marx (2012, p. 42, grifo nosso),

O “Estado atual”, ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país. No Império prussiano-alemão, o Estado é diferente daquele da Suíça; na Inglaterra, ele é diferente daquele dos Estados Unidos. “O Estado atual” é uma ficção. No entanto, os diferentes **Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais.** Nesse sentido, pode-se falar em “atual ordenamento estatal [*Staatswesen*]” (...).

Assim, para a crítica marxista, embora o Estado capitalista apresente as mais variadas formas, mantém uma essência invariável: “(...) todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia” (LENIN, 2007,

p. 55), uma vez que o Estado se fundamenta na própria existência do conflito entre interesses de classes inconciliáveis. Assim, mesmo na sua forma de república capitalista democrática, “(...) é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (LENIN, 2007, p. 28). Embora o poder possa e de fato se manifeste em diversos âmbitos da sociedade, o Estado é, como centro do poder político, “(...) *a condensação em que todas as redes e relações de poder encontram seu núcleo de articulação*” (OSORIO, 2014, p. 18, grifo original). Como antecipado ao tratar do fetichismo, o Estado que é produto da ação humana, **aparece** como alheio à vontade e externo aos indivíduos e mesmo à sociedade em geral. O ente estatal, com seu ordenamento jurídico, serve como aparato que consolida e legaliza a dominação de classe, enquanto “(...) aparece aos seres humanos que o criaram como um poder acima de qualquer força humana, destinado a ordenar e normatizar as relações sociais, dirimindo os conflitos” (IASI, 2005, p. 176).

Na síntese de Iasi (2012, p. 43, grifo nosso),

(...)a ação dos seres humanos cristaliza-se em produtos sociais que se autonomizam relativamente a estes (...) de forma que **o produto da ação coletiva assume uma racionalidade diversa da ação individual, não podendo portanto ser reduzida à inteligibilidade individual.**

Constata-se que como o sistema de produção e reprodução do capital “(...) forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano (...)”, uma vez que é “(...) até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZAROS, 2011, p. 96, grifo original); o Estado capitalista “(...) imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais” (MÉSZAROS, 2011, p. 98).

2.2.1 Estado na fase imperialista do capitalismo

O desenvolvimento do capitalismo e seu espraiamento mundial, demarcaram outras características elementares ao Estado capitalista, notadamente fundadas nas próprias modificações da sociabilidade burguesa e nas tendências de monopolização, em seu princípio analisadas por Marx e Engels, mas estudadas em sua forma desenvolvida e madura por Lenin.

A mundialização do capitalismo, com o desenvolvimento de um mercado mundial e uma consequente interdependência das nações são próprios à necessidade de reprodução continuada do capital, constitui a tendência da burguesia de buscar novos mercados que a compele a invadir “globo terrestre” e procurar “(...) estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” como expresso por Marx e Engels (2005, p. 43, grifos nossos) já em 1848:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. **No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações.** E isto se referente tanto à produção material como à produção intelectual.

Contudo, esse já complexo desenvolvimento da mundialização do capitalismo sofre grandes transformações no final do século XIX e início do século XX, além da necessidade de escoamento de mercadorias e exploração de matéria primas, dar-se também a necessidade de escoamento de capitais. A concentração do capital, como consequência principalmente das crises cíclicas¹², impõe a substituição do capitalismo concorrencial pelo capitalismo dos monopólios. Como iniciadas durante o século XIX, o princípio desta tendência foi estudado por Marx e, principalmente, Engels, resultando, inclusive, em reflexões sobre as repercussões

¹² O capitalismo é demarcado por ciclos econômicos e, de modo esquemático, neles estão presentes quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge. Sendo a crise um traço constitutivo do capitalismo, entre 1825 e a Segunda Guerra Mundial os períodos de prosperidade econômica foram acompanhados catorze vezes por crises econômicas (NETTO; BRAZ, 2012). Tais crises são chamadas de crises cíclicas, para um detalhamento sobre as capitalistas periódicas crises, conferir Netto e Braz (2012) e Salama e Valier (1975). István Mészáros, acompanhado por outros críticos marxistas contemporâneos, afirma que ao menos desde a década de 1970 o capitalismo passa por um período de crise de qualidade diversa das crises cíclicas (sem que com isso estas deixem de existir): a crise estrutural de, modo sumário, demarcada pela proximidade aos limites estruturais da ordem do capital, nas palavras de Mészáros (2011, p. 697, grifo original) “da representação de um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa*, endêmica, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada”. Segundo Paniago (2018, p. 24), “Diferentemente das crises anteriores, uma crise estrutural se defronta com os limites últimos da totalidade do sistema, os quais não pode respeitar, pois, de acordo com sua própria lógica, é impulsionado a ir para além deles. Deve-se evitar a qualquer custo, sem avaliação das consequências futuras, que tais limites se transformem em bloqueios permanentes e se interponham no caminho da autoexpansão do capital.”

no complexo político. O processo de monopolização, como aponta Engels (2010a, p. 31), já se evidenciava no final do século XIX:

Como, porém, esses trustes se desmoronam ao sobrevirem os primeiros ventos maus nos negócios, conduzem com isso a uma socialização ainda mais concentrada; todo o ramo industrial se converte numa única grande sociedade anônima, e a concorrência interna dá lugar ao monopólio interno dessa sociedade única; assim aconteceu já em 1890 com a produção inglesa de álcalis, que na atualidade, depois da fusão de todas as quarenta e oito grandes fábricas do país, é explorada por uma só sociedade com direção única e um capital de 120 milhões de marcos.

Já então ficava clara uma modificação da intervenção econômica do Estado capitalista que passava a intervir de maneira mais direta no comando da produção, como segue argumentando Engels (ENGELS, 2010a, p. 31):

De um modo ou de outro, com ou sem trustes, o representante oficial da sociedade capitalista, o Estado, tem que acabar tomando a seu cargo o comando da produção. A necessidade a que corresponde essa transformação de certas empresas em propriedades do Estado começa a manifestar-se nas grandes empresas de transportes e comunicações, tais como o correio, o telégrafo e as estradas de ferro.

Relevante ressaltar que apesar de tais modificações no modo de produção capitalista e na intervenção estatal, a sua essência não é alterada e, pelo contrário, a exploração capitalista se aperfeiçoa e amplia, pois as forças produtivas não deixam de ser capital ao se converterem em propriedade das sociedades anônimas, dos trustes ou mesmo do Estado, que não deixa de proteger as condições gerais do modo de produção capitalista contra ataques da classe trabalhadora ou mesmo de capitalistas individuais. No caso dos trustes ou sociedades anônimas quanto mais detêm forças produtivas, mais se transformam em capitalistas coletivos e mais trabalhadores passa a explorar, “(...) a relação capitalista, longe de ser abolida com essas medidas, aguça-se” (ENGELS, 2010a, p. 31-32).

Contudo, somente no início do século XX tais tendências se consolidam em um estágio particular do capitalismo: o imperialismo¹³ que influencia de maneira significativa os

¹³ Ao longo de sua história, o capitalismo passou por um processo de espraiamento mundial e de intensas transformações que são contínuas e permanentes, contudo é possível estabelecer algumas periodizações históricas do seu desenvolvimento, conforme Netto e Braz (2012, p. 183-184) primariamente, o período do **capitalismo comercial (ou mercantil)** que principia no processo de acumulação primitiva do capital até o começo do controle do capital sobre a produção de mercadorias e, por meio dela, do comandar o trabalho, com o estabelecimento da manufatura durando do século XVI ao XVIII, posteriormente, no período final do século XVIII principia o período do **capitalismo concorrencial**, vinculado tanto ao processo de revoluções burguesas no plano político com a mudanças técnicas com a revolução industrial, culminando na subsunção real do trabalho ao capital, com a consolidação do capitalismo nos principais países da Europa Ocidental, findando entre

diferentes Estados capitalistas existentes e impõe novas características ao ente estatal. Diversos teóricos marxistas, como Rudolf Hilferding, em *O capital financeiro* (1910), Rosa Luxemburgo, em *A acumulação do capital* (1913), e Nikolai Bukharin, em *Imperialismo e economia mundial* (1915) buscaram compreender tal fenômeno, Lenin (2012, p. 124) em seu *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (1917) traça como particularidades fundamentais do imperialismo: o elevado grau de concentração da produção e do capital que cria monopólios que desempenham um papel determinante na vida econômica; a fusão entre o capital bancário e industrial, gerando o capital financeiro e a conseqüente criação de uma oligarquia financeira; as exportações de capitais, para além da exportação de mercadorias, ganha grande importância; a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que passam a partilhar o mundo entre si; e, por fim, a conclusão da partilha territorial do mundo entre os países capitalistas mais importantes.

Na disputa entre países imperialistas e na relação entre estes e os países da periferia do capitalismo, o Estado ganha um papel central, ampliando-se seu aparelho burocrático/administrativo e militar. Com a divisão territorial do mundo por alguns poucos Estados e com a busca das megas empresas monopolistas sediadas nestes por novos mercados e locais para investimento de capitais, o capitalismo monopolizador se transforma em capitalismo monopolizador de Estado (LENIN, 2007, p. 19) o desenvolvimento do imperialismo, evidencia-se nos países capitalistas mais avançados, como Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha etc. A síntese de Lenin (2007, p. 53) é didática:

O imperialismo – época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios capitalistas, época em que o capitalismo dos monopólios se transforma, por via de crescimento, em capitalismo de monopólios de Estado – mostra a extraordinária consolidação da “máquina governamental”, o inaudito crescimento do seu aparelho administrativo e militar, ao mesmo tempo que se multiplicam as repressões contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nos mais livres países republicanos.

os finais do século XIX e início do século XX, quando a centralização de capital que destacamos impulsiona os grandes monopólios e abre espaço ao **estágio imperialista do capitalismo**, que, por sua vez, pode ser periodizado em três fases, a primeiramente, a **fase clássica** pode ser situada entre 1890 e 1940 se dá no período intenso de disputa e reorganização entre os países capitalistas principalmente em relação a suas possessões coloniais, abarcando a primeira, a crise de 1929 e o início da segunda guerra, a **fase dos “anos dourados”** entre o final da segunda guerra e os anos setenta, demarcado pela aplicação de políticas keynesianas dos países centrais resultantes em amplo crescimento econômico e controle a aspectos das crises cíclicas, além de estabelecimento do chamado Estado de bem-estar social. A crise do capitalismo dos finais de anos 60 e início dos anos 70 do século XX, deu fim ao período anterior e abriu espaço para terceira fase do estágio imperialista, o **capitalismo contemporâneo** com a emergência do neoliberalismo.

O elevadíssimo grau de concentração do capital impõe que os limites nacionais não são suficientes para que sua exploração garanta lucros. Como nos países da periferia – com pouco desenvolvimento do capitalismo, mas já incorporados na circulação do capitalismo mundial – impõe-se um imenso atraso marcado pela escassez de capitais, baixo preço da terra e salários e matérias primas baratas, a busca por sua submissão garante a exportação de capitais que possibilitem lucros elevados, dar-se “(...) uma sólida base para o jugo e a exploração imperialista da maioria dos países e nações do mundo, para o parasitismo capitalista de um punhado de Estados riquíssimos!” (LENIN, 2012, p. 94-95).

O desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro ampliou a tendência para anexações, violando a independência e autodeterminação de diferentes povos, aprofundando, como explica Lenin, “(...) a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes” (LENIN, 2012, p. 167), de tal modo, “(...) o capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘avançados’” (LENIN, 2012, p. 27). Amplia-se a diferença dos ritmos de desenvolvimentos entre países de centro e periferia no capitalismo, enquanto componentes da economia mundial (LENIN, 2012, p. 133), estabelecendo-se também a busca pela reorganização das colônias.

Os grupos capitalistas partilham economicamente o mundo o repartindo “(...) ‘segundo o capital’, ‘segundo a força’(...)”, uma vez que “(...) qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema de produção mercantil e no capitalismo” (LENIN, 2012, p. 108), tal força varia conforme o desenvolvimento econômico e político, sendo indiferente que tais mudanças são exclusivamente econômicas ou extraeconômicas, como, por exemplo, por meio de recursos militares (LENIN, 2012, p. 108), algo evidenciado nas relações e disputas interimperialistas próprias da primeira grande Guerra Mundial iniciada em 1914. As relações entre os diferentes grupos capitalistas de diferentes origens nacionais, inclusive em cartéis internacionais, dão-se “*com base na partilha econômica do mundo*” que, concomitantemente e de forma correlacionada, são estabelecidas relações “entre os grupos políticos, entre os Estados, baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na ‘luta pelo território econômico’” (LENIN, 2012, p. 108, grifo original).

Sobre a base do capital financeiro, moderniza-se uma superestrutura política (e ideológica) que reforça a tendência para as conquistas coloniais que facilitam ou mesmo

tornam possível a exportação de capitais em condições excepcionais, pois, valendo-se de meios monopolistas, é possível suprimir a concorrência, “garantir encomendas, consolidar as ‘relações’ necessárias” (LENIN, 2012, p. 118). Contudo, Lenin destaca que a política internacional na fase imperialista do capitalismo não apenas impõe aos países da periferia relações coloniais, há países que, embora politicamente independentes e dotados formalmente de soberania, “na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática” (LENIN, 2012, p. 118). A relação de dependência dar-se em diferentes modelos, Lenin cita a situação das semicolônias, mas também a forma que tem por modelo a Argentina de então, outro caso que apresenta é o português, vejamos:

Portugal nos mostra um exemplo de uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que conservando a independência política. Trata-se de um Estado independente, soberano, mas na realidade (...) está sob protetorado inglês. A Inglaterra defendeu Portugal e as possessões coloniais portuguesas para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: Espanha e França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colônias; pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos etc. etc. Este gênero de relações sempre existiu entre grandes e pequenos Estados, mas **na época do imperialismo capitalista ele se torna sistema geral, passa, como um elemento entre tantos outros, a fazer conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passa ser elo da cadeia de operações do capital financeiro mundial** (LENIN, 2012, p. 120, grifos nossos).

Contudo, na época estudada por Lenin no início do século XX, e de modo diverso do período que possibilitou o desenvolvimento da teoria marxista da dependência, predominava a relação colonial e semicolonial entre capitalismo central e periférico. Sendo necessário evidenciar que a relação colonial da época do capitalismo imperialista difere substancialmente das demais formas de possessão colonial, mesmo em períodos anteriores da própria acumulação capitalista, notadamente da sua fase mercantil. Uma vez que a característica essencial da etapa imperialista consiste na dominação desempenhada pelas grandes associações do capital monopolista. Como bem apresenta Lenin (2012, p. 116),

Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos *todas* as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam para retirar do adversário toda a possibilidade de concorrência para adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, campos de petróleo etc. A posse de colônias por si só traz aos monopólios garantia completa de êxito contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. **Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a**

falta de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

Na relação entre Estados imperialistas, os cartéis monopolistas procuram ampliar a criação de tarifas protecionistas originando um novo tipo de barreiras alfandegárias protecionistas, protegendo-se os produtos suscetíveis a exportação; entre outras táticas, desenvolve-se a exportação a preço vil como o *dumping*: “(...) dentro do país, o cartel vende os seus produtos a um preço alto, fixado pelo monopólio, mas no estrangeiro coloca-os a um preço baixíssimo” (LENIN, 2012, p. 155), minando a concorrência e ampliando a produção ao máximo.

Nessa etapa, os mecanismos de influência da riqueza nas repúblicas democráticas capitalistas (e nas outras formas que assume o Estado) citados anteriormente, notadamente, a corrupção dos membros do aparelho burocrático e militar e a influência da bolsa nos governos, radicalizaram-se: “o imperialismo e o reinado dos Bancos têm ‘desenvolvido’, com uma arte requintada, em todas as repúblicas democráticas, esses dois meios de manter e exercer a onipotência da riqueza” (LENIN, 2007, p. 33).

Na fase imperialista, não se descaracteriza a produção capitalista, pois mesmo com a alta concentração do capital e que se institua uma certa organização metódica e calculada, ao calcular antecipadamente o rendimento da produção nacional e mesmo internacional e buscar regular a produção segundo um plano, “nunca chegaram até hoje e nunca chegarão a uma organização da produção inteiramente calculada sobre um plano” (LENIN, 2007, p. 88).

2.2.2 Estado capitalista e as classes sociais

Durante o século XX, a análise do Estado a partir de uma perspectiva marxista encontrou na produção teórica do greco-francês Nico Poulantzas uma de suas maiores contribuições. Dentre essas contribuições, na obra *Poder político e classes sociais* publicada em 1968 que buscava desenvolver a “teoria regional do político” no modo de produção capitalista, Poulantzas desenvolve, a partir do estudo de Marx e outros teóricos marxistas, a conceituação da estrutura jurídico-política capitalista e o conceito de **bloco no poder**¹⁴,

¹⁴ Conforme aponta Bichir (2017, p. 60, nota 38), o conceito de bloco no poder é empregado em diferentes textos por Marini ao tratar de conjunturas concretas em diversos países da América Latina, para presente pesquisa se conseguiu acesso apenas em dois textos disponíveis online: Marini (1978; 1982), mas a autora cita outras ao menos outros quatro textos.

buscando compreender a singularidade do Estado capitalista em virtude de sua estrutura específica e nas suas relações com as classes e frações dominantes e dominadas.

Contudo, para compreender o conceito de bloco no poder, cabe ressaltar que Poulantzas diferencia modo de produção e formação social. O **modo de produção** é entendido por Poulantzas (2019, p. 17) como algo que vai além do que comumente “(...) se indica como o econômico, relações de produção em sentido estrito” tratando-se de “(...) uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem como outras tantas instâncias ou níveis”, compreendendo diversos níveis e instâncias como o econômico, o ideológico, o político etc. sendo um “(...) *todo complexo com dominância* em última instância, do econômico: dominância em última instância o para qual reservaremos o tempo de *determinação*” (POULANTZAS, 2019, p.18, grifos originais), contudo, para o teórico, o modo de produção é apenas um objeto abstrato-formal que inexistente na realidade concreta. Existindo de fato apenas a formação social determinada historicamente sendo, portanto, um objeto real-concreto, compreendida como um todo social num momento específico de sua existência histórica, portanto, “sempre original porque singular, apresenta (...) uma combinação particular, uma superposição específica de vários modos de produção “puros”, constituindo “(...) uma unidade complexa *com dominância* de um certo modo de produção sobre os outros que a compõem. (POULANTZAS, 2019, p. 19). Sendo assim, são formações sociais específicas, por exemplo, a França de Louis Bonaparte, a Inglaterra da revolução industrial e o Brasil no período imperial.

Além disso, cabe denotar de forma sintética, que Poulantzas atribui duas funções ao Estado, primariamente, “*possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social*”, em segundo lugar, “é também a estrutura na qual se *condensam* as contradições dos diversos níveis de uma formação” (POULANTZAS, 2019, p. 46, grifos originais). Contudo, para o marxista greco-francês, o Estado capitalista possui uma unidade e autonomia relativa diferenciada, não se tratando de uma mera partilha do poder político pelos diferentes proprietários, sendo necessário examinar a sua relação específica entre classes e frações de classe dominantes e dominadas numa formação social capitalista.

Antes de partir para análise da conceituação de bloco no poder, importante, anteriormente, analisar de forma mais pormenorizada a classe burguesa e as divisões existentes no interior desta. As classes dominantes no capitalismo – apresentadas por Marx em *O capital* como os proprietários fundiários e a burguesia (a partir da análise do capitalismo

inglês de então)¹⁵ – enquanto grupamento não são um todo homogêneo, mas possuem divisões em seu interior, as chamadas **frações** e **setores** de classes.

As frações da classe burguesa se diferenciam pelo lugar que ocupam no ciclo de reprodução do capital. Em sua reprodução o capital depende do ciclo que parte da circulação de mercadorias, “a transformação de um quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho”, passa pela produção, que “é concluída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor” e retorna à circulação, cujo “objetivo é vendê-las, realizar o seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente” (MARX, 2013, p. 639), há uma fração da burguesia que se especializa em cada uma dessas etapas: a **fração bancária da burguesia** se especializa em reunir e emprestar dinheiro empregado inicialmente; a **fração industrial da burguesia** se especializa na produção de mercadorias e a **fração comercial da burguesia** na sua venda. Há ainda a **fração agrária da burguesia** que utiliza do assalariamento para a produção no campo. Nas palavras de Marx (2013, p. 639, grifos nossos),

O capitalista que produz o mais-valor, isto é, que suga trabalho não pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, decerto, o **primeiro apropriador, porém de modo algum o último proprietário desse mais-valor. Ele tem ainda de dividi-lo com capitalistas que desempenham outras funções na totalidade da produção social**, com o proprietário fundiário etc. O mais-valor se divide, assim, em diversas partes. Seus fragmentos cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem formas distintas, independentes entre si, como o **lucro**, o **juro**, o **ganho comercial**, a renda fundiária etc.

A classe burguesa também pode ser dividida em **setores** compreendidos como as diferentes magnitudes dos meios de produção que possuem e pela proporção que apropriam da riqueza social. Possibilitando, em grosso modo, falar em setores da grande, média e da pequena burguesia em cada uma das frações citadas. A divisão em frações e setores é relevante, pois serve para demarcar a existência dos mais diversos interesses no interior da burguesia (OSORIO, 2014, p. 124).

¹⁵ Segundo a compreensão de Poulantzas numa mesma formação social existiria a coexistência de classes e frações provenientes de outros modos de produção, como exemplo, os grandes proprietários de renda fundiária em algumas formações sociais europeias e os camponeses.

Cada uma dessas frações e setores, muitas vezes, possui interesses específicos que podem se diferenciar e entrar em conflito em aspectos relevantes (OSORIO, 2014, p. 124). É possível que possuam interesses contrapostos e que os ponham em disputa tanto na prática econômica e em sua relação com o poder político estatal. Por exemplo, as frações da burguesia podem divergir em relação ao tipo de intervenção estatal, alocação de recursos, imposição de barreiras alfandegárias etc., divergências que, em conjunturas determinadas, podem possuir maior ou menor destaque.

Como possuindo interesses contraditórios e contrapostos é possível que não haja um conflito constante entre as diferentes frações e setores ou mesmo entre os burgueses individuais que ponha em xeque a própria coesão e dominação capitalista? É respondendo a esta questão que se coloca a importância do Estado capitalista como fator dessa coesão e a importância do conceito de **bloco no poder** desenvolvida por Poulantzas.

Para Poulantzas (2019, p. 245), no nível da dominação política, pode-se constatar a coexistência de classes e, principalmente, frações de classes dominantes que se constituem em um **bloco no poder**, compreendido como “uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica*”, hegemonia somente tornada possível “pela unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista” (POULANTZAS, 2019, p. 245). Ou seja, o bloco no poder caracteriza a manifestação do poder político da classe dominante capitalista, tendo os seus interesses divergentes unificados politicamente por meio do Estado para o controle de sua política social, econômica, externa etc. De modo que, conforme Poulantzas (2019, p. 245),

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações no bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política.

Poulantzas ressalva que a hegemonia¹⁶ que a fração/classe dominante exerce sobre as outras classes ou frações dominantes difere da hegemonia sobre o conjunto de uma formação

¹⁶ Há dois sentidos de hegemonia na conceituação de Poulantzas (2019, p. 140, grifo original) a classe ou fração hegemônica dentro bloco de poder é a que “detém um papel dominante particular, que pode ser caracterizado como *papel hegemônico*” abrangendo “a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista”, já o outro sentido é

social que inclui também as classes dominadas, uma vez que “o interesse geral que a fração hegemônica representa em relação às classes dominantes, repousa, em última análise, sobre o lugar de exploração que elas detêm no processo de produção”, já o interesse geral que tal fração representa em relação a toda a sociedade, incluindo as classes dominadas, decorre da função ideológica¹⁷ da fração hegemônica (Poulantzas, 2019, p. 245-246). Muito embora “a função de hegemonia no bloco no poder e a função de hegemonia em relação às classes dominadas *se concentram, regra geral, em uma mesma classe ou fração*”, tal concentração depende da conjuntura das forças sociais (POULANTZAS, 2019, p. 246, grifos originais).

O teórico greco-francês se diferencia daqueles que tratam o Estado de modo instrumentalista¹⁸, como uma simples ferramenta na mão da burguesia ou da classe dominante, uma vez que o bloco de poder se relaciona com o jogo interno das instituições do Estado capitalista, com a unidade desse ente e com sua **autonomia relativa**¹⁹, uma vez que a “(...) relação particular entre o Estado e a classe ou fração hegemônica não decorre

utilizado conforme a análise de Gramsci que é citado diretamente, e consiste “na constituição dos interesses políticos dessas classes (dominantes), em relação com o Estado capitalista, como representativos do ‘interesse geral’ desse corpo político que é o ‘povo-nação’”.

¹⁷ Para Poulantzas (2019, p. 210, grifos originais), “A ideologia consiste, de fato, em um nível objetivo específico, em conjunto de *coerência relativa* de representações, valores, crenças (...) A ideologia refere-se ao mundo no qual os homens vivem, a suas relações com a natureza, com a sociedade com os outros homens, com sua própria atividade, inclusive sua atividade econômica e política. (...) as ideologia fixam em um universo relativamente coerente não simplesmente uma relação real, mas também uma ‘relação imaginária’, uma relação real dos homens com suas condições de existência investida em uma *relação imaginária*”, possuindo como “(...) função, ao contrário da ciência, ocultar as contradições reais, reconstituir, num plano imaginário, um discurso relativamente coerente que sirva de horizonte ao “vivido” dos agentes, moldando suas representações sobre as relações reais e inserindo-as na unidade das relações de uma formação” e compreende não apenas elementos esparsos de conhecimento, noções etc., mas também o processo de simbolização, a transposição mítica, o ‘gosto’, o ‘estilo’, a ‘moda’, em suma, o ‘modo de vida’ em geral” e “ (...) enquanto instância específica de um modo de produção e de uma formação social, é constituída nos limites fixados por esse modo e essa formação, na medida em que oferece uma coerência imaginária à unidade que rege as contradições reais do conjunto de uma formação. A estrutura de ideológico decorre do fato de que ela reflete a unidade de uma formação social” (POULANTZAS, 2019, p. 211).

¹⁸ Partindo da definição do Estado como “comitê executivo da burguesia”, a interpretação instrumentalista simplifica as posições de Marx e Engels sobre o Estado capitalista e o compreende como um mero mecanismo-instrumento na mão da classe ou de um elite, podendo resultar na crença “(...)de utilização e exercício instrumentais do seu poder por pessoas postas em posições estratégicas, objetivando manipular as políticas do Estado e/ou exercer pressões significativas para determinar o curso dessas políticas (...)”, assim sendo, o Estado passa a ser compreendido como “(...)simples veículo para o controle de classe, flutuando na conformação de seus fins de acordo com os interesses daqueles que se encontram em posição de comando” (NASCIMENTO, 2007, p. 13).

¹⁹ Apresentaremos a seguir algumas das acepções de autonomia relativa utilizadas por Poulantzas, destacando as que compreendemos como mais importantes para análise do Estado, uma vez que ele emprega *autonomia relativa* em sentidos diversos, algo que é reconhecido pelo próprio ao afirmar que “(...) termo ‘autonomia’ não deve ser tomado, em suas diversas aplicações, num sentido idêntico, mas que serve aqui, sobretudo, para identificar os problemas” (POULANTZAS, 2019, p. 290). Conforme esclarece Décio Saes (1998, p. 52), “Para o Poulantzas de *Poder político e classes sociais*, a autonomia relativa do Estado não é um conceito; é sim, um tema geral, a ser explorado em múltiplos registros ao longo de todo o trabalho teórico”.

absolutamente de uma dependência direta da “máquina” estatal dessa classe ou fração”, possuindo uma autonomia relativa diante tanto da classe hegemônica quanto do conjunto do bloco no poder (POULANTZAS, 2019, p. 306-307). Sendo, portanto, coerente com a riqueza categórica da crítica de Marx e Engels ao Estado em geral e ao Estado capitalista em particular.

Poulantzas destaca que ao lado da coexistência de várias classes e frações de classe que constituem o bloco no poder, pode-se constatar a incapacidade da fração ou classe hegemônica em instituir, sob sua égide, uma unidade política, incapacidade de transformar o seu interesse específico em interesse político geral, por meio de seus próprios partidos na cena política (POULANTZAS, 2019, p. 307), nestes casos o Estado capitalista “constitui, de fato, o fator de unidade política do bloco no poder sob a égide da classe ou fração hegemônica. Dito de outro modo, ele constitui o fator de organização hegemônica dessa classe ou fração” (POULANTZAS, 2019, p. 308, grifo original).

O Estado capitalista é constituído como instância jurídico-política “(...) constituída por instituições tais como a representatividade parlamentar, as liberdades políticas, o sufrágio universal, a soberania popular etc.” (POULANTZAS, 2019, p. 124), desta forma, o exercício do poder político no capitalista não é realizado por cada proprietário individualmente, nem por um simples comitê de burgueses que conscientemente o conduz (no sentido mais restrito da palavra), mas pelo ente estatal que é externo a estes proprietários e não submetido diretamente aos seus interesses, o Estado capitalista, portanto, “(...) toma a seu cargo o interesse político da burguesia, que realiza por sua conta a função de hegemonia política que esta não pode preencher”, contudo, para realiza tal tarefa “ (...) o Estado capitalista reveste-se de uma autonomia relativa no tocante à burguesia (...)”, em determinadas conjunturas concretas pode inclusive realizar intervenções “(...) contra os interesses econômicos a longo prazo desta ou daquela fração da classe dominante; compromissos e sacrifícios por vezes necessários para a realização de seu interesse político de classe” (POULANTZAS, 2019, p. 293, grifos originais).

Constata-se que a tendência de busca dos interesses econômicos “individuais” dos componentes da burguesia que geraria uma dispersão e conflito é contraposto pela unidade e coesão constituída no Estado que é fator de unidade do bloco no poder, fator de organização da classe dominante, mesmo que seja relativamente autônomo a ela, por vezes até contrariando interesses específicos mesmo da fração ou classe hegemônica.

Por sua vez, o Estado capitalista atua de modo diverso em relação as classes dominadas. Como apresentado anteriormente, embora nas sociedades de classe a **relação de propriedade** sempre signifique uma relação de separação entre o produtor direto e o produto de seu trabalho, apropriado pelo detentor dos meios de produção, há a possibilidade, segundo Poulantzas (2019, p. 29), de uma **relação de apropriação real** do trabalhador em relação aos seus meios de produção, podendo existir tanto uma união entre trabalhador e seus meios de produção, quanto uma separação. No capitalismo, conforme o teórico grego-francês, existe uma relação de **homologia**²⁰ entre as duas relações, uma vez que há uma separação nos dois casos citados, na relação de apropriação real, “o que Marx designa como separação do produtor direto e das suas condições naturais de trabalho, que intervém no estágio da grande indústria”, o que constitui o trabalhador como um elemento do capital quando este dispõe de sua força de trabalho e estabelece esta como uma mercadoria (POULANTZAS, 2019, p. 35).

A relação de homologia acarreta uma autonomia relativa específica do político e do econômico no capitalismo, uma vez que, de um lado, em relação ao campo político, o processo econômico acontece de maneira relativamente autônoma, sem intervenção de razões extraeconômicas, prescindido de coerção militar estatal, por exemplo, por outro lado também não há intervenção do Estado no “(...) processo de reprodução ampliada (...)” que “(...) é principalmente determinado pela ‘razão econômica’ de produção da mais-valia” (POULANTZAS, 2019, p. 35).

Uma vez que a relação econômica tem por base a relação jurídica de igualdade entre quem vende e quem compra a força de trabalho e a grande indústria capitalista impõe essa separação do produtor direto dos meios de produção, possibilita ao mesmo tempo que o trabalho seja simultaneamente dependente e independente, já que, por uma lado, o trabalho de um pressupõe o trabalho dos demais, e, por outro, cada trabalho é executado de forma independente, porque os produtores não organizam a sua cooperação e realizam trabalhos privados e contratos privados de trabalho. Essa contradição, entre dependência e independência é acompanhada por uma dupla função estatal: a **individualização dos agentes da produção**, por meio da sua transformação em agentes individuais, portadores de direitos e

²⁰ No capitalismo há homologia, pois “a separação na relação de propriedade coincide com a separação na relação de apropriação real” (POULANTZAS, 2019, p. 30). De modo diverso, no feudalismo, por exemplo, dar-se uma relação de não homologia, pois na relação de apropriação real o produtor direto (servo) detém os instrumentos de produção e está ligado diretamente a terra, já no capitalismo todos os meios de produção são do capitalista.

obrigações dotados de uma vontade subjetiva, algo que atinge tanto o trabalhador como o burguês; a **neutralização da tendência à ação coletiva do trabalhador**, funcionando como fator de isolamento do trabalhador e impedindo a sua união como classe antagonista, por meio da contraposição “do interesse comum representado pelo interesse de classe oriundo da esfera da produção um outro ‘interesse comum’ mais abrangente, o coletivo Estado-nação, definido em termos territoriais”, negando os interesses antagonistas próprios da produção e os estabelecendo como sujeitos de interesses comuns, os cidadãos (NASCIMENTO, 2007, p. 22).

O caráter particular do Estado capitalista se evidencia ao sempre tratar os sujeitos despidos de suas determinações enquanto agentes da produção, mas sempre estabelecidos como cidadãos, indivíduos ou pessoas políticas, ademais a dominação política de classe se faz constantemente afastada de suas instituições, diferente dos privilégios das instituições feudais ou escravistas que conferiam privilégios próprios as classes dominantes. As instituições estatais se organizam tendo como norte os princípios de liberdade e igualdade dos cidadãos, pessoas políticas ou indivíduos. A sua legitimidade é fundada “sobre o conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, sobre a soberania popular e a responsabilidade laica do Estado para com o povo” (POULANTZAS, 2019, p. 123). O povo é edificado como “(...) princípio de determinação do Estado (...) como massa de indivíduos-cidadãos, cujo modo de participação numa comunidade política nacional se manifesta no sufrágio universal, expressão da ‘vontade geral’ (POULANTZAS, 2019, p. 123).

Por sua vez, o sistema jurídico se expressa como norma e é, como bem afirma Poulantzas (2019, p. 123-124),

expresso num conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios de liberdade e de igualdade: é o reino da “lei”. A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem em sua relação com as leis abstratas e formais, as quais devem enunciar essa vontade geral no interior de um “Estado de direito”. O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade, como substancializando a vontade desse “corpo político” que seria a “nação”.

O Estado apresenta-se como representante do interesse geral mesmo que assentado sobre interesses econômicos divergentes e opostos, ocultando o caráter de classe, aparecendo²¹ como “(...) a encarnação da vontade popular do povo-nação. O povo-nação é

²¹ A categoria do ser se desdobra em dois momentos distintos e intrinsecamente articulados. O primeiro momento é a essência do objeto que é composta pelos elementos, que se articulam em unidade, e marcam a continuidade do processo no interior do seu devir – “o que implica, imediatamente, a existência e a ação dos momentos

institucionalmente fixado como conjunto de ‘cidadãos’, ‘indivíduos’ cuja unidade o Estado capitalista representa (...)” (POULANTZAS, 2019, p. 133), assim o Estado capitalista apresenta “(...) uma autonomia específica na medida em que se apresenta como o representante da unidade do povo-nação, corpo político fundado sobre o isolamento das relações sociais econômicas” (POULANTZAS, 2019, p. 135).

Apesar da aparência do Estado capitalista, não representar a sua essência de Estado de classe, a mesma não é mera ilusão, mas é efetiva, pois sua estrutura possibilita a existência de “(...) garantias de interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrários aos interesses econômicos a curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com seus interesses políticos” mantendo sua dominação hegemônica (POULANTZAS, 2019, p. 194), ou seja, “(...) que ele pode fazê-lo, sem que, entretanto, o poder político seja por isso atingido” (POULANTZAS, 2019, 195). Desta forma, é bastante didática a síntese de Poulantzas (2019, p. 195, grifos originais),

No caso do Estado capitalista, a autonomia do político pode permitir a satisfação de interesses econômicos de certas classes dominadas, limitando, mesmo eventualmente, o poder econômico das classes dominantes, freando, caso necessário, sua capacidade de realizar seus interesses econômicos a curto prazo, com a única condição, no entanto - tornada possível nos casos do Estado capitalista -, de que seu poder político e o aparelho de Estado permaneçam intactos. Assim, em toda conjuntura concreta, o poder político autonomizado das classes dominantes em suas relações com o Estado capitalista, *um limite aquém do qual uma restrição do poder econômico dessas classes não tem efeitos sobre ele.*

A **aparência** do Estado-nação como representante do interesse geral, também é incorporada mais facilmente tanto pela existência de classes intermediárias entre burguesia e proletariado, como pela existência de diferenciações dentro deste último. A definição de pequena burguesia como uma classe social específica ou intermediária de transição encontra certa polêmica. Diante da diversidade de setores que a compõe, questiona-se até mesmo sua constituição enquanto classe, contudo, a importância que assume em determinadas conjunturas e, principalmente, sua relação com o Estado, impõe que se trace alguns apontamentos sobre essa classe específica. Duas grandes frações da pequena burguesia que podemos distinguir são a **pequena burguesia proprietária** e a **pequena burguesia não proprietária** (OSORIO, 2014, p. 125)

singulares em toda a processualidade” (LESSA, 2012, p. 50). O segundo momento é a esfera fenomênica, aparência, que marca os elementos que se distinguem a cada momento, esta esfera, no entanto, só pode existir caso articulada com a essência, que faz das características fenomênicas participantes de um dado processo mais geral (LESSA, 2012, p. 50).

A **pequena burguesia proprietária** divide-se em diferentes subsetores, o primeiro desenvolve atividades artesanais (sapateiros, marceneiros, ferreiros, etc.), o segundo abarca proprietários de oficinas e comércios de pequeno porte, o terceiro setor é composto pelos diversos profissionais liberais que trabalham em seus escritórios por conta própria e no qual o seu trabalho é a principal fonte de renda (advogados, contadores, publicitários, arquitetos, etc.). O profissional ou artesão que dispõe, para além de seu próprio trabalho e de certo apoio do núcleo familiar, da contratação de certo número de força de trabalho para o desempenho de sua atividade está mais próximo do setor mais baixo da classe burguesa, uma vez que se dá a tendência de sua fonte principal de renda decorrer da apropriação do trabalho não pago (OSORIO, 2014, p. 126). Já a **pequena burguesia não proprietária** podem ser definida primeiramente como os setores que controlam processos produtivos em relação aos que não o fazem, diferenciando, por exemplo, o operário de uma linha de montagem (parte do proletariado) e um técnico/engenheiro que é responsável por diversos aspectos da linha de montagem, embora este receba salário, o montante tende a ser significativamente maior e pelas tarefas de controle que exerce seus interesses estão mais próximos do capital (OSORIO, 2014, p. 127); o mesmo acontece com profissionais que atuam em elevados postos do sistema de dominação, principalmente no aparato de Estado, além de em instituições não governamentais como meios de comunicação, igrejas, sistema educacional etc. Conforme aponta Osorio (2014, p. 128), “Quanto mais alto for o cargo ocupado dentro das instituições, maior será a diferença no montante de renda, mas além disso, também tenderá a ser maior a pressão pela adesão aos interesses dos setores dominantes na sociedade”.

Embora em relação aos salários, alguns setores ganhem algo próximo ao operário médio da grande indústria, também se pode considerar como fração da pequena burguesia não proprietária, a baixa burocracia estatal e aqueles que trabalham em instituições privadas que ocupam “lugar particular (...) na organização social em geral, que os diferencia da população operária pela dispersão na forma com que são recriados socialmente, pelos modos de vida (exigentes no vestuário, na cultura etc.) e pelas aspirações sociais que geram” (OSORIO, 2014, p. 128).

A ampla heterogeneidade da pequena burguesia em seus diversos setores impõe uma condição política particular, uma vez que se fraturam em diversos segmentos e com projetos societários diversos (OSORIO, 2014, p. 128). Inclusive acentuando tentativas de conciliação e de atenuar a contradição entre interesses de classe antagônicos da burguesia e do proletariado (MARX, 2011, p. 63).

Tratando especificamente do proletariado também se pode ressaltar suas subdivisões em setores diferenciados por sua atuação em diferentes fases do processo produtivo, contudo, destacaremos aqui uma camada específica do operariado denominada **aristocracia operária** diante da sua importância nos projetos de dominação das burguesias nos países centrais e em suas relações com a periferia do sistema capitalista. A aristocracia operária compõe uma camada privilegiada do proletariado que, diante da enorme acumulação do capital em alguns países, obteve vantagens econômicas, e, ante essas vantagens, separa-se da grande massa do proletariado, pois na defesa de seus interesses encontra benefícios em apoiar o projeto de suas respectivas burguesias (LENIN, 2012, p. 34). Na síntese de Lenin (2012, p. 34, grifos originais),

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu modo de vida, pelos seus altos salários e por toda a sua concepção de mundo, constitui (...) *apoio social* (não militar) *da burguesia*, porque são *verdadeiros agentes da burguesia* no seio do movimento operário, lugar-tenentes, operários da classe dos capitalistas (*labour lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia, colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia (...).

No posfácio à edição alemã de 1892²² do seu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, originalmente publicado em 1845, Engels analisa setores que se constituíam enquanto aristocracia da classe operária e algumas de suas repercussões na luta política, afirmando que “a verdade é esta: enquanto perdurou o monopólio industrial da Inglaterra, a classe operária, em alguma medida, beneficiou-se desse monopólio”, contudo, adverte que os “benefícios se distribuíram, entre a classe operária, de maneira muito desigual: a parcela maior ficou com a minoria privilegiada, embora também algo tocasse, de vez em quando, à grande massa dos operários” (ENGELS, 2010c, p. 356).

²² O aparecimento embrionário da aristocracia operária e suas consequências para a luta política e econômica da classe trabalhadora foi analisada por Marx e Engels ainda em meados do século XIX, principalmente diante do estado mais avançado do capitalismo industrial da Inglaterra em relação a todos os demais países. Em carta escrita em 7 de outubro de 1858, Engels relata a Marx: “E o fato do proletariado inglês está, atualmente, tornando-se cada vez mais burguês, de modo que o objetivo final desta nação mais burguesa de todas parece ser que, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. No caso da nação que explora o mundo inteiro, isto é, obviamente, justificado até certo ponto” (ENGELS, 2010b, p. 344, tradução livre). Originalmente, “and the fact that the English proletariat is actually becoming more and more bourgeois, so that the ultimate aim of this most bourgeois of all nations would appear to be the possession, alongside the bourgeoisie, of a bourgeois aristocracy and a bourgeois proletariat. In the case of a nation which exploits the entire world this is, of course, justified to some extent” (ENGELS, 2010b, p. 344).

Já no início do século XX, a partir do superlucro obtido na periferia do sistema capitalista com a exploração colonial e dependente somados ao acumulado com a exploração dos operários localmente, a burguesia de um número ínfimo de países imperialistas, super ricos e poderosos conseguiu corromper e domesticar “(...) os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária (...)” a partir de “(...) maneiras, diretas e indiretas, abertas ou ocultas”. (LENIN, 2012, p. 33-34). Imperialismo demarca também o crescimento da aristocracia operária em diversos países centrais e seu apoio aos projetos de suas respectivas burguesias para diversos países de capitalismo central, com ampla repercussão na luta política e na relação com os países da periferia do sistema capitalista. A existência da pequena burguesia e da aristocracia operária permite que o Estado atue com maior margem de manobra e contemple tais setores nas suas políticas econômicas e sociais, reforçando a sua aparência de satisfação dos interesses gerais e do bem-comum.

Destarte, Poulantzas reconhece a possibilidade de o Estado assumir uma política “social”, certos sacrifícios econômicos em favor de certas classes dominadas, contudo, tais garantias econômicas de parte das classes dominadas jamais é uma limitação ao poder político das classes dominantes, sendo este um caráter particular do Estado capitalista dada a sua “autonomia específica da superestrutura política e da instância econômica, do poder político e do poder econômico” (POULANTZAS, 2019, p. 194). Poulantzas (2019, p. 196) traça então, uma dupla característica do Estado capitalista:

por um lado, sua autonomia no tocante ao econômico implica a possibilidade, segundo a relação concreta das forças, de uma política “social”, de sacrifícios econômicos em benefício de certas classes dominadas; por outro lado, é essa autonomia do poder político institucionalizado que permite, às vezes, cercear o poder econômico das classes dominantes, sem jamais ameaçar seu poder político. Esse é, por exemplo, todo o problema do assim chamado *Welfare State*, que não é, de fato, senão um termo mascarando a forma da “política social” de um Estado capitalista no estágio do capitalismo monopolista de Estado.

Cabe, porém, ressaltar que persiste a possibilidade de satisfação pelo Estado de interesses econômicos, políticos e sociais específicos do proletariado em geral em determinadas conjunturas e períodos históricos sem com isso perder sua característica central de manutenção do sistema capitalista. É o que possibilita que a supracitada aparência do Estado-nação como representante do interesse geral de um conjunto nacional-popular não seja simples mistificação, mas algo concreto, pois efetivamente pode satisfazer certos interesses econômicos das classes exploradas, contudo, sem nunca ameaçar o poder político da classe dominante.

Após traçar alguns dos elementos que compreendemos como fundamentais para o estudo da sociedade capitalista, apresentando de modo sintético a análise de aspectos fundamentais da reprodução do capital, a partir do estudo da forma mercadoria e do trabalho assalariado, com base nas análises desenvolvida por Marx em o Capital, destacou-se os traços fundamentais do Estado capitalista a partir principalmente das contribuições de Marx, Engels e Lenin, referenciais fundamentais da Teoria Marxista da Dependência e de Ruy Mauro Marini, apresentando suas similitudes e características genéricas enquanto Estado de classe, até a análise de suas especificidades enquanto Estado capitalista, destacando o seu desenvolvimento na fase imperialista do capitalismo nos países centrais, como forma de enriquecimento das considerações, destacamos algumas das contribuições de Nico Poulantzas (também referenciado por Marini e pela TMD) notadamente os estudos sobre a correlação entre Estado capitalista e as classes dominantes e dominadas.

Destarte, a partir das análises realizadas, acredita-se estarem presentes os subsídios mínimos para que possamos compreender na seção seguinte a reprodução do capital nas economias dependentes, as relações entre países imperialistas e dependentes e a análise de uma manifestação específica do Estado capitalista: o Estado capitalista dependente.

3 ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

No terceiro livro de *O capital* Marx ressalta que é na relação entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos que “(...) encontramos o segredo mais profundo, a base oculta de todo o arcabouço social e, conseqüentemente, também da forma política das relações de soberania e de dependência, isto é, da forma específica do Estado em cada caso” (MARX, 2017, p. 852). Por exemplo, como anteriormente explicado, o Estado capitalista tem por base econômica uma relação específica entre a classe capitalista (proprietários das condições de produção) e a classe trabalhadora (produtores diretos) que se realiza por meio do assalariamento. Na sequência da explicação, Marx (2017, p. 852) adverte que uma mesma base econômica, considerada em suas determinações fundamentais, “(...) graças a inúmeras circunstâncias empíricas de diversos tipos, condições naturais, raciais, influências históricas externas etc. (...)” pode se manifestar “(...) em infinitas variações e matizes, que só se podem compreender por meio de uma análise dessas circunstâncias empíricas”.

Assim, mesmo que predomine a relação capitalista nas mais diversas formações sociais na sociedade contemporânea, circunstâncias empíricas podem determinar numerosas variações e matizes. Compreende-se que a diversidade de circunstâncias empíricas também influencia na forma política das relações de soberania e dependência e da forma específica do Estado capitalista em cada formação social. Há a possibilidade de identificar disparidades nas relações entre as diferentes formações sociais e formas diversas de inserção no mercado capitalista mundializado. É justamente o estudo das especificidades das economias capitalistas dependentes em contraste com as economias capitalistas imperialistas que a Teoria Marxista da Dependência (TMD) estabelece como aspecto central de suas pesquisas, partindo fundamentalmente da análise dos países da América Latina²³, algo muito bem expresso pela síntese de Ruy Mauro Marini (2017, p. 352):

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus

²³ Como a TMD foi desenvolvida na América Latina e Caribe por teóricos que buscaram explicar o desenvolvimento do capitalismo nos países dessas regiões, é oportuno apontar que, embora existam similaridades com países periféricos de outras regiões como Ásia, África e Oceania, as categorias desenvolvidas devem considerar sua aplicabilidade para as regiões estudadas, de modo que por mais gerais que sejam algumas de suas abstrações é importante concentrá-las aos países das regiões analisadas, algo que será considerado no presente trabalho.

intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida.

Como o objetivo do presente trabalho é investigar a especificidade do Estado capitalista dependente, considerando os pressupostos anteriormente abordados, mesmo reconhecendo o Estado como complexo importante que compõe a totalidade social, com altíssima relevância para a sociedade capitalista, é necessário antes analisar as especificidades do capitalismo nas economias dependentes. Razão pela qual a seguir se estudará as contribuições da TMD para compreensão da crítica do capitalismo nos países dependente e, somente com tais fundamentos, se poderá estudar a forma de manifestação do complexo político e do Estado nos países de capitalismo dependente.

3.1 REPRODUÇÃO DO CAPITAL NAS ECONOMIAS DEPENDENTES

3.1.1 Integração ao mercado mundial e intercâmbio desigual

O mercado mundial e a interdependência das nações, são próprios da forma de desenvolvimento capitalista, a relação entre as nações, contudo, ocorre de modo diferenciado. A dinâmica de desenvolvimento capitalista dos países da América Latina, por exemplo, no contexto de expansão e evolução do capitalismo mundial, mesmo sem negar as leis gerais do movimento do sistema, “(...) configuraram (...) tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsicamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais” (BAMBIRRA, 2013, p. 33). O capitalismo nos países dependentes não deixa de ser capitalismo ou é demarcado por um pré-capitalismo, mas é “(...) um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2017, p. 326).

A América Latina, surgida a partir do processo de ocupação e expansão comercial europeia promovida no século XVI ainda no período de acumulação primitiva e nascimento do capitalismo, desenvolve-se em conformidade com a dinâmica do capitalismo internacional. Conforme aponta Marini (2017, p. 327),

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.

Os processos de independência política da maior parte dos países da América Latina no século XIX ocorreram de forma concomitante ao desenvolvimento da revolução industrial e a nascente grande indústria, passando a existir “(...) com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra” (MARINI, 2017, p. 327). A Inglaterra é o ponto de confluência do fluxo de mercadorias e capitais dos nascentes países da região que guardam pouca interação comercial entre si e “(...) se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas” (MARINI, 2017, p. 327).

A divisão internacional do trabalho na qual a América Latina se insere neste momento em sua relação com os centros capitalistas determinará o sentido do desenvolvimento futuro da região, é nesse momento que se perfaz a dependência que, na síntese de Marini (2017, p. 327), pode ser compreendida como

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Na síntese de Marini (2017, p. 331), a debilidade dos países dependentes e a sua subordinação é ressaltada e se aponta a correta ordem de causa e consequência,

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isso leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca.

Destaca-se que a dependência se dá entre nações formalmente independentes que se subordinam a países do capitalismo imperialista e difere, portanto, da relação tipicamente de metrópole-colônia, mesmo que ocorra uma relação de continuidade entre ambas, a relação colonial não é idêntica à relação de dependência (MARINI, 2017, p. 327). A correlação entre grande indústria, divisão internacional do trabalho e dependência é a base para o

desenvolvimento do capitalismo nos países imperialistas, conforme aponta, Marini (2017, p. 328, grifos nossos),

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. **O forte incremento da classe operária industrial** e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, **não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas.** Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente **será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial.** O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção.

Logo, é o surgimento da grande indústria que estabelece a base da divisão internacional do trabalho e consolida a articulação da América Latina com a economia mundial, demarcada pela relação de dependência.

Os países dependentes, com sua produção agropecuária e de matérias-primas, contribuem também para que o eixo de acumulação dos países imperialistas dependa mais do incremento da capacidade produtiva do trabalho do que da simples exploração do trabalhador, contudo, segundo Marini (2017, p. 328), “(...) o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador” e pontua a seguir que “É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção”.

Assim, para o marxista brasileiro, a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para o incremento do mais-valor relativo nos países centrais, uma vez que a taxa de mais-valor depende do grau de exploração da força de trabalho, da proporção entre tempo de

trabalho excedente (em que o operário produz mais-valor) e o tempo de trabalho necessário para reprodução do trabalhador (que equivale ao seu salário), a modificação dessa proporção de forma favorável ao capitalista consiste no incremento do trabalho excedente sobre o necessário, para tanto “(...) a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário” (MARINI, 2017, p. 329). A produção de bens-salário, como gêneros alimentícios, nos países da América Latina e a sua incorporação no mercado mundial desempenha papel importante no incremento de mais-valor relativo nos países industriais.

A centralidade da condição de dependência é fruto das relações econômicas do mercado mundial e, embora nunca totalmente ausente, a violência política e militar perde seu caráter central como a estabelecida nas relações metrópoles-colônia. Como explicita o marxista brasileiro,

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações. Verifica-se aqui o mesmo fenômeno que se observa no interior das economias industriais: o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que começam a jogar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação. A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. **O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la.** (MARINI, 2017, p. 331, grifos nossos).

Cabe, portanto, estudar as relações econômicas que possibilitam a dependência e o intercâmbio desigual na relação imperialismo-dependência. As economias dependentes se inserem subordinadamente na lógica da acumulação capitalista mundial que determina mecanismos estruturais de transferência de valor que, produzido nas economias dependentes, é realizado e acumulado nos países centrais, para explicar esse processo de transferência de valor Marini procura decifrar o segredo do intercâmbio desigual (CARCANHOLO, 2013, p. 81).

Como estudado na seção anterior, do ponto de vista teórico, o intercâmbio de mercadorias pressupõe a comensurabilidade das mercadorias e expressa a equivalência, cuja grandeza do valor é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário que é

incorporado à mercadoria durante todo o processo produtivo. Contudo, do ponto de vista prático, há diferentes mecanismos que possibilitam “(...) realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias”, diferenciando-se tais mecanismos entre aqueles “(...) que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias primas)”, que correspondem a aplicações específicas das leis de troca, e outros que operam em esferas diversas que se interrelacionam e, por sua vez, “(...) adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas” (MARNI, 2017, p. 331).

No primeiro caso, em grau de abstração maior²⁴, trata-se da concorrência de capitais na produção de um mesmo tipo de mercadoria. Em razão de uma maior produtividade do trabalho, determinada nação consegue oferecer preços de produção inferiores aos seus concorrentes, sem, contudo, baixar de maneira significativa os preços de mercado que as condições de produção destes contribui a fixar. A nação com maior produtividade consegue obter lucros extraordinários, de forma semelhante ao que se constata ao examinar a apropriação do fruto da produtividade do trabalho pelos capitais individuais. O fenômeno acontece com maior regularidade em nível de concorrência entre as nações industriais e menos entre as nações produtoras de bens primários, “(...) já que é entre as primeiras que as leis capitalistas da troca são exercidas de maneira plena; isso não quer dizer que não se verifiquem também entre estas últimas, principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção” (MARINI, 2017, p. 331-332).

No segundo caso, em nível de abstração menor, trate-se de transações entre capitais e nações que trocam classes diferentes de mercadorias, os setores ou nações que produzem com maior produtividade quando comparadas à média da economia, produzindo com preço de produção menor, podem vender suas mercadorias por um preço que possibilitará que se apropriem de mais valor que o que produziram (CARCANHOLO, 2013, p. 82), mesmo que não apareça assim para a nação que realiza a transferência de valor, já que os seus diversos fornecedores podem vender a mercadoria ao mesmo preço, uma vez que o lucro será distribuído de forma desigual e a maior parte do valor cedido se concentrará no país de maior produtividade (MARINI, 2017, p. 332).

²⁴ Marini afirma que são dois mecanismos, contudo, Marcelo Dias Carcanholo (2013, p. 81) aponta a existência de três que, embora relacionados, se encontram em níveis diversos de abstração.

O terceiro mecanismo acontece em determinados capitais com grau de monopólio mais avançado – os países que vendem majoritariamente produtos industrializados e outras matérias primas, por exemplo – acontecerá que “(...) o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade (...)”, possibilita uma transgressão da lei do valor, uma vez que é possível que “(...) vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma **troca desigual**. Isso implica que as nações desfavorecidas devem **ceder gratuitamente parte do valor que produzem (...)**” (MARINI, 2017, p. 332, grifos nossos).

Tais mecanismos auxiliam na compreensão da forma heterogênea de inserção dos diferentes países na economia mundial, uma vez que os países centrais tendem a possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média tanto do seu setor como de outros setores de produção e, assim, podem se apropriar de um valor produzido por capitais existentes nos países dependentes (CARCANHOLO, 2013, p. 83). A compreensão da dependência em suas múltiplas determinações perpassa pela necessidade de estudo das especificidades do ciclo de capital nas economias dependentes, algo que Marini (2017, p. 336) aponta como essencial para “(...) iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial”.

Como a produção latino-americana tem como objetivo o mercado externo que tem como eixo articulador os países centrais industriais, o ciclo do capital não depende da capacidade de consumo interna para sua realização, uma vez que seu polo de consumo é exterior, portanto, há uma separação dos momentos fundamentais de produção e circulação de mercadorias do ciclo do capital, o resultado da citada separação impõe que na economia dependente apareça de modo específico a “(...) a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias” (MARINI, 2017, p. 337), enquanto produtor e consumidor.

Diferente da economia dos países centrais industriais, nas quais o consumo individual dos trabalhadores é “(...) um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação” (MARINI, 2017, p. 337), na economia exportadora latino-americana há uma cisão entre produção e circulação e a última se realiza basicamente no mercado externo, de modo que o consumo individual dos trabalhadores não interfere na realização do produto, mesmo que determine a taxa de mais-valor. O resultado da cisão é dramático, pois,

Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 2017, p. 337-338).

Por outro lado, no polo do capitalista o acréscimo dos lucros permite desenvolver expectativas de consumo que não encontram suprimento na produção interna e, para sua satisfação demandam a importação (MARINI, 2017. p. 338). É didática a síntese de Marini (2017, p. 338, grifos nossos) sobre o ciclo de capital na economia dependente,

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: **é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias.** Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e **cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional.**

Algumas nações dependentes latino-americanas, demarcadas pela economia exportadora apresentada pelo teórico da TMD, passaram por processos de industrialização com maior ou menor acentuação em períodos do final do século XIX e, principalmente, do século XX. Contudo, por mais que significativos tenham sido esses processos de industrialização em países como Brasil, México e Argentina não modificaram o caráter e o sentido da acumulação de capital nesses países dependentes, cujo centro permanecia sendo a produção e exportação de bens primários a qual a atividade industrial ficava subordinada. Somente no período de crise da economia capitalista internacional, durante o período entre a primeira e a segunda guerra mundiais, e da conseqüente limitação para produção voltada ao mercado externo, “(...) que o eixo da acumulação se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região” (MARINI, 2017, p. 339).

É sobre essa base que florescem as diversas correntes desenvolvimentistas, durante a década de 50 do século XX, “(...) que supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana tivessem origem na insuficiência do desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer” (MARINI, 2017, p. 339), contudo, o desenvolvimento capitalista acentuou diferenças com o desenvolvimento existente nas economias centrais, uma vez que

A industrialização latino-americana se dá sobre bases distintas. A compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (como as

crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial, pelas razões já assinaladas) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. É a maior incidência desses fatores, como vimos, o que acelera o crescimento industrial, a partir de certo momento, e provoca a mudança qualitativa do capitalismo dependente. **A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados.** (MARINI, 2017, p. 340, grifos nossos).

A industrialização dependente é incapaz de criar um mercado consumidor interno de larga escala e, por isso, também se volta para o consumo das camadas mais abastadas, reproduz-se, de forma específica, “(...) a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador (...)”, a dissociação entre produção e circulação, embora modificada, permanece, uma vez que “(...) já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia”, separação que se radicaliza em relação aos países industriais centrais²⁵ (MARINI, 2017, p. 340). Essa separação, segundo Marini (2017, p. 341), acontece por duas razões:

[1] Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia por meio da maior exploração — intensiva e extensiva — do trabalhador, assim como a redução de salários mais além de seu limite normal. [2] Em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça à custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera

²⁵ Marini (2017, p. 340) explica que, embora a separação esfera alta e esfera baixa ocorra em países industriais centrais, há algumas contratendências que a mitigam, não rompendo totalmente a distensão entre as esferas, uma vez que “(...) a expansão da esfera superior é uma consequência da transformação das condições de produção e se torna possível à medida que, aumentando a produtividade do trabalho, a parte do consumo individual total que corresponde ao operário diminui em termos reais” e “(...) a forma como se amplia o mercado mundial. A demanda adicional de produtos supérfluos que cria o mercado exterior é necessariamente limitada, primeiro porque, quando o comércio se efetua entre nações que produzem esses bens, o avanço de uma nação implica no retrocesso de outra, o que suscita, por parte da última, mecanismos de defesa; e depois porque, no caso da troca com os países dependentes, essa demanda se restringe às classes altas, e se vê assim estrangida pela forte concentração de renda que implica a superexploração do trabalho. Portanto, para que a produção de bens de luxo possa se expandir, esses bens têm de mudar o seu caráter, ou seja, converter-se em produtos de consumo popular no interior mesmo da economia industrial. As circunstâncias que permitem elevar ali os salários reais, a partir da segunda metade do século 19, às quais não é estranha a desvalorização dos alimentos e a possibilidade de redistribuir internamente parte do excedente subtraído das nações dependentes, ajudam, na medida em que ampliam o consumo individual dos trabalhadores, a se contrapor às tendências desarticuladoras que atuam no nível da circulação.”

da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário.

A industrialização latino-americana acontece de forma totalmente vinculada ao mercado mundial e no marco de uma nova divisão internacional do trabalho, transfere-se para os países dependentes as etapas inferiores da produção industrial, concentrando-se nos países imperialistas as etapas mais avançadas com o monopólio da tecnologia correspondente (MARINI, 2017, p. 343). Constatamos que a industrialização na América Latina não rompe com a economia dependente, na verdade, conforme aponta Osorio (2013, p. 65), “(...) o chamado período de industrialização é apenas um breve parêntese numa longa história do domínio de padrões exportadores (...): o primeiro agro-mineiro exportador e, na atualidade, o de especialização produtiva”. Destaca-se que o padrão exportador contemporâneo das nações dependentes da América Latina difere do mineiro-exportador pretérito, pois assimila maior grau de elaboração dos bens exportados, transfigurando-se em um **padrão de especialização produtiva**²⁶ caracterizando-se pela tendência de

(...) se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou maquila) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Em torno desses eixos, como produção de petróleo e derivados, soja, montagem de automóveis com graus diversos de complexidade, extração e processamento de cobre e outros minerais, *maquila*²⁷ eletrônica, *call center* etc., articula-se a nova reprodução do capital, propiciando um tipo de especialização em atividades como as mencionadas, que tendem a concentrar os avanços tecnológicos que atingem a região.

Como resultado da transferência de valor proveniente do intercâmbio desigual, as economias dependentes necessitam de um mecanismo de compensação que, sem impedir a transferência descrita, “(...) permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado (...)”, incremento de valor proveniente “(...) de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos” (MARINI, 2017, p. 332).

²⁶ Para um aprofundamento sobre o conceito de padrão exportador de especialização produtiva e com dados sobre cinco economias da América Latina, conferir (OSORIO, 2012).

²⁷ Por *maquila*, termo originado do espanhol, compreende-se indústrias voltadas somente para a montagem de componentes, geralmente importados, que se valem da exploração da mão de obra barata nos países dependentes e benefícios fiscais, a partir da segmentação da produção global na qual os componentes com maior complexidade tecnológicas, projeto e design são geralmente produzidos nos países centrais. Como, por exemplo, diversas montadoras de automóveis ou produtos eletrônicos.

As economias dependentes, desfavorecidas pelo intercâmbio desigual, não buscam a correção do “(...) desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho)”, procurando, no entanto, “(...) compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” e “(...) o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna” dos países dependentes (MARINI, 2017, p. 332).

Depreende-se que a inserção da América Latina no mercado mundial é demarcada pela contribuição para acumulação de capital baseada na capacidade produtiva do trabalho dos países centrais, necessitando para sua realização de uma acumulação baseada na superexploração da força de trabalho, (...) “nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana” (MARINI, 2017, p. 337). Aparece a vista a categoria que Marini (2017, p. 353) aponta como “fundamento da dependência”, essencial para análise da economia e os demais complexos dos países dependentes, notadamente no complexo político, razão pela qual partir-se-á para sua análise no subitem seguinte.

3.1.2 Superexploração da força de trabalho

A possibilidade de análise da relação entre dependência e imperialismo, com suas categorias fundamentais, somente pode ser investigada em sua completude quando o próprio imperialismo se concretizou em sua forma moderna e inteiramente desenvolvida, tal qual “(...) Karl Marx não poderia ter escrito *O capital* antes da forma madura e totalmente desenvolvida do capitalismo, que surgiu com o capitalismo industrial na Inglaterra” a teoria imperialista e da dependência, embora estudada em suas manifestações iniciais por teóricos como Lenin e Rosa Luxemburgo, somente permitiu o desenvolvimento de categorias que explicassem sua forma completamente desenvolvida quando a mesma se consolida (SMITH, 2020, p. 51). Como explicita John Smith (2020, p. 71),

Há um século, a relação entre nações imperialistas e oprimidas era, em grande medida, uma relação entre formações sociais capitalistas e pré-capitalistas, em flagrante contraste com o mundo de hoje, em que as relações sociais capitalistas estabeleceram um domínio quase total e as relações entre nações imperialistas e oprimidas ocorrem quase inteiramente na órbita da relação capital-trabalho. Lenin não poderia ter incluído uma concepção de como o valor é produzido nos processos de produção globalizados porque a ocorrência em larga escala desse fenômeno pertence a uma fase posterior do desenvolvimento capitalista do que aquela em que vivia.

O espraiamento da relação capital-trabalho para a quase totalidade do globo e a constituição de uma divisão internacional do trabalho e as relações desiguais entre as diferentes nações capitalistas possibilitou que Marini e a TMD desenvolvessem um arcabouço categorial que conectasse a teoria do imperialismo e a teoria marxista do valor.

A superexploração se dá como categoria central das economias de capitalismo dependente justamente como forma de compensar as perdas de mais-valor decorrentes dos condicionantes estruturais que consistem nos mecanismos de transferência de valor, pois diante da incapacidade dos países dependentes de impedir o intercâmbio desigual nas relações de mercado, busca-se compensá-la no plano da produção interna (MARINI, 2017, p. 333). Ruy Mauro Marini (2017, p. 350) sintetiza a categoria superexploração como a “maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real”.

Embora o estudo da categoria **superexploração da força de trabalho** não tenha sido objeto em seu completo desenvolvimento pela crítica da economia política de Marx e Engels, a possibilidade de **violação do valor da força de trabalho** é expressa em *O capital* em diversas hipóteses que demonstram tanto a pertinência do desenvolvimento categorial da TMD com a crítica da economia política quanto a utilização do método marxista para investigar desdobramentos reais próprios a complexificação do capitalismo durante o seu desenvolvimento. Estudar alguma das citadas hipóteses de violação do valor da força de trabalho apresentadas em *O capital* por Marx é importante para compreensão da categoria da superexploração, uma vez que permite lançar luz tanto em suas identidades quanto nas suas especificidades.

Conforme análise principiada na seção anterior, o estudo da forma-mercadoria é primordial para compreensão do valor, e a troca de mercadorias por meio do mercado é um fenômeno historicamente anterior ao capitalismo, mas sua lógica de funcionamento na sociabilidade burguesa é substancialmente diversa da existente nas sociedades pré-capitalistas, mesmo quando estas eram dotadas de um amplo e complexo sistema comercial (MANZANO, 2013, p. 35). O modo de produção capitalista estabeleceu um conjunto global de relações que resultaram no surgimento de uma “mercantilização” universal. A mercantilização capitalista é distinta não somente pela transformação de quase todos os produtos em mercadoria, mas por constituir também, e principalmente, a própria força de

trabalho humana em mercadoria tendo como base o assalariamento e, por meio do contrato de trabalho, a universalização do sujeito de direito que possibilitam o estabelecimento do mercado mundial.

As mercadorias são uma síntese de múltiplas determinações, sendo produtos do trabalho humano simultaneamente passíveis de serem vendidos num mercado e de serem reproduzidos em grande escala (SALAMA; VALIER, 1975, p. 8)²⁸. Necessário, portanto, ter como suposto que há uma integração dialética entre valor de uso, valor de troca e valor, uma vez que a existência de valor pressupõe o intercâmbio entre mercadorias (valor de troca). Esse intercâmbio, por sua vez, só se torna possível na existência de mercadorias qualitativamente diversas (valor de uso) (HARVEY, 2013, p.45).

Revela-se, assim, que o valor é a medida comum entre as diversas mercadorias. A generalização da compra e venda de mercadorias, no entanto, tem como pressuposto o assalariamento, ou seja, a compra pelo detentor dos meios de produção, por meio do salário, da força de trabalho. O valor da força de trabalho, como o das demais mercadorias, também é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens necessários para sua manutenção e reprodução, sendo, portanto, assentado na equivalência. Na sequência de sua análise, contudo, Marx demonstra que a força de trabalho possui características peculiares em relação às demais mercadorias, pois é a única que cria valor. O segredo da produção capitalista reside nesta relação de criação de mais-valor e da expropriação deste de seus produtores. Segundo José Paulo Netto e Marcelo Braz (2012, p. 113, grifo original),

o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso.

Partindo dos pressupostos apresentados, Marx demonstra que mesmo quando respeitado a compra e venda da força de trabalho pelo seu valor, subsiste a exploração capitalista, por meio da expropriação do mais-valor. Mesmo partindo de um nível de abstração que tem como hipótese a compra e venda da força de trabalho pelo seu valor, em *O capital* há diversas passagens nas quais são indicadas as possibilidades de *violação* desse

28 Como explicam Salama e Valier (1975, p. 7), por exemplo, não são mercadorias obras de arte enquanto objetos singulares não reprodutíveis enquanto tais, por exemplo, “a *Gioconda*, enquanto tal, é um produto; as reproduções da *Gioconda* constituem mercadorias porque são reprodutíveis”.

pressuposto e a possibilidade de pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, considerações fundamentais para o desenvolvimento da categoria de superexploração como chave explicativa das formações sociais de capitalismo dependente.

No estudo desenvolvido por Marx em *O capital*, a equivalência é o fundamento do intercâmbio de mercadoria, de tal sorte que, para exposição do processo de compra e venda de mercadorias, se estabelece que na exploração capitalista, baseada na extração de mais-valor, o “(...) possuidor de dinheiro (...) tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente” (MARX, 2013, p. 241). Como o único objetivo do capital é a autovalorização, o pressuposto da compra da força de trabalho pelo seu valor não é respeitado na dinâmica real do modo de produção capitalista, sendo violado com certa constância.

Ao analisar o mais-valor relativo, o que pressupõe a não modificação da duração da jornada de trabalho Marx (2013, p. 388, grifo nosso) reconhece a possibilidade de “(...) **compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho**” por meio do prolongamento do tempo de trabalho excedente com a redução do pagamento correspondente ao tempo de trabalho necessário. Acrescentando, em seguida, que “(...) nesse caso, o mais-trabalho só seria prolongado se ultrapassasse seus limites normais, seus domínios só seriam expandidos mediante a invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário” (Marx, 2013, p. 388). Ao final, afirma que:

Apesar do importante papel que desempenha no movimento real do salário, esse método (compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho) é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral. (MARX, 2013, p. 388-389, grifo nosso)

Destaca-se na citação anterior que a exclusão dessas medidas se dá apenas no nível de abstração e na exposição realizada, apresentando “importante papel que desempenha no movimento real do salário” (MARX, 2013, p. 389). A ênfase em estabelecer a relevância para o movimento do salário na realidade “(...) evidencia que, em níveis de maior concretude, ali onde opera um número maior de determinações – como a competição entre trabalhadores, o peso da superpopulação relativa, a força do campo trabalhador e a força do capital, os espaços no sistema mundial, etc.” a tendência é de modificação do pressuposto assumido (OSÓRIO, 2018, p. 485).

O preço da força de trabalho abaixo de seu valor é tratado ainda em outra passagem, quando Marx (2013, p. 671), considera que o limite

(...) mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida.

Sendo tal limite o valor dos meios de subsistência indispensáveis para manutenção física, assim, caso “(...) o preço da força de trabalho (seja) reduzido a esse mínimo, **ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária**” (MARX, 2013. p. 671, grifo nosso). Em outra passagem, ao tratar da transformação de mais-valor em capital, Marx (2013, p. 675, grifos nossos) reitera que

Nas seções dedicadas à produção de mais-valia, partimos sempre do pressuposto de que o salário era pelo menos igual ao valor da força de trabalho. **Mas a redução forçada do salário abaixo desse valor desempenha um papel importante demais no movimento prático** para que não nos dediquemos a ela por um momento. De fato, **ela transforma, dentro de certos limites, o fundo necessário de consumo do trabalhador num fundo de acumulação de capital.**

Constata-se que o pressuposto da compra e venda da força de trabalho pelo seu valor, embora fundamental para a compreensão da dinâmica e desenvolvimento do modo de produção capitalista, é demarcado pelo próprio Marx em *O capital* por contratendências que podem modificá-lo no movimento do real. Dessa maneira, a manutenção e desenvolvimento do trabalhador de forma precária, pelo recebimento de salário abaixo do valor da sua força de trabalho, é fenômeno existente no capitalismo, mais que isso, como frisa Marx, desempenha importante papel no movimento real dos salários e desempenha relevante papel no movimento prático.

É partindo dessas análises e do estudo da economia dos países dependentes na América Latina que Marini desenvolve a categoria da **superexploração da força de trabalho**, fundamental para compreensão e constitutiva da forma de reprodução do capital nas economias dependentes²⁹ (OSORIO, 2013, p. 50) sendo a superexploração uma categoria que

²⁹ Como observa Osorio (2013, p. 67-68), “Se existem regiões e economias onde a superexploração constitui o fundamento da reprodução do capital, isso não significa que a superexploração não se faça presente em todo o sistema mundial” e em seguida aponta que “O fato de que existam ilhotas de riqueza no mundo dependente e ilhotas de pobreza no mundo central não faz com que o sistema mundial seja atualmente uma ‘mistura’ (...), mas

“(...) se manifesta em formas/mecanismos específicos de obter a elevação da taxa de exploração (...)”, não se confundindo com esses mecanismos específicos (CARCANHOLO, 2013, p. 81). Segundo Marini (2017, p. 333), são três mecanismos específicos de aumento da taxa de exploração:

[1] O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. [2] O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. [3] Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.

Desta forma, superexploração se manifesta como a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário do trabalhador para reposição de sua força de trabalho. Nos três mecanismos a característica essencial é a negação ao trabalhador das condições necessárias para reposição do desgaste de sua força de trabalho, “(...) nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro”, já no terceiro caso, “(...) porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal”, muitas vezes os três mecanismos se apresentam de forma combinada e, em resumo, “(...) significam que **o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração (...)**” da força de trabalho (MARINI, 2017, p. 334, grifo nosso). Sendo importante frisar que no capitalismo a mercadoria é a força de trabalho, apenas o tempo de existência do trabalhador que é utilizado na produção, e não o trabalhador em sua integralidade, que inclui “(...) o tempo total de existência do trabalhador, com todos os momentos mortos que este implica desde o ponto de vista da produção”, tempo não produtivo que fica sobre a responsabilidade do trabalhador (MARINI, 2017, p. 335).

Constata-se que a categoria da superexploração não anula a lei do valor, mas descreve e explica elementos específicos desta lei, não sendo “[...] exploração maior medida pela taxa

sim formas diferenciadas de reprodução do capital, como diferenciadas são as apropriações de valor de algumas economias em detrimento de outras”.

de mais-valia (...), e sim, agudização, exacerbação, exasperação da exploração capitalista” (LUCE, 2018, p. 151-152), “(...) uma exploração que exacerbada de tal maneira *como se fosse* uma *violação, transgressão* etc. do valor” (LUCE, 2018, p. 152). A superexploração é, portanto, a determinação negativa do valor da força de trabalho, nela a força de trabalho além de se submeter à exploração capitalista, também se submete a determinações específicas

(...) sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando o desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor (LUCE, 2018, p. 155).

Superexploração não pode ser confundida com mais-valor absoluto e inclui também uma modalidade de produção de mais-valor relativo, uma vez que “(...) a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção (...)” de mais-valor absoluto, afetando de modo simultâneo “(...) os tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente” o que acontece no caso do mais-valor absoluto (MARINI, 2017, p. 350).

O próprio progresso técnico atua de modo diverso nos países de capitalismo dependente, embora em essência o resultado seja o mesmo do aumento de produtividade nos países imperialistas como “(...) redução da população produtiva e crescimento das camadas sociais não produtivas (...)”, com o desemprego, no capitalismo dependente “(...) o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real” (MARINI, 2017, p. 344), uma vez que

(...) a vinculação das novas técnicas de produção com setores industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a convertê-los em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese nas sociedades dependentes. O abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc. sejam destinados necessariamente para esta última. Nessa medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia se traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor — e portanto de mais-valia — que da taxa de mais-valia

Compreende-se, por fim, que embora a violação, ou determinação negativa, da lei do valor seja um fator constitutivo desta, a superexploração é uma categoria central das economias dependentes sendo fundamental para o desenvolvimento da teoria marxista da dependência. Destacando-se que a diferenciação se dá, pelos níveis de abstração utilizados na análise do modo de produção capitalista em geral realizado por Marx em *O capital* e nos estudos das especificidades dos países que se inserem na economia mundial, nível de abstração da teoria marxista da dependência (CARCANHOLO, 2013, p. 80).

Assim, articulam-se a teoria do valor de Marx e a teoria do imperialismo como forma de compreender não apenas a especificidade do capitalismo dependente, mas a articulação do capitalismo mundial, nas palavras de Marini (2017, p. 349) “(...) a economia dependente — e, por consequência, a superexploração do trabalho — aparece como uma condição necessária do capitalismo mundial” (MARINI, 2017, p. 349), uma vez que “(...) a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, e sim acentua, a maior exploração do trabalhador”, justamente por estar articulada em uma produção e circulação mundializada de tal modo “(...) que as combinações das formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada” (MARINI, 2017, p. 350).

Embora Ruy Mauro Marini em *Dialética da dependência* (publicado originalmente em 1973) e nas contribuições posteriores que buscam e responder a críticas e esclarecer questões e desfazer equívocos de interpretação, como em *Sobre a dialética da dependência* (1974) e *As razões do neodesenvolvimentismo* (1978), centre a análise nos fundamentos econômicos da dependência e da superexploração, reconhece que as implicações recaem e precisam ser estudadas também sob o ponto de vista sociológico e político. Nas palavras do teórico da TMD,

Elas estão reafirmando a tese central que ali se sustenta, isto é, a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho. Não nos resta, nesta breve nota, senão advertir que as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político. É avançando nessa direção que aceleraremos o parto da teoria marxista da dependência, libertando-a das características funcional-desenvolvimentistas que se lhe aderiram em sua gestação (MARINI, 2017, p. 353, grifo nosso)

Como objetivo do presente trabalho, realizar-se-á a seguir, partindo dos fundamentos econômicos da dependência e da superexploração³⁰, estudo das implicações da dependência e da superexploração no complexo político dos países dependentes e a suas consequências para o Estado capitalista nas formações sociais demarcadas pela dependência.

3.2 ESTADO CAPITALISTA DEPENDENTE

A consolidação do período do capitalismo imperialista no século XX possibilitou manifestações do poder político muito diversas em diferentes países capitalistas, por um lado, nos países imperialistas oportunizou “(...) um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal”, enquanto, por sua vez, “(...) na ‘periferia subdesenvolvida’ um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração” (MÉSZÁROS, 2011, p. 111). O desafio central perpassa por compreender como o capitalismo mundial articula, por um lado, um ente político estatal baseado na democracia liberal nos países imperialistas³¹, por outro um ente político estatal demarcado predominantemente por governos autocráticos e ditatoriais nos países da periferia.

A TMD ao articular a teoria do imperialismo com a teoria de valor, a partir da análise da realidade dos países dependentes latino-americanos, possibilita importante instrumental para a compreensão do citado desafio. Cabe ressaltar que, assim como o capitalismo dependente não deixa de ser capitalismo, articulando-se no mercado mundializado capitalista, o Estado nos países dependentes, apesar de representar especificidades, não deixa de ser Estado capitalista, compartilhando as características essenciais evidenciadas na primeira seção do presente trabalho, trata-se, no entanto, de um Estado capitalista próprio ao

³⁰ Diante do escopo do presente trabalho, não se avançará sobre as manifestações concretas da superexploração, além das citadas obras de Marini, conferir, Amaral e Carcanholo (2012), Osorio (1975). Para uma análise de uma das formas contemporâneas de maior dramaticidade da manifestação da superexploração, a situação dos trabalhadores no corte da cana nos canaviais alagoanos, conferir Verçoza (2018).

³¹ É importante pontuar, que os avanços democráticos dos países imperialistas, embora concretos não representam uma panaceia das desigualdades sociais típicas do capitalismo, pelo contrário, mesmo nestes países há pobreza, restrição aos direitos sociais e políticos. Sendo primordial reconhecer que tais direitos e condições de maiores igualdade não são essenciais ao desenvolvimento capitalista nem associados de forma típica à ideologia liberal que, por muito tempo conviveu de forma harmoniosa não apenas com o pauperismo próprio às desigualdades entre proletários e capitalistas como a escravidão, racismo, colonialismo etc. só superados parcialmente nos países imperialistas por meio de uma intensa luta da classe trabalhadora e demais oprimidos, para um aprofundamento sobre esta história conferir Losurdo (2006). E se as desigualdades sociais se intensificam nos países centrais diante das reformas neoliberais, mesmo durante o chamado Estado de bem-estar social muitas das contradições permaneceram acentuadamente aguçadas, conforme explica Lessa (2013).

desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo nas nações dependentes, apresentando outros elementos constitutivos essenciais específicos.

Além das contradições presentes no Estado capitalista em geral, abordadas no primeiro item do presente trabalho, Osorio (2019, p. 205) aponta que ao menos dois processos são determinantes particulares das contradições que definem o Estado no capitalismo dependente e que já estudados na presente seção, quais sejam: a condição de dependência dessas formações sociais e a especificidade da exploração que as fundamenta: a superexploração da força de trabalho. Cabe, portanto, analisar de forma pormenorizada como cada uma desses processos influencia no ente estatal no capitalismo dependente.

3.2.1 Dependência estatal e transferência de valor

Como investigado anteriormente na presente seção, as economias dependentes se inserem no mercado mundial numa condição subordinada demarcada pela necessidade de transferir valor enquanto intercâmbio desigual para as economias centrais, tal transferência de valor que ocorre no campo econômico pressupõe a imperativa relação interestatal entre os Estados dos países imperialistas e os Estados dos países dependentes. No marco dessas relações é importante retomar que as economias dependentes se constituem enquanto Estados nacionais **formalmente independentes, mas marcados por uma característica de subordinação, portanto, uma condição de dependência que resulta na imposição de restrições à sua soberania**. Nas palavras de Vânia Bambirra (2013, p. 143-144), “(...) embora seja certo que é a dependência econômica que possibilita e explica a dependência política, não é menos certo que esta última constitui um fator de preservação da situação de dependência estrutural”.

Assim, no sistema mundial capitalista há uma divisão que pressupõe estruturas hierárquicas de domínio e exercícios diferenciados de soberania, assimetrias de poder entre os diferentes Estados (BICHR, 2017, p. 41). Dentro desse sistema mundial, os Estados capitalistas dependentes se encontram numa condição de soberania restrita em relação aos Estados imperialistas, sendo, na síntese de Jaime Osorio (2019, p. 206, grifo original), são caracterizados

(...) pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberanias – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. Este exercício desigual da soberania no interior do sistema

mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de *subsoberania*.

Logo, frente aos Estados imperialistas que possuem uma margem significativamente maior de manobra para a condução políticas em seus territórios, a característica de subsoberania do Estado capitalista implica maior submissão aos interesses externos para definição de suas políticas internas, submissão que se agrava ou abranda nos diversos períodos históricos e se reveste em diversas dimensões, desde restrições puramente econômicas, imposições de órgãos financeiros mundiais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, etc. até restrições políticas, diplomáticas ou propriamente militares. O fato é que nos Estado dependentes “tem lugar uma restrição à sua soberania nacional, tendo em vista o peso que os interesses das classes dominantes estrangeiras assumem em tais Estados” (BICHIR, 2017, p. 43-44).

Contudo, no âmbito interno, diante da associação subordinada e a debilidade da burguesia e da dominação burguesa nos países dependentes, o Estado capitalista dependente passa a ter primordial relevância, o intervencionismo estatal procura suprir a fragilidade produtiva do capitalismo dependente, servindo como a força necessária para estimular projetos e acelerar a lucratividade das classes dominantes, “mesmo em situações em que a política econômica e o discurso predominante pretendam apontar para o fim da intervenção estatal” (OSORIO, 2019, p. 207).

O papel da intervenção e investimento estatal é explicitado na análise do ciclo do capital na economia dependente, sintetizando nas três fases de circulação, produção e circulação, representadas pela fórmula $D-M...P...M'-D'$, na qual a primeira fase corresponde a circulação “(...) na qual se estuda o capital que, sob a forma dinheiro, comparece na circulação para adquirir, no ato da compra, meios de produção e contratar força de trabalho”. Já na fase seguinte tem-se a “(...) acumulação e produção, mediante a qual o capital reveste-se da forma material de meios de produção e força de trabalho para, por meio de um processo de exploração, promover sua própria valorização (...)” constituindo-se como mais-valor. A terceira e última fase é também de circulação, mas diversa, pois “(...) o capital, sob a forma de mercadorias que contêm o valor inicial mais a mais-valia gerada, entra no mercado para buscar sua transformação em dinheiro através do intercâmbio, da venda” (MARINI, 2012, p. 22-23).

Ao tratar da primeira fase de circulação³² e procurar determinar a origem do capital dinheiro que aparece no início do ciclo, Marini (2012, p. 23) elenca, primeiramente o capital ou investimento privado interno e, em segundo lugar, o investimento público originado no Estado e em terceiro o capital estrangeiro. Sobre o investimento público há uma multiplicidade de fontes: pode corresponder a uma parte do mais-valor gerado e transferido ao Estado por meio dos impostos diretos sobre o capital e proventos, ou por meio dos impostos indiretos que tem como fato gerador tipos de rendimentos (lucros, proventos) provenientes da distribuição de mais-valor, além disso, “(...) parte do capital variável também pode aparecer ali mediante os impostos sobre o trabalho ou os impostos indiretos pagos pelos trabalhadores (...)”; Outra fonte é quando o Estado atua como capitalista, por meio das empresas estatais, “(...) funcionam em um sistema capitalista como capitais privados e dão origem diretamente à produção de mais-valia, que, por sua mediação, é apropriada pelo Estado” (MARINI, 2012, p. 23-24).

Já quando se refere a destinação dos recursos, os gastos públicos podem ser produtivos e improdutivos, sendo os primeiros compreendidos como gastos que resultam na acumulação de capital, como os investimentos estatais ou as transferências de mais-valor para o capital privado destinado a nutrir o investimento privado, como gastos em infraestrutura e as subversões diretas e indiretas. Por fim, há gastos que são improdutivos para a valorização direta do capital, como os gastos sociais, mas que contribuem para reprodução e qualificação da força de trabalho, essenciais, então, para a valorização do capital, e os gastos com a burocracia estatal, civil ou policial e militar que são realmente improdutivos, mesmo que ocupem “(...) função importante na manutenção do sistema em que se opera a valorização” (MARINI, 2012, p. 24). Evidencia-se a relevância da intervenção estatal para a economia dos países dependentes:

Como se pode ver, a importância do papel do Estado no ciclo do capital propriamente dito (e não em termos mais gerais da criação de condições para a valorização, caso em que esse papel é ainda mais amplo) é considerável, dada a capacidade que possui de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho. Isso explica, de certo modo, o peso que o investimento público tem na economia dependente. No caso do Brasil, por exemplo, o Estado participa na formação

³² No presente subitem, dedicar-se-á atenção participação estatal na primeira fase do citado ciclo. Analisar-se-á com mais atenção a intervenção estatal nas duas outras fases no próximo item diante da importação da superexploração para definir a atuação do Estado no capitalismo dependente nas fases de produção e realização.

do capital fixo, ou seja, instalações e maquinaria, com 60% do total anual, ficando somente 40% para o capital privado (MARINI, 2012, p. 24).³³

Cabendo ressaltar, contudo, que a intervenção estatal nunca rompe a relação de dependência e o Estado capitalista dependente alberga uma “(...) contradição entre seu caráter nacional e seu compromisso com os interesses do capital estrangeiro”, sendo concomitantemente “(...) expressão dos interesses do desenvolvimento capitalista em âmbito nacional (...)” e “(...) representante dos interesses do capital estrangeiro no interior da economia nacional” (BICHR, 2017, p. 98). Vânia Bambirra (2013, p. 136) sintetiza bem essa articulação entre intervenção estatal e submissão aos interesses imperialistas ao tratar dos países de industrialização mais avançada na América Latina que a partir da segunda metade da década de 1950 principiam a ruptura com “(...) os utópicos esquemas nacionalistas das burguesias latino-americanas”, a autora cita os diversos fatores de natureza política que conduzia tais países “(...) a um terreno bastante propício para a ampla e desenfreada atuação do imperialismo”:

- a) os novos estímulos criados para os investimentos estrangeiros, através da supressão de barreiras fiscais, tais como incentivos tributários, alfandegários, cambiais, etc.;
- b) a criação de uma série de facilidades para a remessa de lucros sob diversas formas, que são regulamentadas de modo "liberal", para facilitar o envio de rendimentos: proventos, depreciação, royalties, sobrepreço de insumos importados, etc.;
- c) a adoção de esquemas de políticas econômicas estabilizadoras, preconizados pelo Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de criar as condições para manter uma estabilidade monetária mínima, que assegure um nível mais alto de acumulação e estimule a concentração e centralização de capitais;
- d) e, por último, como consequência dos pontos anteriores, a implementação de uma política repressiva, voltada especialmente contra o movimento operário, para assegurar um alto nível da taxa de mais-valia. (BAMBIRRA, 2013, p. 136)

Depreende-se, portanto, que na história da América Latina o aspecto central do Estado para o exercício dos diferentes projetos econômicos é a constante, “(...) tanto de forma aberta como de modos mais ou menos encobertos” (OSORIO, 2019, p. 208), ou seja, tanto nos momentos em que a ação estatal é demarcada por um discurso desenvolvimentista, quanto em períodos de discurso liberal “não interventor”. Não sendo casual que muitas das transformações econômicas que modificaram elementos do modelo exportador e industrial

³³ O texto *O ciclo do capital na economia dependente* ao qual fazemos referência foi publicado originalmente em 1979.

destacados anteriormente no presente capítulo em diversos países da América Latina foram realizadas por Estados autocráticos ou abertamente ditatoriais, consolidando o poderio de grupos econômicos que se fortaleceram ou mantiveram o poder mesmo após os processos de redemocratização e diversos processos eleitorais, aguçando a polarização social e mantendo os índices de desigualdade (OSORIO, 2019, p. 221).

Embora discursivamente as políticas neoliberais impostas em diversos países da região sejam implementadas com o discurso de diminuição da máquina estatal, a tendência a centralidade do Estado permanece. Conforme bem sintetiza Osorio (2019, p. 222),

O novo papel do mercado, regido pelo poderio dos grupos monopólicos, gerou novos exercícios da política, que parece deslocada ou relegada a segundo plano diante dos condicionamentos de oferta e demanda. Mas esse deslocamento é altamente funcional para as necessidades políticas do grande capital local e internacional, ou seja, trata-se de um movimento cuja finalidade é não apenas econômica, mas particularmente política, supostamente transferindo a tomada de decisões para um território aparentemente neutro - o mercado - onde o capital hegemônico tem melhores condições para levar adiante seus projetos.

A gestão de diversas políticas econômicas passa a ser ainda mais alheia aos setores populares, como, por exemplo, as políticas de “autonomia” dos Bancos Centrais em relação aos governos eleitos dos diferentes países, uma autonomia que significa a submissão aos interesses hegemônicos do mercado e do grande capital. Oculta-se “(...) *novas modalidades de ingerência estatal* (...)” em benefício dos setores dominantes e a negação da política é, na verdade, “uma nova forma de fazer política, mas agora dirigida para dar conta de outros interesses sociais” (OSORIO, 2019, p. 222, grifo original).

3.2.2 Estado capitalista dependente e superexploração

Como estudado anteriormente na presente seção, a reprodução da acumulação capitalista num país dependente tem como fundamento a superexploração que, ao violar o valor da força de trabalho, converte parte do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores em fundo de acumulação. Por ser fundamentada pela superexploração, a reprodução do capital nas sociedades capitalistas dependente impõe características específicas ao Estado capitalista existente nestas formações sociais. Com a superexploração, “(...) os trabalhadores são impedidos de se reproduzir em condições normais, afetando por sua vez a reprodução normal de seus filhos, que crescerão e se desenvolverão física e espiritualmente com as marcas da espoliação e do aviltamento” (OSORIO, 2018, p. 489).

A superexploração impõe processos produtivos que deixam de levar em conta as necessidades da maior parte da população trabalhadora e acarreta uma limitação estrutural ao dinamismo do mercado interno, diante da pouca capacidade de consumo, intensifica-se as contradições próprias aos ciclos de capital das economias dependentes, destacando-se notadamente o problema da oposição crescente entre produção e realização, ou seja, entre produção e consumo. Sobre o tema, Marini (2000, p. 192, grifo original) pontua que “*o capitalismo dependente, baseado na superexploração do trabalho, divorcia o aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas, agravando assim uma tendência geral do modo de produção capitalista*”. Algo que acentua, principalmente nos países com maior desenvolvimento industrial, a necessidade de mecanismos que sirvam de contratendências para a realização da produção. Como primeira contratendência há a expansão comercial para o mercado externo, contudo, a expansão sempre está submetida ao controle e domínio das potências imperialistas, já a segunda contratendência é a adoção de políticas de transferência de recursos dos trabalhadores para as camadas médias e altas (por meio políticas de restrição salarial, de créditos e o crescimento inflacionário) para incentivar o consumo suntuário e de luxo, por fim, como terceira contratendência, a criação de um vasto mercado estatal. Sobre este último mecanismo, Marini (1981, online, tradução livre) destaca que

Trata-se de fazer o Estado atuar não apenas do ponto de vista da promoção de determinados investimentos em infraestrutura, mas também como criador de um mercado estatal, um mercado público. Isso ocorre por meio do aumento da intervenção estatal em obras de infraestrutura (hidrelétricas, estradas, obras públicas em geral), o que obviamente cria toda uma demanda estatal para a indústria mais sofisticada, especialmente a indústria pesada, seja direcionando gastos para o desenvolvimento de uma indústria que não tem relação com o consumo popular, promovendo a criação de uma indústria bélica.³⁴

Como exemplo, o autor cita o caso brasileiro, quando em razão da crise da indústria automotiva diante da ausência de mercados para escoamento da produção, a partir de 1965 o Estado passou a realizar encomendas de jipes, tanques e carros blindados para as Forças Armadas, uma vez que havia limitação no consumo do principal produto da indústria automotiva que eram os carros de passeio. Explicando parcialmente a ampliação dos gastos

³⁴ No original, “Una segunda tendencia, un segundo tipo de mecanismo que emplea el capital es la intervención estatal. Se trata allí de hacer jugar al Estado ya no sólo desde el punto de vista de promotor de ciertas inversiones de infraestructura, sino como creador de un mercado estatal, un mercado público. Ésta se da mediante el aumento de la intervención estatal en obras de infraestructura (hidroeléctricas, carreteras, obras públicas en general) lo que crea evidentemente toda una demanda estatal para la industria más sofisticada, sobre todo la industria pesada, sea mediante la orientación del gasto estatal hacia el desarrollo de una industria que no tiene relación con el consumo popular, al impulsarse la creación de una industria bélica” (MARINI, 1981, online).

militares que em 1970 chegavam a aproximadamente um bilhão de dólares, quase um terço do montante total de exportações brasileiras (MARINI, 1981, online).

A presença da intervenção estatal, embora apareça de forma pronunciada na criação de um mercado estatal, é importante em todos as contratendências analisadas e, portanto, essencial para a fase final do ciclo de capital nas economias dependentes, o que não obsta as contradições, o que é reforçado em outro texto do autor, que afirma que para solucionar os problemas de realização, emprega-se

(...) a intervenção do Estado (por meio da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo), assim como fazer intervir na inflação, com o propósito de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação; isso implicou em rebaixar ainda mais os salários reais, com o objetivo de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda. Mas, na medida em que se comprime dessa forma a capacidade de consumo dos trabalhadores, é fechada qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender o consumo popular. (MARINI, 2017, p. 344)

Assim, constata-se que ao direcionar “(...) a produção para mercados estrangeiros e/ou para estreitas camadas sociais que conformam reduzidos – embora poderosos – mercados internos, gerados em aguda concentração da riqueza” (OSORIO, 2019, p. 208) a economia dependente demarcada pela superexploração demanda a ampliação da intervenção do Estado para solucionar os problemas relativos à realização do ciclo do capital, contudo, tal intervenção não supera as contradições centrais próprias à miserabilidade imposta a maior parte da população.

Dá-se, portanto, diante da limitada expansão da estrutura produtiva, a tendência de aumento da população desempregada e subempregada que, por sua vez, auxiliam no agravamento do aumento da intensidade do trabalho e das jornadas dos trabalhadores empregados. Essa cisão repercute no aparelho estatal que precisa lidar com altos níveis de conflito social manifestos ou latentes, “ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e luta de classes” (OSÓRIO, 2019, 209).

A existência de uma ampla participação do Estado não se faz necessária apenas em seu viés de intervenção econômica, mas essencial a exacerbação de suas características repressivas, uma vez que a manutenção da “ordem social” compreendida aqui como a ordem

de reprodução do capital, numa sociedade demarcada pela superexploração demanda de “um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente” (OSORIO, 2019, p. 209).

Depreende-se que a superexploração impõe que o aparelho estatal possua pronunciada capacidade repressiva, a instabilidade democrática nos países dependentes e a constante ameaça de mitigação das liberdades e tendências autocráticas na história latino-americana são daí derivadas. Para uma compreensão maior dessas limitações democráticas e da intensificação da capacidade repressiva do Estado capitalista dependente se faz importante a análise de alguns aspectos da via de desenvolvimento capitalista latino-americana e de suas consequências para o ente Estatal, utilizar-se-á o caso brasileiro como exemplo paradigmático.³⁵

Por vias de desenvolvimento capitalista se compreende o conjunto de transformações que levaram ao processo de entificação do capitalismo nas diferentes formações-sociais, apesar das diferenças importantes presentes em cada formação, é possível identificar identidades no caráter que a revolução burguesa assumiu em certo grupo de países e definir as especificidades de cada via pelas “(...) formas e conteúdos ontológicos de um modo de produção em processo de entificação (...)” (MAZZEO, 2015, p. 95). A **via clássica**, cujos casos da Inglaterra e França são exemplos, é compreendida como aquela em que há propriamente processos revolucionários de ruptura nos quais a conquista do poder político pela burguesia é resultado do confronto direto com a nobreza feudal, sendo, portanto, necessária ampla participação popular nesse processo e uma articulação entre a burguesia e o nascente proletariado.

Em algumas outras formações sociais, como Alemanha, Itália e Japão, não houve esse processo de ruptura revolucionária entre a burguesia ascendente e a nobreza feudal, mas há um processo lento de reforma modernizadora na qual a fazenda feudal se transforma em fazenda capitalista, o Estado cumpre papel essencial, pois “(...) passa a ser o poderoso coordenador do processo de modernização” e “(...) o novo paga um grande e pesado tributo ao velho, que se materializa no pacto conciliador que a burguesia fixa com a nobreza terratenente” (MAZZEO, 2015, p. 97), Lenin denomina de **via prussiana**, pois a Alemanha é

³⁵ Reafirma-se a necessidade de realizar um estudo de maior fôlego neste sentido e que aborde de forma mais pormenorizada os processos históricos no prosseguimento da pesquisa, contudo, espera-se contemplar minimamente os elementos essenciais diante da delimitação de escopo do presente trabalho.

o caso paradigmático. Dá-se, portanto, um processo pelo alto, no qual a participação popular não só deixa de acontecer como demanda alto grau repressivo.

Na síntese de Antonio Carlos Mazzeo (2015, p. 98, grifos nossos),

Surge, desse modo, a necessidade de um controle centralizado do aparelho estatal; um Estado autocrático, conduzido por uma ideologia **que expresse a conciliação de classes e a manipulação de massas**. Daí, para os setores da burguesia alemã mais determinados em eliminar possibilidades de comissões sociais, principalmente na Prússia, **abria-se o caminho mais cômodo de uma articulação de classe, que permitia alijar a perspectiva de uma revolução democrático-burguesa** e, ao mesmo tempo, atingir as metas de desenvolvimento de forças produtivas capitalistas, ainda que renunciando à hegemonia política dentro do aparelho de Estado.

Já na América o processo de entificação do capitalismo tem como marco o traço comum os processos de colonização aos quais foram submetidas estas formações, contudo, não obstante essa característica de identidade, “(...) aspectos histórico-particulares de seu processo capitalista aparecem, diferenciando-as, inclusive no que se refere à própria essência da objetivação capitalista”, neste sentido, há dois exemplos históricos limites: os Estados Unidos da América e o Brasil (MAZZEO, 2015, p. 100). No processo estadunidense, que Lenin denominou de **via americana**, há um processo de ruptura com o império britânico e com a forma produtiva colonial que os aproxima da “via clássica”, pois, como aponta Mazzeo (2015, p. 101, grifo original), há “(...) *uma revolução democrática, nacional e anticolonial*” do desenvolvimento capitalista que se expressa na Guerra de Independência (1776-1783) e se consolida com a Guerra Civil (1861-1865) e acabou gerando “(...) a democracia burguesa mais ‘típica’ e dando estrutura ao “(...) mais burguês dos países burgueses”.

Importante destacar que em maior ou menor grau os demais países americanos também passaram por manifestações, rebeliões, revoltas e mesmo revoluções de independência, contudo, a via estadunidense é a exceção à tendência histórica dos países demarcados pela exploração colonial, sobretudo na América, a maioria dos processos de independência tendem a se aproximar do outro caso paradigmático: o Brasil, distinguindo do processo estadunidense, porque

(...) o fundamento da diferença está justamente no processo histórico-particular dessas formações sociais. Seus movimentos emancipacionistas não contaram com situações histórico-concretas de onde pudessem emergir burguesias nacionais prontas a romper com a metrópole, engendrar um processo acumulador direcionado à rápida industrialização. No que se refere às ideias liberais, como pensá-las absorvidas por uma burguesia fundamentalmente agrária e subsumida a interesses econômicos não

“nacionais”, sendo a economia de muitas delas baseada no trabalho escravo. (MAZZEO, 2015, p, 101-102, grifo original)

Assim, Mazzeo irá classificar o processo de entificação do capitalismo brasileiro, como **via prussiano-colonial**³⁶, pois, apesar de apresentar características semelhantes com os processos pelo alto prussianos, guardará especificidades em razão da origem colonial. As semelhanças com o a **via prussiana** se expressam no processo acumulador predominantemente agrário e conciliador entre a nascente burguesia e a oligarquia, na imposição pelo alto da unidade nacional e na condução do processo por uma burguesia originada da “nobreza”, no caso brasileiro, herdeira do aspecto da fidalguia portuguesa, resultando na construção de um Estado Nacional na qual as massas são excluídas e se mantém a característica de processo tardio de acumulação de capital. Contudo, apesar dessas aparentes semelhanças, há diferenças essenciais³⁷ diante da citada dimensão colonial.

Diferente da **via prussiana** o processo de conciliação não resulta em uma burguesia nacional autônoma e ao desenvolvimento tipicamente capitalista. A manutenção do escravismo impõe a direção “(...) para a subsunção de sua burguesia aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial” constituindo-se “(...) enquanto ‘elo débil’ do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico” (MAZZEO, 2015, p. 107). O caráter repressivo do nascente Estado capitalista dependente é, portanto, ainda mais acentuado e, como expressa o autor, marcado por

Um aparelho estatal de onde se despregue a violência e o favor deletério, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens “livres”) sempre fora do cenário político. Uma estrutura, enfim, que permitia até golpes e contragolpes constantes entre as facções dominantes sem alterações, no entanto, em seu aspecto basilar. (MAZZEO, 2015, p. 108)

Constata-se que a **via prussiano-colonial**, caracterizada além da origem colonial, pela configuração tardia (ou hipertardia) e agrária do processo de acumulação e industrialização do Brasil, é fundamental para explicar o caráter autocrático do Estado no país “que pode assumir a forma de uma *autocracia burguesa institucionalizada*, em moldes de uma ‘legalidade

³⁶ Acreditamos que a classificação de **via prussiano-colonial** pode ser generalizável para o restante da América Latina, obviamente resguardadas as especificidades e a compreensão que o caso brasileiro é paradigmático ou, como expressa o autor “limite”.

³⁷ Assinalando, mais uma vez, que a aparência também é aspecto constitutivo do ser, estando forma e conteúdo associadas e “(...) elevado à sua expressão concreta dá à morfologia brasileira sua real dimensão” (MAZZEO, 2015, p. 105).

burguesa' ou a forma explícita de governo bonapartista (*colonial-bonapartismo*)” durante sua história (MAZZEO, 2015, p. 134, grifo original). Essa variação é especificadamente marcante durante o processo de consolidação destes Estados capitalistas dependentes durante o século XX e o elo entre superexploração e um ente estatal com características repressivas acentuadas podem ser evidenciadas no estudo de duas categorias desenvolvidas por Marini para expressar etapas constitutivas diversas de articulação entre “democracia” e autocracia nos países dependentes: **Estado de contrainsurgência** e **Estado de quarto poder**.

Diante da importância das supramencionadas categorias para articulação entre superexploração e Estado, importante explicitar que as mesmas funcionam como chave explicativa para a compreensão dos processos contrarrevolucionários que se estabeleceram em diversos países da América Latina durante a segunda metade do século XX, expressando-se em sua maioria em ditaduras militares, mas englobando também regimes civis, e nos processos de redemocratização que se seguiram e preservaram elementos importantes dos aparatos estatais e da articulação militar com os governos civis que se seguiram.

Os finais dos anos 1950 e início dos anos 1960 marcam o ocaso dos processos de industrialização diversificada que aconteceram em diferentes países da América Latina entre o período entreguerras mundiais e o imediato pós-Segunda Guerra, diante da reorganização imperialista e a consolidação da hegemonia dos EUA como potência capitalista e uma reorientação para uma industrialização mais seletiva que culminaria no atual estágio de especialização produtiva exportadora. Processo que impossibilitou que os setores hegemônicos do bloco do poder nos países latino-americanos continuassem a contemplar alguns dos interesses das classes dominadas, principalmente, da pequena burguesia e do proletariado industrial, assim “(...) o capital mais dinâmico, crescentemente hegemônico, deverá romper acordos com amplos setores assalariados” e dinamita as bases que dão fundamento para o Estado desenvolvimentista latino-americano³⁸ (OSORIO, 2019, p. 215) e estabelece os alicerces para o estabelecimento do Estado de contrainsurgência em diversos países da região.

Divergindo de autores, inclusive vinculados à TMD como Theotônio dos Santos, que caracterizavam os processos como de caráter fascista ou fascista dependente³⁹, Marini reconhece o período atravessado pela América latina como contrarrevolucionário, contudo,

³⁸ Para uma análise do Estado desenvolvimentista conferir Osorio (2019).

³⁹ Para a análise do autor sobre o período e sua cauterização de fascismo dependente conferir dos Santos (2020).

compreende que os processos guardam especificidades que não podem ser confundidas com o fascismo europeu e que, embora abarque as ditaduras militares inauguradas pela brasileira em 1964, também se configura em governos civis, como o caso venezuelano que tem precedência histórica e inicia-se em 1959, no governo de Betancourt. Sendo necessário, portanto, compreender como tais processos contrarrevolucionários influenciam a estrutura e funcionamento do Estado, compreendido como “a força concentrada da sociedade, a síntese das estruturas e relações de dominação existentes”, cabendo “verificar em que consiste a *especificidade* que assume a contrarrevolução latino-americana” (MARINI, 2020, p. 25-26).

O autor aponta três vertentes que originam os processos contrarrevolucionários latino-americanos do período:

1) Primeiramente, a alteração na estratégia global estadunidense que se acontece entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, sendo consolidada pelo governo Kennedy, resultando na **doutrina de contrainsurgência** dividida em três frentes, aniquilamento, conquista de bases sociais e institucionalização e possuindo três aspectos fundamentais, na sua concepção de política que aplica um enfoque militar à luta política, no qual o inimigo não apenas deve ser derrotado como também aniquilado; “considera o movimento revolucionário como algo externo à sociedade em que se desenvolve; em consequência, vê o processo revolucionário como *subversão provocada pela infiltração do inimigo*”, sendo um câncer no organismo social que precisa ser extirpado. Essas duas características são comuns aos regimes fascistas, contudo, difere no terceiro ponto que discursivamente defende a democracia burguesa, sua organização política parlamentar e liberal “(...) se propõe explicitamente *ao reestabelecimento da democracia burguesa*, após o período de exceção representado pelo período de guerra” e reconquistadas as bases sociais “(...) se deve então marchar à fase de institucionalização, que é vista como o reestabelecimento pleno da democracia burguesa” (MARINI, 2020, p. 28-29, grifo original). A Escola das Américas estabelecida pelos EUA se dedica na formação do alto oficialato das Forças Armadas de diversos países da América Latina com base na citada doutrina.

2) Em segundo lugar, há entre os anos 1950 e 1960 “(...) a transformação estrutural das burguesias nativas”, tendo como base econômica “(...) a integração dos sistemas de produção latino-americanos ao sistema imperialista mediante os investimentos diretos de capital estrangeiro, a subordinação tecnológica e a penetração financeira”, levando ao surgimento de uma burguesia monopolista extremamente vinculada à burguesia imperialista,

principalmente estadunidense (MARINI, 2020, p. 29). Levando ao rompimento do bloco do poder mencionado anteriormente e se reconfigura o Estado

que se preocupa fundamentalmente dos interesses das frações monopolistas, nacionais e estrangeiras, e estabelece, pois, mecanismos seletivos para favorecer a sua acumulação; as demais frações burguesas devem subordinar-se à burguesia monopolista, estando seu desenvolvimento em rigorosa dependência do dinamismo que alcance o capital monopolista, enquanto a pequena burguesia, embora sem deixar de ser privilegiada na aliança de classes na qual repousa o novo poder burguês, é forçada a aceitar uma redefinição de sua posição, perde importância política e fica ela também totalmente subordinada, com suas condições de vida vinculadas às iniciativas e ao dinamismo da burguesia monopolista. (MARINI, 2020, p. 30)

3) Por fim, há a resistência protagonizada pelas classes dominadas durante os anos 1960 “que irrompe nas brechas do sistema de dominação criadas pela fratura do bloco no poder e que incide no sentido de agravar as contradições existentes” que tem suas demandas respondidas com a reação violenta da burguesia e do imperialismo (MARINI, 2020, p. 30).

O processo contrarrevolucionário, a rigor, principia com um processo de desestabilização, agrupando junto à reação o conjunto da burguesia e buscando dividir o movimento popular, contudo, “por se tratar de sociedades baseadas na superexploração do trabalho, em nenhum caso ela tem condições para reunir forças suficientes para derrotar politicamente o movimento popular, e não chega sequer à estruturação de um partido político”, prosseguindo com o golpe de Estado conduzido pelas Forças Armadas, já adestradas na doutrina de contrainsurgência, e se consolida na instauração da ditadura militar, existindo traços peculiares em cada formação social latino-americana (MARINI, 2020, p. 31).

As características autocráticas e repressivas estão dadas e a burguesia delega a função de liquidar o problema ao aparato especial do Estado que são as Forças Armadas, passando do terreno político para a guerra declarada ao inimigo interno. Marini (2020, p. 34, grifo original) destaca o caráter hipertrofiado do poder executivo, mas afirma que o elemento distintivo do Estado de contrainsurgência está na organização de dois ramos centrais de decisões dentro deste poder:

De um lado, *o ramo militar*, constituído pelo Estado Maior das Forças Armadas, que expressa a instituição militar ao nível de tomada de decisões e que repousa sobre a estrutura vertical própria das Forças Armadas; o Conselho de Segurança Nacional, órgão deliberativo supremo, no qual se entrelaçam os representantes do ramo militar com os delegados diretos do capital; e os órgãos do serviço de inteligência, que informam, orientam e

preparam o processo de tomada de decisões. De outro lado, o *ramo econômico*, representado pelos ministérios econômicos, assim como as empresas estatais de crédito, produção e serviços, cujos postos-chave se encontram ocupados por tecnocratas civis e militares. Assim, o *Conselho de Segurança Nacional* é o espaço onde confluem ambos os ramos, entrelaçando-se e formando no topo o órgão chave do Estado de contrainsurgência.

Os poderes que compõem o Estado capitalista clássico ao lado do executivo, nomeadamente o legislativo e judiciário, podem, inclusive, continuar existindo, tanto nos marcos de um regime civil, como nos marcos ditatoriais, contudo, fora do processo de tomada de decisões reais. Sendo importante ressaltar que os tecnocratas civis e militares que ocupam as diferentes funções de gestão do Estado “(...) não são mais do que a representação política do capital, e como tal não cabe especular sobre a sua autonomia, para além do que se pode fazer com qualquer representação política em relação à classe que representa” (MARINI, 2020, p. 35).

É importante, destacar que a relação entre superexploração e o Estado, mesmo considerando a determinação fundante no complexo econômico, é de mútua determinação, como é possível depreender da adoção de políticas econômicas pela ditadura militar que ajudam na manutenção da violação do valor da força de trabalho, principalmente, “(...) a implementação de uma política repressiva, voltada especialmente contra o movimento operário, para assegurar um alto nível da taxa de mais-valia” (BAMBIRRA, 2013, p. 136). Como bem expressa, Marini (2000, p. 215),

Sobre a base da efetividade do exército industrial de reserva e apelando a mecanismos coercitivos (como a política oficial de contenção salarial e a repressão policial) a ditadura militar viabilizou a tendência do capitalismo brasileiro à fixação do salário real por debaixo do valor da força de trabalho.

Já em 1978 quando proferiu a palestra que originou o referido artigo *Estado de contrainsurgência*, Marini reconhecia que existiam elementos que apontavam para a mudança conjuntural aos regimes contrarrevolucionários na América Latina, nos países imperialistas, principalmente nos Estados Unidos eclodia uma crise econômica, somadas à derrota na Guerra do Vietnã e uma necessidade de reafirmação da hegemonia dos Estados Unidos no campo capitalista, gerando possível revisão da doutrina de contrainsurgência polindo seus aspectos mais ásperos e adaptá-la as novas condições dadas pela luta de classes. Apontando para uma possibilidade de uma abertura democrática dos regimes, mas dentro de parâmetros restritos de uma **democracia governável, viável e restrita**, nos termos definidos por Adrián Sotelo Valencia (2019, p. 219, grifo original),

O primeiro deles é *governável*, ou seja, que não sai dos cânones e das normas que estipula o sistema de dominação (que certamente inclui os meios de comunicação e outros de natureza informática). O outro adjetivo é *viável*, ou seja, que corresponde à legalidade e normatividade vigente sob o ponto de vista jurídico eleitoral. A estes dois inclui-se, de maneira particular e enfática, a característica da democracia ser *restrita*, quer dizer, sujeita à representação por parte daqueles que são eleitos para ocupar os cargos (deputados e senadores) no Congresso. Mas não se trata, em nenhuma hipótese, de garantir uma efetiva participação por parte dos trabalhadores e das massas populares em um tipo de democracia direta que atentasse, eventualmente, contra os valores e princípios do sistema capitalista e da sociedade burguesa.

Assim, Marini (2020, p. 40, grifo original) apontava a existência de contradições dentro do bloco no poder “(...) que nascem de *divisões surgidas no seio do grande capital, da própria burguesia monopolista*” em virtude principalmente da crise principiada em 1974 e opondo os setores nativos e estrangeiros majoritariamente estadunidenses com capital baseado na indústria de bens de consumo suntuário e frações nativas e estrangeiras, predominantemente euro-japonesas, com presença na indústria básica e de bens de consumo disputando a política econômica que “(...) implica realocação de recursos, vantagens fiscais, creditícias e de todo tipo (...)”, portanto “(...) *dividem igualmente os setores burgueses nacionais e estrangeiros que operam no país e enfrentam frações do grande capital*” (MARINI, 2020, p. 40, grifo original).

Soma-se a própria funcionalidade da repressão contrainsurgente que dizimou organizações, estruturas e lideranças políticas da esquerda e, principalmente, comunistas. O que debilitou o movimento de resistência, mas não o eliminou, permitindo a articulação de processos de mobilização de massas e greves operárias. Tratando do caso brasileiro, ao analisar a promulgação da Constituição Federal de 1988, Marini (1988, online) afirma que “As lutas sociais, nos últimos dez anos, não têm paralelo na história moderna do Brasil e superam certamente todos os auges de massas anteriores, em matéria de amplitude e grau de organização dos setores nelas envolvidos”. Contudo, a hegemonia do processo de redemocratização brasileiro, se deu mais uma vez pactuada pelo alto e nos marcos da abertura “lenta, gradual e segura” imposta pelas Forças Armadas e às classes dominantes (nativas e estrangeira), reafirmando os parâmetros restritivos apontados anteriormente.

Dez anos antes do processo constituinte, Marini (2020, p. 41) apontava que

Trata-se, pois, agora, de levar a cabo uma "abertura" política que preserve o essencial do Estado de contrainsurgência. Em que consiste isto? Na institucionalização da participação direta do grande capital na gestão

económica e na subordinação dos poderes do Estado às Forças Armadas, através dos órgãos estatais que foram criados, em particular o Conselho de Segurança Nacional.

Funcionando as forças armadas como verdadeiro poder moderador, o que expressaria na forma estatal não mais um Estado de contrainsurgência, mas sim um **Estado de quarto poder**, “(...) no qual as Forças Armadas exercerão um papel de vigilância, controle e direção sobre o conjunto do aparato estatal” (MARINI, 2020, p. 41), embora possa se questionar essa característica assumida, principalmente de controle e direção após a promulgação da Constituição de 1988, é correto compreender que tal característica predominou tanto na eleição indireta, quanto durante o processo constituinte, inclusive impondo muitas de suas limitações como não nascer de uma Assembleia Constituinte soberana, eleita unicamente para este fim, mas de um Congresso Nacional constituinte⁴⁰ com delegação de um governo que não apenas foi eleito de forma indireta, como foi assumido por um vice-presidente que pertencia ao partido de apoio ao regime militar até o ano anterior a eleição e com os parâmetros estabelecidos pelas próprias Forças Armadas. Sendo a precisa a síntese do autor quando afirma que

É natural, portanto, que, apesar de um ou outro assomo de independência, a Constituinte desenvolvesse seus trabalhos dentro do quadro institucional heterônomo surgido em 1964, isto é, sob a pressão de um executivo centralizador e a tutela do quarto poder de que se haviam investido as Forças Armadas. (MARINI, 1988, online).

Constata-se que a Constituinte desenvolveu seus trabalhos, submetida a um Executivo centralizador e sob a tutela militar, sem fugir ao quadro institucional estabelecido desde o Golpe de 1964. Embora a Constituição Federal resultante deste processo, do ponto de vista formal, estabeleça um significativo rol de direitos individuais, sociais, econômicos e políticos, não superou o caráter autocrático do Estado brasileiro. No que se refere às Forças Armadas, o art. 142 da Constituição prevê que estas não apenas se destinam a defesa nacional, mas devem atuar para garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, ainda que ressalve a iniciativa dos citados poderes no último caso (BRASIL, 1988, online). As interpretações mais reacionárias do constitucionalismo brasileiro se utilizam do citado dispositivo para defender a tese de atribuição de poder moderador às Forças Armadas.

⁴⁰ Incorporando inclusive constituintes não eleitos enquanto tal, mas senadores no curso de seus mandatos. (MARINI, 1988, online)

Assim, apesar da reversão nas atribuições do Conselho de Segurança Nacional, que acabou se convertendo em Conselho de Defesa Nacional e adquirindo maior caráter consultivo à presidência, permanece a função de “garantia da lei e da ordem” e o estabelecimento das Polícias e Bombeiros militares como forças auxiliares e de reserva do Exército e, como alerta, Marini (1988, online), “Extra-constitucionalmente, os militares conservam suas prerrogativas e o seu aparelho oculto de poder, formado pelos seus órgãos corporativos e de inteligência” e, na verdade, “(...) que se articula com a subordinação do Estado a um quarto poder não explícito, representado pelas Forças Armadas”. Algo que soma a anistia que concedida aos crimes cometidos pelo Estado brasileiro e seus agentes durante o período militar, configurando-se como “(...) único país do Cone Sul que – *de jure* – ainda não julgou os crimes de *lesa humanidade* perpetrados pela ditadura” (VALENCIA, 2019, p. 224, grifo original).

Durante as primeiras décadas de redemocratização, as Forças Armadas desempenharam um papel mais discreto na cena política brasileira, contudo, a afirmação de Adrián Sotelo Valencia (2019, p. 229) de que o Estado democrático capitalista não anulou a existência do **Estado de quarto poder** “(...) que assume diversas formas nos espaços políticos e territoriais latino-americanos”, parece ter plena pertinência para a análise do Brasil contemporâneo. Principalmente, a partir da crise e das instabilidades que resultaram no golpe, de natureza jurídico-parlamentar, que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a posse do presidente Michel Temer, já apresentavam elementos de maior participação das Forças Armadas na cena política, em maio de 2018, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a Polícia Federal (PF) investigavam a participação militar na greve dos caminhoneiros (ABREU, 2018), alto oficialato assumindo postos chave no Executivo (FERNANDES, 2018) e, inclusive, no Judiciário (BRÍGIDO; SASSINE, 2018) e a intervenção militar no Rio de Janeiro (BARBON; VETTORAZZO, 2018), consolidando-se, por fim, com ameaças proferidas pelo comandante do Exército durante julgamentos do STF (ODILLA, 2018) e a eleição e composição do governo de extrema-direita do capitão da reserva do Exército, Jair Bolsonaro que, além do discurso calcado na doutrina de contrainsurgência, apresenta uma expressiva participação do oficialato das três forças armadas em diversos cargos do executivo, inclusive ocupando ministérios (MOTTA, 2021).

O que se depreende é que, mesmo que se possa questionar a validade da categoria de **Estado de quarto poder** para os países latino-americanos pós-redemocratização, os elementos de uma **democracia governável, viável e restrita** encontram exemplos claros na

realidade concreta. No caso brasileiro, durante todo o período pós-redemocratização, além da ausência de elementos de participação democrática direta, de massas e popular, seus elementos foram reforçados pelas diversas reformas neoliberais, somadas aos elementos repressivos aos movimentos sociais, principalmente no campo e nas periferias, e a política de Guerra às Drogas, resultante tanto no encarceramento em massa quanto no emprego das Forças Armadas contra a população civil mesmo durante os governos petistas (STRUCK, 2018). Sendo, portanto, importante traçar algumas linhas sobre a relação do Estado capitalista dependente e as classes sociais dominantes e dominadas nas formações sociais que os fundamentam, como será apresentado no próximo subitem.

3.2.3 Estado capitalista dependente e classes sociais

Além das especificidades que foram expostas no desenvolvimento anterior do trabalho, o Estado capitalista dependente na sua relação com as classes sociais das formações sociais que compõe reproduz fundamentalmente muitas das características próprias ao Estado capitalista em geral, variando muitas vezes em grau de atuação. Contudo, há uma característica fundamental que difere do Estado capitalista dos países imperialistas: é justamente no local privilegiado que se encontram as classes dominantes estrangeiras na definição do complexo político e do Estado nos países dependentes.

É apropriada a caracterização de Vânia Bambirra (2013, p. 151) ao compreender as classes dominantes das sociedades capitalistas dependentes como “(...) classes dominantes-dominadas, como sócias menores do imperialismo”, uma vez que por mais que exerçam no campo político, econômico e social o mais férreo controle sobre o restante da sociedade e, principalmente, a classe trabalhadora, somente o podem fazer se submetidas às determinações das classes dominantes estrangeiras. Nas palavras da teórica brasileira,

Esta submissão política, porém, deve ser entendida em função da ausência de alternativas para a continuidade e sobrevivência do processo de desenvolvimento capitalista.

Foi a compreensão dessa situação que levou as classes dominantes latino-americanas, em especial através de seus setores mais lúcidos e consequentes, a aceitar a inexorável **situação de classes dominantes-dominadas, como a única forma de manter o sistema de exploração**, abrindo as portas da economia dependente para a penetração e domínio do capital estrangeiro. Frente a isso, a alternativa, única e indiscutível, é o socialismo e, obviamente, esta alternativa é por princípio descartada pelas classes dominantes. (BAMBIRRA, 2013, p. 145, grifos nossos).

O Estado capitalista nos países de capitalismo dependente precisa desempenhar um papel específico muito diverso dos Estados capitalistas centrais, uma vez que precisa garantir simultaneamente os interesses das classes dominantes locais e internacionais, ou seja, conforme aponta Bichir (2017, p. 98) “Ao mesmo tempo em que esse Estado é expressão dos interesses do desenvolvimento capitalista em âmbito nacional, ele é também o representante dos interesses do capital estrangeiro no interior da economia nacional”. Portanto, como característica distintiva, o Estado dependente precisa

(...) garantir as condições internas necessárias à reprodução das formas de dominação-subordinação imperialista. O desempenho desta função pelo Estado periférico encontra-se assegurado pelas relações de dependência que se estabelecem no nível político, além do econômico. Ou seja, a dependência político-econômica, ao conferir às classes dominantes das economias centrais enorme força política no interior das formações sociais periféricas, assegura a defesa, pelo Estado periférico, dos interesses imperialistas. (SOUZA, 2001, p. 155)

Resgatando o conceito de bloco no poder, pode-se compreender que a sua constituição nos países dependentes impõe que além das classes dominantes nativas à formação-social estejam presentes às classes imperialistas, e, faz-se importante resgatar, que o Estado capitalista é o fator de coesão desse bloco no poder e garante a sua unidade mesmo que contraditória. Ao lado da condição de dependência econômica que impõe como necessidade de sobrevivência das classes dominantes nativas uma associação subordinada às classes dominantes das nações imperialistas aparece o Estado capitalista dependente que galvaniza e sobredetermina no bloco no poder a hegemonia das classes imperialistas na sua unidade contraditória específica e expressa seus interesses econômicos como interesses políticos gerais, assim “(...)o capital estrangeiro logra impor a realização dos seus interesses pela política estatal” (SOUZA, 2001, p. 62). O Estado capitalista no interior do bloco de poder das nações dependentes garante a hegemonia das classes dominantes imperialistas. Neste sentido, pode-se conceituar o Estado capitalista nas sociedades referida como Estado dependente, uma vez que, como aponta Maíra Bichir (2017, p. 43),

considera-se, sobretudo, o papel hegemônico cumprido pelas classes dominantes imperialistas no bloco no poder de tais Estados e seu impacto no exercício do poder político nos países dependentes, o que constituiria uma especificidade de tais Estados.

É, contudo, importante destacar que a dependência política não é simples uma determinação constituída desde fora, mas articulada tal qual a dependência econômica, das relações de poder das nações dependentes. Para além disso dependência política e

dependência econômica estão articuladas e se acentuam mutuamente, e “enquanto se aprofunde a dependência econômica através do domínio do capital estrangeiro nos setores-chave da economia, aprofunda-se também a dependência política” (BAMBIRRA, 2013, p. 145). Assim, como aponta Bambirra (2013, p. 144, grifo nosso),

A dependência política não deve ser definida apenas como a imposição da ingerência estrangeira na vida nacional, mas **sobretudo como parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes em função dos interesses políticos “nacionais” internos seja dependente.** Como os países dependentes são parte constitutiva do sistema capitalista internacional, **suas classes dominantes jamais gozaram de uma real autonomia para dirigir e organizar suas respectivas sociedades.** A situação de dependência termina por conformar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das estruturas dominantes.

A característica de subsoberania dos Estados capitalistas dependentes é, portanto, essencial para a reprodução capitalista dependente e sua inserção subordinada no sistema econômico capitalista mundializado. De modo que “As relações de dependência (...) conferem às classes dominantes das economias centrais enorme poder de influência sobre os rumos da política do Estado” (SOUZA, 2001, p. 54).

Sendo importante ressaltar que a associação subordinada das classes dominantes-dominadas não exclui a possibilidade de conflitos e divergências – tanto no interior das próprias classes e frações nativas quanto entre essas e as classes e frações dominantes imperialistas –, no entanto, torna inviável que as classes dominantes-dominadas, principalmente os seus setores mais poderosos, se norteiem por qualquer projeto nacional e autônomo de desenvolvimento. Apenas possuindo projetos que “(...) operam em condições de subordinação – e associação - aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos momentos históricos” (OSORIO, 2019, p. 206).

Sobre essas divergências e conflitos é importante destacar que há frações e setores com interesses potencialmente contraditórios entre as classes imperialistas que atuam política e economicamente em determinada formação-social dependente, uma vez que elas podem ser de setores e nacionalidades distintas, algo que pode possibilitar ao Estado dependente uma forma específica de autonomia relativa. Sobre a autonomia relativa dos Estados capitalistas dependentes, Angelita Matos Souza (2001, p. 49, grifos nossos) aponta que

A luta entre as diversas frações das classes dominantes das diversas potências imperialistas, sob a hegemonia de uma dessas frações, pode conferir ao Estado periférico certa margem de autonomia perante os interesses imperialistas em questão. **De um lado, a dependência do Estado em relação ao capital financeiro internacional pode conferir ao Estado relativa autonomia na realização de interesses do capital estrangeiro, em prejuízo de classes ou frações de classes dominantes nacionais. De outro lado, a disputa entre as diversas classes ou frações das classes dominantes estrangeiras pode conferir ao Estado relativa autonomia para defender interesses do capital nacional, em prejuízo de interesses de classes ou das classes dominantes estrangeiras.**

Relembre-se que ao analisar, no tópico anterior do presente trabalho, elementos da crise que precipitou o final da ditadura quando Marini apontou a divergência entre capitais de origem estadunidenses e euro-japoneses no interior do bloco de poder. Assim, conforme aponta Bambilra (1978, p. 65, tradução livre), o que sobra às classes dominantes-dominadas “(...) é uma margem relativa de manobra frente ao imperialismo, que tratam de utilizar dentro de seus estreitos limites”⁴¹, a autora destaca que nos períodos de crises essa autonomia relativa pode se manifestar em margens maiores,

Esta autonomia relativa consiste em que, em circunstâncias especiais, as classes dominantes dos países dependentes têm a possibilidade de tornar vigentes alguns dos seus próprios interesses que são contraditórios aos do imperialismo. Isso se dá especialmente nas situações críticas mais agudas do sistema, quando as burguesias dependentes necessitam implementar toda uma série de medidas políticas e de política econômica com o objetivo de superar as crises e expandir e tornar mais efetiva sua dominação. (BAMBIRRA, 2013, p. 146).

Contudo, por maiores que sejam as condições que, em conjunturas nacionais e internacionais específicas, possibilitem uma maior autonomia relativa das classes dominantes-dominadas em relação ao imperialismo, “(...) jamais serão suficientes para colocar em xeque o funcionamento do conjunto das empresas imperialistas situadas nos setores-chave da economia (...)” e, muito menos, possibilitarão “(...) condições de atuar a partir de uma linha política realmente independente (BAMBIRRA, 2013, p. 148). Como expressa Bambilra (1978, p. 65, tradução livre, grifos originais), as classes dominantes-dominadas,

(...) não podem ter um projeto nacional, *não podem defender os interesses da nação independentemente dos interesses do capital estrangeiro, pois elas estão associadas a este na qualidade de sócias menores*. Elas não dispõem de propriedade privada dos meios de produção fundamentais sem

⁴¹ No original, “Lo que queda a las burguesías es un margen relativo de maniobra frente al imperialismo, que tratan de utilizar dentro de sus estrechos límites” (BAMBIRRA, 1978, p. 65).

compartilhá-las com o imperialismo desde uma posição desvantajosa, mesmo que isso não signifique que seus lucros não sejam substanciais.⁴²

Quando setores das classes dominantes nativas procuraram atuar com políticas minimamente autônomas ao imperialismo, mesmo sem romper em definitivo com o domínio imperialista, a atuação das frações mais poderosas localmente e do imperialismo sempre atua no sentido da desestabilização ou mesmo da ação militar direta. Assim, nas palavras de Bambirra (1978. p. 100, tradução livre)⁴³,

A história registra incontáveis situações em que estas [as classes dominantes-dominadas] tentaram colocar em prática políticas, sem golpear definitivamente o domínio imperialista, buscavam o restringir de maneira parcial, e a resposta do imperialismo em tais condições foi de modo geral uma reação violenta e inescrupulosa: quando as pressões econômicas, diplomáticas e políticas não foram suficientes, o imperialismo recorreu a intervenção direta – as famosas formas de “desestabilização” –, ou direta – a agressão militar por meio do envio de mercenários ou suas próprias tropas.

Mesmo nos países dependentes de maior industrialização e dinamicidade econômica, a monopolização de diferentes setores econômicos é marcada pela associação subordinada ao capital monopolista imperialista ou mesmo por investimentos diretos deste capital, restringindo o tamanho e impondo uma debilidade na estrutura das classes dominantes e resultando em um agravamento das contradições no sistema mundial capitalista nas regiões dependentes. O acúmulo de contradições e debilidades atinge a própria estrutura do Estado e do sistema de dominação nas nações dependentes que “(...) são compensadas pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo, mesmo sob feições democráticas, e pela *internalização no – e por parte do – Estado dependente* das relações de poder de Estados e capitais centrais e imperialistas” (OSORIO, 2019, p. 207, grifo original). Assim, com a finalidade de manter a situação de classe dominante-dominada, as burguesias dependentes “(...) estão dispostas – e isso já foi demonstrado historicamente – a reprimir, com todos os meios ao seu alcance, as classes que lhes são antagônicas (...)” (BAMBIRRA, 2013, p. 151).

⁴² No original, “no pueden tener un proyecto nacional, *no pueden defender los intereses de la nación independientemente de los intereses del capital extranjero, pues ellas están asociadas a éste en calidad de socias menores*. Ellas no disponen de la propiedad privada de los medios de producción fundamentales sino que la comparten con el imperialismo desde una posición desventajosa, aunque eso no signifique que sus ganancias no sean sustanciales” (BAMBIRRA, 1978, p. 65, grifo original)

⁴³ No original, “La historia registra incontables situaciones en que éstas han tratado de imponer políticas que sin golpear definitivamente el dominio imperialista buscaban restringirlo de manera parcial, y la respuesta del imperialismo en tales condiciones ha sido por lo general una reacción violenta e inescrupulosa: cuando las presiones económicas, diplomáticas y políticas no fueron suficientes, el imperialismo recurrió a la intervención indirecta —las famosas formas de “desestabilización”—, o directa —la agresión militar a través del envío de mercenarios o de sus propias tropas”. (BAMBIRRA, 1978, p. 100)

A ruptura com a dependência, portanto, precisa ser uma ruptura com o capitalismo e a independência em relação ao imperialismo impõe a superação também de seus sócios menores, as classes dominantes-dominadas, presumindo da parte das classes dominadas e superexploradas uma luta socialista. Sendo esta a perspectiva central da TMD, de tal modo que nos países dependentes, como bem pontua Osorio (2019, p. 206-207, grifo original), “(...) *todo projeto político soberano deve necessariamente assumir conotações anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, anticapitalista e popular*” e, segundo Bambilra (2013, p. 150),

Trata-se do fato de que a ruptura da dependência econômica teria que ser também uma ruptura política com o imperialismo – passando talvez pelo enfrentamento militar –, e seria necessária a mobilização popular para levar adiante uma política anti-imperialista. Dado o nível de radicalismo engendrado, isso levaria a uma política anticapitalista em seu conjunto. Questionar o imperialismo significaria questionar o modo de produção capitalista enquanto tal. A manutenção da dependência imperialista termina por ser intrinsecamente vinculada à manutenção do capitalismo nacional, o que garante a continuidade da dominação imperialista enquanto exista capitalismo nos países latino-americanos.

Contudo o Estado capitalista dependente atua para impedir qualquer projeto alternativo e, em relação às classes dominadas, além das ações repressivas, o caráter reificado do ente estatal é exacerbado. Retomando a noção oriunda do fetichismo anteriormente estudada, em relação ao complexo político, ao lado do seu ordenamento jurídico, o Estado capitalista **aparece** como um ente externo e acima da sociedade. Tal característica ganha dimensão acentuada nas sociedades demarcadas pela dependência, pois se exacerba o processo de despolitização da população e a classe trabalhadora, mesmo quando individualizada e amoldada ao conceito de cidadão, é afastada das decisões centrais e a política é compreendida como uma atividade própria unicamente de setores especiais e exclusivos, “(...) dotados de qualidades carismáticas, de preparação, de experiência e de conhecimento” (OSORIO, 2019, p. 210). Os fenômenos caudilhescos e o papel que figuras individuais ganham na expressão mesmo em movimentos de esquerda e contestadores da ordem dominante é exemplar. Conforme explica Osorio (2019, p. 209),

Frente à barbárie generalizada que a reprodução do capital tende a gerar na sociedade, e frente ao sentimento de fragilidade social que se impõe sobre os indivíduos – devastados por forças que não conhecem nem controlam –, as autoridades estatais e o aparato de Estado emergem como um refúgio nos quais – e com os quais – seria possível se proteger.

Como as políticas repressivas não são suficientes para a garantia do controle sobre as classes dominadas, o Estado capitalista dependente também realiza concessões aos seus

interesses, embora a margem de manobra seja muito menor que nos países centrais em razão da generalização da superexploração. No entanto, o Estado capitalista dependente precisa executar políticas sociais para lidar com o alto grau de miserabilidade e de barbárie das sociedades dependentes, criando “(...) organismos de assistência social e garantias de direitos mínimos para os trabalhadores, bem como tem que conceder aumentos salariais”, políticas que embora cheguem “(...)a afetar significativamente os níveis de acumulação – dado seu caráter sumamente controlado –, representam, de qualquer maneira, limites à política econômica estabilizadora da burguesia” (BAMBIRRA, 2013, p. 198).

Em suma, constata-se que a dependência impõe ao Estado características peculiares na sua relação com as classes sociais dominantes e dominadas, em relação a burguesia acentua, no interior do bloco no poder, o seu caráter de classe dominante-dominada e em relação à classe trabalhadora impõe um afastamento da participação popular e acentua o uso “legítimo” da violência mesmo em períodos democráticos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, partindo de uma pesquisa bibliográfica calcada na ampla produção de teóricos marxistas, propôs-se a investigar a manifestação do complexo político e do Estado nos países da América Latina. Para tanto, a exposição da pesquisa foi estruturada com o objetivo de esclarecer alguns pontos centrais: Primeiro, quais as particularidades do Estado capitalista e como ele se relaciona com as classes sociais? Segundo, quais as especificidades da reprodução do capital nos países dependentes? Por fim, como tais especificidades repercutem no Estado capitalista, quais suas particularidades e como este se relaciona com as classes sociais nas formações-sociais latino-americanas?

Inicialmente, por compreender que o estudo do complexo político não pode ser realizado de forma divorciada da sociabilidade no qual este está inserido, partiu-se para a apresentação das especificidades da sociedade capitalista utilizando, principalmente, as contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels na sua crítica da economia política que tem como ponto de culminância a exposição realizada nos três livros de *O capital* escrito pelo primeiro e com os dois últimos volumes editados pelo segundo. Uma vez que a problemática central da citada crítica é justamente o estudo da gênese, consolidação, desenvolvimento e crise da sociedade burguesa e do modo de produção que a fundamenta, o capitalismo. Sociedade na qual o complexo político está inserido e cuja raízes estão fincadas nas condições materiais de existência, a produção e reprodução da vida.

Razão pela qual se expôs, mesmo que de modo sumário, aspectos fundamentais do modo de produção capitalista e as relações sociais de produção correspondentes. Na citada tarefa, tratou-se de historicizar minimamente a sociedade capitalista, explicitando que ela é uma das diversas sociabilidades cindidas em classes sociais e que tal cisão não é característica indispensável às sociabilidades humanas.

Na contemporaneidade o modo capitalista de produção predomina na quase generalidade do globo terrestre e, diferente de modos de produção precedentes (como o escravismo, feudalismo e modo de produção asiático) a desigualdade entre as suas classes sociais fundamentais não **aparece** de modo tão evidente uma vez que o assalariamento, demarcado por uma relação que pressupõe o acordo de vontades para a troca de mercadorias, expressa a autonomia de vontade e a igualdade jurídica. Denotando o maior grau de complexidade da exploração capitalista.

Assim, partindo da crítica da economia política, foram estudados os elementos fundamentais do modo de produção capitalista para explicitar as nuances da sua constituição enquanto sociedade de classes. A mercadoria enquanto síntese de múltiplas determinações, como objeto que se constitui de modo simultâneo enquanto valor de uso e valor de troca, expressando no momento do intercâmbio mercantil uma relação de comensurabilidade, revelando uma medida comum entre todas as mercadorias: o valor, cuja medição de sua grandeza é definida pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, considerado enquanto trabalho abstrato e o diferenciando do trabalho concreto. Demarcou-se também o caráter fetichista da mercadoria que, em síntese, consiste no ocultamento das relações sociais próprias do processo de troca de mercadorias, que evidencia a relação entre as coisas (mercadoria e dinheiro) e esconde a relação entre as pessoas (vendedor e comprador), caráter fetichizado que recai sobre outras dimensões e complexos sociais.

A quase total universalização mercantil no capitalismo tem por base a generalização de uma mercadoria específica que é base fundamental da sociedade capitalista e chave para compreensão da sua forma de exploração: o trabalho assalariado que pressupõe a constituição da força de trabalho em mercadoria. A força de trabalho como toda mercadoria possui valor de uso e valor de troca, sendo o seu valor medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção e reprodução. Contudo, a força de trabalho possui no seu valor de uso uma característica diversa das demais mercadorias, sendo a única mercadoria cujo consumo é objetivação do trabalho e, portanto, cria valor, de modo tal que no momento da produção adiciona ao valor de troca da mercadoria, um valor maior que o pago pela força de trabalho por meio do salário. Portanto, o assalariamento, por meio da forma-salário extingue a separação da jornada de trabalho do trabalho pago e o trabalho não pago e oculta a exploração. Uma vez que embora o trabalhador receba pelo valor de troca da sua força de trabalho, a utilização da força de trabalho emprega uma quantidade de valor a mais que não é remunerada, o mais-valor. Essa forma peculiar de exploração fundamenta a sociedade capitalista e impõe traços próprios ao complexo político nestas sociedades.

O Estado é um complexo social existente nas diversas sociedades de classe, uma vez que a divisão da sociedade entre explorados e exploradores impõe a existência de um órgão que garanta tal condição por meio da força organizada, uma vez que há interesses antagônicos inconciliáveis, faz-se necessário um mecanismo essencialmente de coerção, violência concentrada. Surgindo como Estado da classe economicamente dominante que, por meio dele, se torna classe politicamente dominante.

O Estado capitalista, contudo, é demarcado pela forma própria como se organiza a exploração nas sociedades da qual faz parte, as características do poder político refletem as especificidades do trabalho assalariado. Como a relação de assalariamento é constituída por uma troca mercantil, demarcada por um acordo de vontades entre possuidores de mercadoria, de um lado, o “proprietário” da força de trabalho e, por outro, o proprietário do dinheiro (salário), é pressuposto a ausência de coerção no interior desse processo, sendo necessário que capitalista e trabalhador sejam sujeitos (de direito) que atuem de forma autônoma e expressem sua vontade por meio do contrato de trabalho.

A igualdade jurídica e a liberdade na relação de compra e venda da força de trabalho, reflete-se nas instituições políticas e jurídicas particulares do Estado capitalista. O Estado aparece como um terceiro externo à relação jurídica, uma autoridade fiadora do intercâmbio mercantil. A externalidade e neutralidade do Estado capitalista se dá não apenas em relação às classes proprietárias, mas também em relação às classes exploradas, **aparece** como um poder impessoal, constituído enquanto autoridade pública externa, estranha e indiferente às classes sociais. O que se denota, inclusive, no acesso ao ente Estatal que somente é permitido ao individualizado por uma determinação jurídica, a condição de cidadão. A república democrática e a relação entre burocracia e sufrágio servem como uma contraparte da relação de exploração capitalista e do intercâmbio de mercadoria entre sujeitos de direito individualizados.

Assim, o Estado capitalista é demarcado pelo maior tratamento indistinto e formalmente igualitário entre os diferentes cidadãos e a sua capacidade de influência na administração pública, inclusive afirmando aspectos dessa indistinção na eliminação de elementos como o voto censitário e mesmo reconhecimento de algumas desigualdades, contudo, sem atingir as relações de classe propriamente ditas, uma vez que continua sendo produto e um dos principais mecanismos da relação inconciliável entre as classes. Apesar desse tratamento formalmente indistinto do ponto de vista individual, mesmo os Estados capitalistas dos países centrais, o poder econômico dos capitalistas individualmente, dos grupos econômicos e enquanto classe e suas frações é fundamental na influência dos rumos da sua administração, seja pelo exercício da corrupção direta da burocracia estatal, do lobby ou da relação entre os seus poderes e as bolsas de valores.

Resgatando a contribuição de Lenin, ressaltou-se que o processo de centralização e monopolização do capital potencializando o surgimento de uma fase particular do capitalismo

mundial: o imperialismo, que se consolida durante o século XX e provoca intensas modificações no ente estatal. O Estado capitalista dos países centrais passa a intervir de maneira mais direta no comando de alguns setores da produção e amplia sobremaneira o seu aparelho burocrático-administrativo e militar, impondo uma disputa por uma divisão territorial que dê conta de garantir os lucros das gigantes empresas monopolistas sediadas em cada país central. A maioria dos países e nações do mundo passa a ser parasitada por um ínfimo número de Estados altamente desenvolvidos.

Embora, entre o século XIX e início do século XX a predominância dos países centrais sobre os países da periferia se manifeste majoritariamente numa relação colonial ou semicolonial, o próprio Lenin já reconhece a existência de uma forma diferenciada de relação subordinada entre os centros imperialistas e países formalmente independentes e soberanos, mas que de fato possuem uma dependência financeira e diplomática. Algo que, como se evidenciou no decorrer do trabalho, será a base para o desenvolvimento da teoria marxista da dependência.

Antes de partir para análise das economias dependentes, recuperou-se as contribuições do teórico marxista greco-francês Nico Poulantzas principalmente as suas contribuições sobre a relação entre Estado capitalista e as classes sociais. Oportunidade na qual se destacou a importância do conceito de bloco no poder para explicar como o Estado capitalista funciona como um fator de coesão dos interesses contraditórios e mesmo contrapostos entre os diferentes capitalistas individuais, frações e setores da classe burguesa. Sendo bloco no poder compreendido como a unidade contraditória entre as classes e frações politicamente dominantes sob a condução de uma fração hegemônica, algo somente tornado possível pela unidade do poder institucionalizado do Estado capitalista. Já em relação às classes exploradas e dominadas, o Estado capitalista atua como um reforço da sua individualização e neutralização à tendência da ação coletiva do trabalhador, pois funciona como fator de isolamento do trabalhador e impede a sua união como classe antagônica à classe dominante, uma vez que estabelecidos como cidadão.

Com base nos pressupostos destacados sobre a sociedade capitalista e o Estado capitalista, estudou-se as sociedades capitalistas dependentes. Considerando que o desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes somente pode ser compreendido a partir da sua conexão intrínseca com o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, ou seja, no bojo da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo mundial. Assim, seus aparentes

atrasos, desvirtuamentos ou incompatibilidades com o desenvolvimento capitalista clássico, não se trata de elementos de pré-capitalismo ou não capitalistas, mas de um capitalismo com especificidades que só é compreendido se estudado na perspectiva do sistema em conjunto, nacional e internacionalmente.

Nesta tarefa, destacou-se a contribuição da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e, principalmente, os aportes teóricos de Ruy Mauro Marini. Considerando que a América Latina, como atualmente, é fruto do processo de ocupação e expansão europeia principiada no século XVI, ainda no período de acumulação primitiva e nascimento do capitalismo, contribuindo enormemente para esse processo e, portanto, já vinculada à dinâmica internacional do capitalismo. Enquanto possessão colonial produz metais preciosos e gêneros exóticos que contribuem para o influxo de mercadorias e aumento dos meios de pagamento fundamentais para o desenvolvimento do capital comercial e bancários nas metrópoles e servindo de sustentação ao sistema de manufatura.

Durante o século XIX os processos de independência política em relação às diferentes metrópoles aconteceram de forma simultânea ao desenvolvimento da revolução industrial e os diversos nascentes países da América Latina passam a orbitar o seu polo mais avançado, a Inglaterra. Ainda segundo Marini, a divisão internacional do trabalho na qual a América Latina se insere demarcará o sentido do desenvolvimento futuro da região. A dependência é, portanto, a subordinação de países formalmente independentes, onde as relações de produção dessas nações são alteradas ou reconstituídas para garantir a reprodução ampliada da dependência. O desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial, somente é possível com base na reprodução da dependência.

A violência política e militar, embora nunca se dissipe, perde a sua centralidade e a dependência se firma principalmente nas relações econômicas, demarcada por transferências do valor, produzido nas economias dependentes, e realizado e acumulado nas economias imperialistas por meio do intercâmbio desigual. Tais economias, demarcadas pela característica de estarem fundamentalmente voltadas para o mercado externo apresentam uma significativa cisão entre produção e circulação e a última se realiza basicamente no mercado externo, possibilitando que o consumo dos trabalhadores pouco interfira na realização do produto, mesmo que seja determinante para a taxa de mais-valor.

As transferências de valor como intercâmbio desigual precisam ser compensadas no interior da produção das economias dependentes, por meio da superexploração da força de trabalho. É por meio dessa categoria que se realiza uma conexão entre a teoria do valor de Marx e a teoria do imperialismo, possibilidade de análise somente tornada possível em todas as dimensões pela consolidação da relação capital-trabalho na quase generalidade do mundo, desenvolve-se plenamente o imperialismo e a sua contraparte: a dependência.

Demonstrou-se que, na crítica da economia política desenvolvida nos três livros d'*O capital*, mesmo que o grau de abstração adotado na exposição, tenha pressuposto que as mercadorias (incluída a força de trabalho) são compradas e vendidas por seu valor integral, são destacadas diversas hipóteses de violação do valor da força de trabalho, ressaltando, inclusive, a importância deste recurso na prática real dos salários. Revelando, portanto, a pertinência da categoria da superexploração com a lei do valor.

A categoria da superexploração da força de trabalho é entendida como remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, podendo se manifestar em três mecanismos específicos: 1) o aumento da intensidade do trabalho, como aumento da mais-valia, obtido por meio de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva; 2) prolongamento da jornada de trabalho, aumentando o tempo de trabalho excedente; 3) expropriação de parte do trabalho necessário do trabalhador para reposição de sua força de trabalho. Todos os três mecanismos podem se combinar e, geralmente, isso acontece. Sendo, todos a negação ao trabalhador das condições necessárias para reposição do desgaste de sua força de trabalho, nos dois primeiros mecanismos pela obrigação de despender força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, causando desgaste prematuro, no terceiro mecanismo se retira a possibilidade de o trabalhador consumir o estritamente indispensável para reprodução da sua força de trabalho em estado normal.

A superexploração, portanto, não anula a lei do valor, mas descreve e explica elementos desta lei, significando uma agudização da exploração capitalista e que **aparece** como uma violação ou transgressão do valor da força de trabalho. Sendo uma condição necessária do capitalismo mundial, uma vez que denota que as combinações das diferentes formas de exploração capitalista que se articulam de modo desigual no conjunto do sistema.

Com base nos pressupostos apresentados sobre Estado capitalista em geral e as economias dependentes, partiu-se para a análise das especificidades do Estado capitalista nas

sociedades de capitalismo dependente. Com base na proposição de Jaime Osorio, analisou-se os dois processos que representam determinantes particulares na forma de manifestação do Estado no capitalismo dependente: a dependência e a superexploração.

Primeiramente, destacou-se que há uma relação desigual na distribuição de poder entre os Estados no sistema capitalista mundial e, conseqüentemente, assimetrias na própria soberania. De modo tal que, embora formalmente independentes, os Estados dependentes são demarcados por uma característica de subordinação em relação aos Estados imperialistas, resultando em restrições às soberanias dos primeiros. Assim, os Estados capitalistas dependentes possuem como elemento constitutivo uma condição de subsoberania, mesmo que tal condição possa se atenuar ou acentuar em períodos históricos diversos, expressa-se em diversas restrições de natureza política, diplomática ou mesmo militar.

A debilidade da dominação burguesa nos países periféricos e a associação subordinada da classe burguesia destes países, imputa que, mesmo marcado pela condição de subsoberania, o Estado capitalista dependente tenha primordial relevância e a intervenção econômica estatal atue para suprir às fragilidades produtivas próprias ao capitalismo dependente, servido como força necessária para estimular projetos e aumentar a lucratividade das classes dominantes nativas. A atuação do Estado dependente se expressa de maneira pronunciada em todas as fases do ciclo do capital nas economias dependentes. Na fase inicial de circulação, o investimento estatal originado por uma multiplicidade de fontes, é essencial tanto de forma produtiva, quando resulta no acúmulo de capital, seja em investimentos diretos, transferências para o capital privado, como infraestrutura e as diferentes subversão, quando de forma improdutiva, mas que contribuem para valorização do capital como gastos sociais auxiliam na reprodução e qualificação da força de trabalho, e os gastos com burocracia civil ou militar que são essenciais à manutenção do sistema. Contudo, a intervenção estatal nunca atua no sentido de romper a relação de dependência, diante de sua vinculação intrínseca aos interesses do capital estrangeiro.

Em sequência, destacou-se os impactos da superexploração da força de trabalho no ente estatal. Partindo da análise das duas outras fases do processo de reprodução do capital, ou seja, a produção e realização, evidencia-se que a oposição crescente entre ambas, característica própria ao sistema capitalista em geral, ganha exacerbação significativa diante da compreensão do mercado interno resultante da superexploração. O que impõe que o Estado capitalista dependente atue para reforçar contratendências para efetivar a realização: 1)

contribuindo para a expansão comercial ao mercado externo, algo que sempre está submetido ao controle e domínio dos interesses do capital imperialista; 2) adotando políticas de transferência de recursos da classe trabalhadora para as camadas médias e altas (políticas de restrição aos salários, uso do crédito ou da inflação) para incentivar o mercado suntuário; 3) criação de um poderoso mercado estatal.

Diante dos níveis miserabilidade, desemprego e desalento, de sociedades fundamentadas na superexploração, intensifica-se sobremaneira o potencial de conflito social e o Estado capitalista dependente acentua as características repressivas para manutenção da ordem social. O caso do Estado capitalista brasileiro é utilizado como exemplo paradigmático e o processo de entificação do capitalismo no Brasil foi suscitado para compreender sua “via prussiano-colonial” de desenvolvimento, marcada, por um lado, pelas características de um processo de acumulação capitalista hipertadio, realizado pelo alto e com protagonismo estatal, alijando a participação popular, e, por outro, por uma subsunção do Estado e da classe burguesa aos polos centrais do capitalismo. Constituindo um Estado capitalista dependente demarcado por pronunciadas características autocráticas, tanto nos períodos ditatoriais quanto nos períodos de legalidade burguesa democrática. As categorias de Estado de contrainsurgência e Estado de quarto poder, desenvolvidas por Marini, foram utilizadas para consolidar o presente argumento.

Posteriormente, tratou-se de evidenciar as especificidades da relação entre Estado capitalista dependente e classes sociais, ressaltando, principalmente, uma das características próprias ao Estado capitalista dependente: a sua atuação para consolidar a condição de classes dominantes-dominadas da burguesia nativa dos países dependentes, servindo como garantia da participação e hegemonia do capital de origem imperialista na composição do bloco no poder. Em relação às classes dominadas, destacou-se o reforço da característica alienada e externa do Estado capitalista nas formações-sociais dependentes e sua interdição para participação popular. Tanto por meio de políticas repressivas, quanto pela adoção de políticas tímidas políticas sociais que não enfrentam a possibilidade de reversão das condições precárias de vida da maioria da população e são tidas como benesses dos gestores estatais.

Por fim, evidenciou-se que a constituição da burguesia nativa enquanto classe dominante-dominante a impede de protagonizar e, pelo contrário, a coloca como uma antagonista de qualquer projeto que represente a superação da dependência. De tal forma que somente a classe trabalhadora e as demais classes dominadas podem promover a ruptura

efetiva com a dependência e do Estado dependente, portanto, a partir de um processo revolucionário que supere o capitalismo, ou seja, nas palavras de Vânia Bambirra (2013, p. 151), “o socialismo se apresenta, pois, como a única alternativa efetiva para o desenvolvimento sem limites das forças produtivas” e, agrega-se, das condições minimamente dignas de sobrevivência da maioria dos povos submetidos às brutalidades da superexploração. Parafraseando Salvador Allende, somente então serão abertas as grandes alamedas por onde passará a humanidade livre na construção de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. Abin e procuradoria investigam infiltração militar em paralisação. **Piauí**, 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/abin-e-procuradoria-investigam-infiltracao-militar-em-paralisacao/>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 87-102.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. México, DF: Era, 1978.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução: Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BARBON, Júlia; VETTORAZZO, Lucas. Intervenção federal no RJ faz 6 meses; entenda o que aconteceu até agora. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/intervencao-federal-no-rj-faz-6-meses-entenda-o-que-aconteceu-ate-agora.shtml>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BICHIR, Máira Machado. **A questão do Estado na teoria marxista da dependência**. 205 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Diretório de grupos de pesquisa no Brasil Lattes**. Disponível em: <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7265815694324608>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRÍGIDO, Carolina; SASSINE, Vinícius. O general assessor de Toffoli, que faz pontes entre o STF e a caserna. **O Globo**, 2018. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/epoca/o-general-assessor-de-toffoli-que-faz-pontes-entre-stf-a-caserna-23168326>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “(Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho”. *In*: ALEMIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013, p. 71-97.

DOS SANTOS, Theotônio. Socialismo ou fascismo na América Latina hoje. *In*: NASCIMENTO, Adriano; FIDELIS, Thays; NUNES, Elaine (orgs). **Economia, política e dependência**: contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Maceió: Edufal, 2020, p. 45-71.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao científico**. 2010a. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/dosocialismoutopico.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

ENGELS, Friedrich. [Correspondência]. Destinatário: Karl Marx. Manchester, 7 out. 1858. *In*: KARL, Marx; ENGELS, Frederick. Marx & Engels collected works. v. 40 (letters 1856-59). London: Lawrence & Wishart, 2010b.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010c.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Düring. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Leticia. Temer oficializa primeiro militar no comando do Ministério da Defesa. **O Globo**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/temer-oficializa-primeiro-militar-no-comando-do-ministerio-da-defesa-22776031>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

IASI, Mauro Luis. Direito e emancipação humana. *In*: **Revista da Faculdade de Direito** [online]. v. 2, n. 2. São Paulo: IMS, 2005, pp. 170-192. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/issue/view/48>>.

IASI, Mauro. O conceito e o “não conceito” de classes *em Marx*. In: IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 101-121.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. Tradução: Alvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LEACOK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. Tradução: Susana Vasconcelos Jimenez. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3ª ed. rev. cor. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sergio. **Capital e Estado de bem-estar**: o caráter de classe das políticas sociais. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Tradução: Giovanni Semeraro. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Tradução, Organização, Apresentação: Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

NASCIMENTO, Adriano. **O Estado capitalista na análise de Nicos Poulantzas**. Revista Palavravmundo, v. 1, 2007, p. 1-27.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; Marcelo, BRAZ. **Economia política**: uma introdução crítica. 8 Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Tradução: Mariano Soares. 4. Ed. Porto Alegre: Movimento, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. **Cambios en el “modelo”**: la economía brasileña se hace más excluyente. El Universal, 19 de abril de 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/200_economia_brasil.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. Intervención en el Encuentro de Economistas Latinoamericanos e Italianos, Roma, septiembre 1972. Publicado en 1973 por el Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) de la Universidad de Chile. Reimpresión del Comité de Publicaciones de los Alumnos de la ENAH, México, 1974; cotejado con la versión publicada por el Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) “Justo Arosemena”, **Cuaderno Universitario n. 2**, Panamá, septiembre de 1981. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. **Cuadernos CIDAMO**, n. 7, México, 1982. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.html>. Acesso em: 22/03/2022.

MARINI, Ruy Mauro. **A Constituição de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/067_constitucion_brasil_1988.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. As razões do neodesenvolvimentismo. *In*: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Emir Sader (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 21-35

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de contrainsurgência. *In*: NASCIMENTO, Adriano; FIDELIS, Thays; NUNES, Elaine (orgs). **Economia, política e dependência: contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente**. Maceió: Edufal, 2020, p. 25-43.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução: Álvaro Pina, Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich Engels. **Lutas de classes na Alemanha**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 25-52.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MANZANO, Sofia. **Economia política para trabalhadores**. Cadernos do ICP nº 2. São Paulo: ICP, 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia brasileira. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Cláudia. Mais de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Jair Bolsonaro. **Rede Brasil Atual**, 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/05/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/>>. Acesso em 24 mar. 2022.

ODILLA, Fernanda. O silêncio do general Villas Bôas após tuítes serem lidos como ameaça (ou promessa) de interferência. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43640244>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

OSORIO, Jaime. Superexplotación y clase obrera: el caso de mexicano. In: **Cuadernos Políticos**, número 6, México, D.F. Editora Era, Octubre-Diciembre, 1975, p. 5-23.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuição da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 103-133.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. p. 49-70.

OSORIO, Jaime. **Sobre superexploração e capitalismo dependente**. Tradução: Máira Bichir, Maria Machado Gouvea, Fernando Correa Prado. Cad. CRH, Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, dez. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000300483&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2019.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. Tradução de Fernando Correa Prado. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PANIAGO, Cristina. **Mészáros, a crise estrutural e seus impactos na luta revolucionária dos trabalhadores**. Disponível em: <http://cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Meszaros_a_crise_estrutural_e_seus_impactos_na_luta_revolucionaria_dos_trabalhadores.214182026.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921 – 1929)**. Tradução: Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução: Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

SAES, Décio. **A questão da autonomia relativa do estado em Poulantzas**. In: Revista Crítica Marxista. São Paulo: Fundação Editora Unesp, n. 7, 1998.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SOUZA, Angelita Matos. **Estado e dependência no Brasil (1889-1930)**. São Paulo: Annablume, 2001.

SMITH, John. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In: LÓPEZ, Emiliano (org.). **As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 33-74.

STRUCK, Jean-Philip. Exército no Rio: 25 anos de fracassos. **DW**, 2018. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/ex%C3%A9rcito-no-rio-25-anos-de-fracassos/a-42750301>>. Acesso em 24 mar. 2022.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Subimperialismo e dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Os homens-cangurus dos canaviais alagoanos: um estudo sobre trabalho e saúde**. Maceió: EDUFAL, 2018.